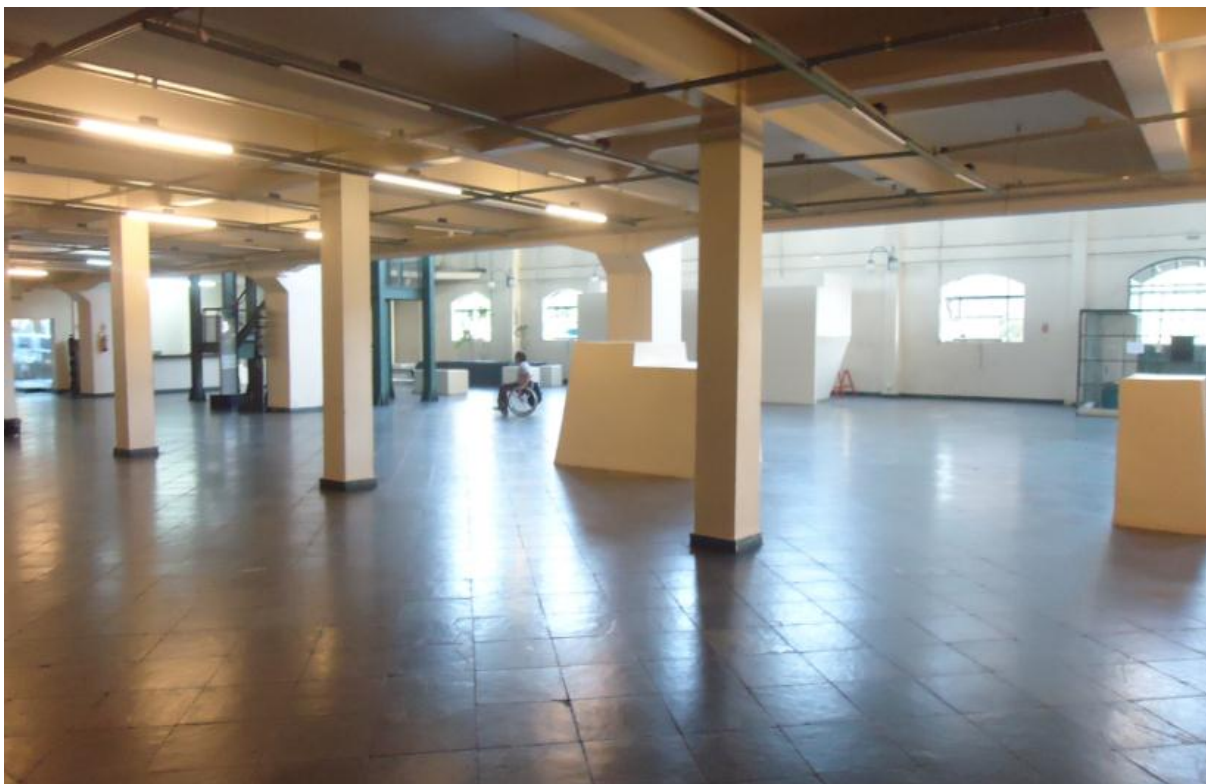


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

MIRELA STREHL ZANONA

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO EM
PORTO ALEGRE- RS**



**PORTO ALEGRE
2014**

MIRELA STREHL ZANONA

**ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO EM
PORTO ALEGRE- RS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro.

PORTO ALEGRE

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

VICE-REITOR: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

DIRETORA: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Mielniczuk de Moura

VICE-DIRETOR: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Ms. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Coordenadora Substituta: Prof^a. Dr^a. Samile Andréa de Souza Vanz

Z33a Zanona, Mirela Strehl

Acessibilidade física no Centro Cultural Usina do Gasômetro em Porto Alegre - RS / Mirela Strehl Zanona – 2014.

171 f. : il.

Monografia de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro.

1. Acessibilidade.
2. Centro Cultural Usina do Gasômetro.
3. Desenho Universal.
4. *Checklist* de acessibilidade.
5. Legislação acessível. I. Título.

CDU: 027

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Bairro Santana – Porto Alegre – RS

CEP 90095-007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A banca examinadora, abaixo assinada, aprova o trabalho de conclusão de curso intitulado “**ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO EM PORTO ALEGRE- RS**”, elaborado por Mirela Strehl Zanona, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia:

Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Jeniffer Alves Cuty
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Lizandra Brasil Estabel
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre

Ms. Anajara Carbonell Closs
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Banca realizada em: 04/12/2014

Conceito: A

AGRADECIMENTOS

Nesse caminho percorrido rumo à graduação, fui extremamente agraciada com a presença de tantas pessoas especiais que ajudaram a tornar essa busca mais prazerosa e divertida.

Primeiramente agradeço a Deus por toda força, proteção e inspiração!

A meus pais, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Obrigada, Mario Ferretti Zanona e Rowena Strehl Zanona, por terem me dado uma base sólida e por terem me ensinado o meu valor. Obrigada também pela dedicação, pelo amor e por todo o apoio dado às minhas decisões, isso foi fundamental para que eu me tornasse a pessoa que sou...

Minha bisavó, Hercília Fattori Rist, representação maior do amor da minha vida, que nos deixou há alguns anos, mas que em amor e em sentimento está sempre presente... Minha Bia, sem o teu amor, eu nada seria...

Meus avós, que também não estão mais desse lado da vida, mas que estão sempre presentes na memória e no coração: Lucy Rist Strehl, Victor Strehl, Norma Ferretti Zanona e Alfredo Zanona... agradeço pelas lembranças maravilhosas da infância, pelas doces noites de verão e pelos Natais inesquecíveis... E a toda a vida, carinho e amor.

Rosane Zigunovas, meu muito obrigado por ajudar a encontrar a força e a vontade dentro de mim, por sempre acreditar no meu potencial e por ser esse exemplo de vida e de coragem.

À minha querida amiga Angélica Ono... só ela sabe o quanto a sua mão amiga foi importante, tanto na minha vida pessoal, quanto na minha vida acadêmica... Obrigada pelas risadas e pelas "tantas emoções"... Amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito...

À minha amiga Andréa Camboim, pelo socorro nas horas de aperto, pelas palavras que salvaram...

Às minha querida orientadora, mestra e exemplo de vida e profissional, Eliane Lourdes da Silva Moro, que me ensinou a importância do brilho no olho. Obrigada, querida professora, pela motivação na realização desse trabalho... a tua palavra e teu apoio foram fundamentais e me impulsionam na minha busca de me tornar uma pessoa cada vez melhor.

Não posso deixar de agradecer a todos os meus queridos amigos, que fizeram e fazem parte de cada pedacinho de vida dentro de mim... Especialmente Silvana, Michele, Cláudia (Kaká), Mônica (Rosário), Rafael, Carlos e Luís Diego... Obrigada por terem me entendido e me apoiado nos momentos bons e ruins... Sem a alegria e a compreensão de vocês essa caminhada seria bem menos colorida...

Aos colegas que tornaram essa caminhada mais divertida e mais cheia de emoção... Especialmente a minha querida Isadora, a alma perfumada que coloriu esses momentos tão especiais...

E, finalmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por proporcionar uma educação de qualidade e gratuita, e pela realização do meu sonho...

“Sonhos determinam o que você quer. Ação determina o que você conquista.”

Aldo Novak

RESUMO

Este estudo verifica a acessibilidade física no Centro Cultural Usina do Gasômetro, pois há o intuito de que se venha a proporcionar o acesso à cultura a todas as pessoas, proporcionando, assim a geração de cidadania e inclusão social às pessoas com deficiência. Tem como objetivo geral verificar as condições de acessibilidade física oferecidas às pessoas com deficiência física no acesso aos espaços culturais do prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro e, como objetivos específicos, identificar as possíveis barreiras arquitetônicas, internas e externas, além do entorno do prédio, enfrentadas por cadeirantes e por pessoas com mobilidade reduzida no acesso aos espaços culturais; averiguar os padrões de acessibilidade utilizados e; avaliar, utilizando instrumentos de pesquisa, as condições de acesso de pessoas com deficiência aos espaços internos, tudo isso em relação ao prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro. Desenvolve um trabalho de estudo de caso, com pesquisa exploratória e de caráter qualitativo, onde foram utilizados como técnica de coleta de dados entrevista semiestruturada aplicada a dois servidores da área técnica especializada em prédios culturais e um *Checklist* como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em prédios públicos da CAPADHIA. Os dados analisados a partir da aplicação das entrevistas e do *Checklist* visam apontar, de acordo com os padrões de acessibilidade apontados pela NBR 9050/2004, as condições em que se encontram os itens de acessibilidade do Centro Cultural. Este estudo é embasado por meio de referencial teórico que explana sobre a acessibilidade, passando pelo seu histórico e legislação brasileira, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, além das normas que versam sobre este tema. Após são elencados alguns itens do desenho universal e encerra com a descrição de quem são as pessoas com deficiência. Conclui que a Usina do Gasômetro garante o atendimento de alguns itens, o que pode fazer com que seja um local acessível, entretanto há muitos itens que ainda necessitam de atenção do poder público, já que a solução apontada é a realização de projetos arquitetônicos, contudo, para que isso ocorra, é necessário que haja vontade política.

Palavras-chave: Acessibilidade. Centro Cultural Usina do Gasômetro. Desenho universal. *Checklist* de acessibilidade. Legislação acessível.

ABSTRACT

This study verifies the physical accessibility in Centro Cultural Usina do Gasômetro, as there are in order that it will provide access to culture for all people, thus providing the generation of citizenship and social inclusion for people with special needs. Has the general objective to verify the conditions of physical accessibility offered to people with disabilities in accessing cultural spaces of the building of the Centro Cultural Usina do Gasômetro do and specific objectives, identify possible architectural internal and external barriers beyond the surroundings of the building , faced by wheelchair users and people with reduced mobility in accessing cultural venues; determine accessibility standards and used; evaluate, using survey instruments, the conditions of access for people with disabilities to internal spaces, all in relation to the building of the Centro Cultural Usina do Gasômetro. Develops a working case study with exploratory research and qualitative, which were used as a technique for data collection semistructured interview applied to two servers from specialized technical area for cultural buildings and Checklist as a tool for assessing the conditions of accessibility CAPADHIA of public buildings. Data analyzed from the application of the interviews and Checklist aim point, according to accessibility standards pointed in NBR 9050/2004, the conditions in which they are accessibility guidelines of the Centro Cultural. This study is grounded by the theoretical framework that explains about accessibility, through its historical and Brazilian legislation, both federal and state and municipal level, in addition to rules that deal with this topic. Following are listed some items of universal design and concludes with a description of who are the people with disabilities. Concludes that the Usina do Gasômetro do to the compliance of some items, which can make it an accessible location, however there are many items that still need attention from the government, since the solution is aimed at realization of architectural projects, however for this to occur, there must be political will.

Keywords: Accessibility. Centro Cultural Usina do Gasômetro. Universal design. Accessibility Checklist. Accessible legislation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Símbolo Internacional de Acesso	41
Figura 02 - Novo Símbolo Internacional de Acesso Mostrando uma Pessoa com Deficiência em Movimento e com Autonomia	42
Figura 03 - Símbolo de Sanitário Feminino Acessível	42
Figura 04 - Símbolo de Sanitário Masculino Acessível	42
Figura 05 - Sanitário Feminino e Masculino Acessível	43
Figura 06 - Sanitário Familiar Acessível	43
Figura 07 - Símbolo que Indica Elevador	43
Figura 08 - Símbolo que Indica Escada Rolante	43
Figura 09 - Símbolo que Indica Escada Rolante com Degrau para Cadeira de Rodas	43
Figura 10 - Símbolo que Indica Escada	44
Figura 11 - Símbolo que Indica Escada com Plataforma Móvel	44
Figura 12 - Símbolo que Indica Rampa	44
Figura 13 - Símbolo que Indica Esteira Rolante	44
Figura 14 - Sinalização Indicando Área de Resgate para Pessoas com Deficiência	45
Figura 15 - Medidas para Pessoas em Pé	46
Figura 16 - Medidas para Pessoas em Cadeiras de Rodas (PCR)	46
Figura 17 - Dimensões Referenciais para Deslocamento em Linha Reta de Pessoas em Cadeiras de Rodas	48
Figura 18 - Área para Manobra sem Deslocamento	49
Figura 19 - Área para Manobra de Cadeiras de Rodas com Deslocamento ...	49
Figura 20 - Exemplo de Tratamento de Desníveis em Milímetros	50
Figura 21 - Exemplo de Dimensionamento de Rampa	51
Figura 22 - Exemplo de Rampa em Curva	52
Figura 23 - Exemplo de Patamares em Rampas	53
Figura 24 - Exemplo de Empunhadura de Corrimão	54
Figura 25 - Altura do Corrimão em Rampas e Escadas	54
Figura 26 - Dimensionamento da Barra de Apoio	55
Figura 27 - Área de Transferência para Bacia Sanitária	56
Figura 28 - Barra de Apoio Lateral e de Fundo	56

Figura 29 - Proporção da População com pelo menos uma das Deficiências Investigadas por Grandes Regiões do Brasil em 2010	60
Figura 30 - Pôr do Sol no Guaíba	66
Figura 31 - Construção da Chaminé da Usina do Gasômetro	67
Figura 32 - Atividades Culturais na Usina do Gasômetro	69
Figura 33 - Centro Cultural Usina do Gasômetro em suas Novas Cores	70
Figura 34 - Percurso entre o Ponto de Ônibus e a Entrada Frontal da Usina do Gasômetro	86
Figura 35 - Percurso entre o Estacionamento e a Entrada Lateral da Usina do Gasômetro	87
Figura 36 - Sinalização Tátil no Piso do Ponto de Ônibus próximo à Usina do Gasômetro	88
Figura 37 - Sinalização Tátil de Alerta Perpendicular à Faixa de Travessia	88
Figura 38 - Estacionamento da Usina do Gasômetro	90
Figura 39 - Estacionamento da Usina do Gasômetro	90
Figura 40 - Porta de Acesso Frontal da Usina do Gasômetro	94
Figura 41 - Porta de Acesso Lateral da Usina do Gasômetro	94
Figura 42 - Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro (Vista Externa)	95
Figura 43 - Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro (Vista Interna)	96
Figura 44 - Maçaneta na Porta da Frente da Usina do Gasômetro	96
Figura 45 - Maçaneta da Porta Lateral da Usina do Gasômetro	97
Figura 46 - Espaço para Circulação no Andar Térreo (Saguão de Entrada) ...	100
Figura 47 - Espaço para Circulação no Andar Térreo	100
Figura 48 - Galeria dos Arcos (Térreo)	101
Figura 49 - Galeria Iberê Camargo (Térreo)	101
Figura 50 - Escadaria que dá Acesso às Salas 209 e 309	102
Figura 51 - Mezanino (Segundo Andar)	103
Figura 52 - Terceiro Andar	103
Figura 53 - Quarto Andar	104
Figura 54 - Quinto Andar (Galeria Lunara)	105
Figura 55 - Quinto Andar (Corredor que dá Acesso às Salas de Espetáculo) .	105

Figura 56 - Corredor do Sexto Andar	106
Figura 57 - Piso do Andar Térreo da Usina do Gasômetro	108
Figura 58 - Piso do Segundo Andar da Usina do Gasômetro	108
Figura 59 - “Piso moeda” do Terceiro Andar	109
Figura 60 - “Piso moeda” do Quarto Andar	109
Figura 61 - “Piso moeda” do Corredor do Quinto Andar	110
Figura 62 - “Piso moeda” do Sexto Andar	110
Figura 63 - “Piso grade” da Saída do Elevador do Quinto Andar	111
Figura 64 - Escadaria Principal	113
Figura 65 - Escadaria principal (Segundo Andar)	114
Figura 66 - Escadaria que dá Acesso às Salas 209 e 309	114
Figura 67 - Primeira Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro	116
Figura 68 - Segunda Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro	116
Figura 69 - Rampa de Acesso	117
Figura 70 - Rampa de acesso à Galeria Iberê Camargo	117
Figura 71 - Rampa de Acesso ao Teatro Elis Regina	118
Figura 72 - Espaço Térreo da Usina do Gasômetro	120
Figura 73 - Segundo Andar da Usina do Gasômetro	121
Figura 74 - Corredor de Acesso às Salas de Espetáculo 400 e 402	121
Figura 75 - Sanitário Masculino Acessível (Galeria dos Arcos)	124
Figura 76 - Sanitário Feminino Acessível (Galeria dos Arcos)	124
Figura 77 - Sanitário Feminino Acessível (Saguão de Entrada)	125
Figura 78 - Lavatórios	125
Figura 79 - Balcão de Atendimento/Informações	129
Figura 80 - Placas de Sinalização dos Espaços	136
Figura 81 - Sinalização de Emergência	136

LISTA DE TABELAS

Quadro 01 - Legislação Federal	24
Quadro 02 - Legislação do Estado do Rio Grande do Sul	26
Quadro 03 - Legislação do Município de Porto Alegre	34
Quadro 04 - Normas que Tratam do Tema Acessibilidade	37
Quadro 05 - Espaço para Pessoas em Cadeiras de Rodas e Pessoas com Mobilidade Reduzida e Pessoas Obesas	47
Quadro 06 - Dimensionamento de Rampas Acessíveis	51
Quadro 07 - Dimensionamento de Rampas para Situações Excepcionais	52
Quadro 08 - Percentual da População com Deficiência, Segundo o Tipo de Deficiência Investigada	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPADHIA	Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CFCs	Centros de Formação de Condutores
CGATI	Comitê Gaúcho de Acessibilidade: Tecnologia e Informação
CGPD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
EPAHC	Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural
EPTC	Empresa Pública de Transporte e Circulação
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FEHIS	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
FUNDERGS	Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LEIA	Leitura, Informação e Acessibilidade
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIPS	Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social
PCD	Pessoas com Deficiência
PCR	Pessoa em Cadeira de Rodas
PAH	Pessoas com Altas Habilidades
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNE	Pessoa com Necessidade Especial
PO	Pessoa Obesa
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RICMS	Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
RS	Rio Grande do Sul
SEACIS	Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social
SEHIS	Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SMACIS	Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social
SMC	Secretaria Municipal da Cultura
SUEPRO/RS	Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
TMPA	Transporte Metropolitano de Porto Alegre
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A ACESSIBILIDADE E OS SERVIÇOS PÚBLICOS	20
2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ACESSIBILIDADE	22
2.2 LEGISLAÇÃO.....	23
2.2.1 Legislação Federal	24
2.2.2 Legislação do Estado do Rio Grande do Sul	26
2.2.3 Legislação do Município de Porto Alegre	34
2.2.4 Normas que Tratam do Tema Acessibilidade	37
3 DESENHO UNIVERSAL	40
3.1 SINALIZAÇÃO.....	41
3.2 PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS.....	45
3.3 DESENHO UNIVERSAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS.....	46
3.4 DESENHO UNIVERSAL NA CONSTRUÇÃO E/OU ADAPTAÇÃO DE LUGARES ACESSÍVEIS	47
3.4.1 Área de circulação	48
3.4.2 Área de Transferência	49
3.4.3 Pisos	50
3.4.4 Rampas	50
3.4.5 Capachos, Forrações e Tapetes	53
3.4.6 Corrimãos e guarda-corpos	53
3.4.7 Sanitários	54
3.4.8 Balcão de Recepção	57
4 QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	58
5 METODOLOGIA DA PESQUISA	62
6 CONTEXTO DO ESTUDO	65
6.1 PORTO ALEGRE	65
6.2 CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO	66
7 SUJEITOS DO ESTUDO	68
8 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	73
8.1 ENTREVISTA APLICADA AO ARQUITETO E AO ENGENHEIRO DA EPAHC .	73
8.2 APLICAÇÃO DO CHECKLIST	83
8.2.1 Acessibilidade Arquitetônica	83
8.2.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos	128
8.2.3 Acessibilidade Comunicacional	131

8.2.4 Acessibilidade à Informação	137
8.2.5 Acessibilidade Instrumental.....	138
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICE A.....	150
ANEXO A.....	152

1 INTRODUÇÃO

O Centro Cultural Usina do Gasômetro é um dos mais significativos símbolos culturais de Porto Alegre. Faz parte da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e oferece à população diversos eventos e atividades artísticas e culturais, tais como oficinas e espetáculos de teatro e dança, shows de música, espaços para exposições, um cinema, entre outros. Dos espaços existentes, deve-se ressaltar, ainda, um terraço no quarto andar, onde a vista do pôr do sol no Guaíba ornamenta as margens da cidade, recebendo a visitação de uma grande quantidade de pessoas. Sua privilegiada localização recebe como moldura o que os gaúchos chamam de “o pôr do sol mais lindo do mundo”, situada no Centro Histórico da capital do Rio Grande do Sul (RS), na origem da histórica Rua dos Andradas.

Desta forma, a acessibilidade física aos espaços do Centro Cultural Usina do Gasômetro se mostra como sendo mais do que uma forma de bem estar e convívio entre as pessoas, como também um direito a toda a população ávida por conhecimento e cultura através de atividades que busquem acrescentar cultura e interação social entre todos, o que deve ser conquistado a partir da utilização de itens e equipamentos acessíveis tanto no seu interior quanto no entorno do prédio cultural.

Como servidora no Centro Cultural Usina do Gasômetro e futura bibliotecária, senti-me estimulada a realizar este estudo para contribuir com o maior acesso e com a inclusão de pessoas com deficiência, identificando as barreiras existentes para o acesso ao espaço público e sugerindo melhorias para a eliminação das barreiras identificadas, contribuindo, de alguma forma, para que o poder público municipal aprimore as políticas públicas de inclusão e de acessibilidade para todos os cidadãos.

Dessa maneira, o problema a ser investigado neste estudo será: quais as condições de acessibilidade física que o prédio da Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS), oferece em relação às pessoas com deficiência física, mais especificamente cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida no acesso aos espaços culturais?

O estudo tem objetivo geral verificar as condições de acessibilidade física oferecidas às pessoas com deficiência física no acesso aos espaços culturais do prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro e, como objetivos específicos,

identificar as possíveis barreiras arquitetônicas, internas e externas, além do entorno do prédio, enfrentadas por cadeirantes e por pessoas com mobilidade reduzida no acesso aos espaços culturais; averiguar os padrões de acessibilidade utilizados e; avaliar, utilizando instrumentos de pesquisa, as condições de acesso de pessoas com deficiência aos espaços internos, tudo isso em relação ao prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro.

A grande variedade de programação cultural oferecida na Usina do Gasômetro proporciona aos seus visitantes um ambiente de bem estar e convívio agradável, fazendo com que seja imprescindível um olhar atento da administração pública à questão relativa à acessibilidade, tanto no que se diz respeito ao seu interior quanto ao seu entorno. Sendo um espaço cultural controlado pela administração pública municipal, é importante que sejam observadas e cumpridas às normas e legislação pertinentes à questão da acessibilidade, de modo que haja uma acessibilidade geradora de respeito e cidadania entre todas as pessoas.

Assim, a crescente atenção dada pela sociedade na intenção de possibilitar a igualdade de direitos entre os indivíduos, tanto em relação a raças, crenças e ideologias, bem como em relação às pessoas com deficiência física, motivou a realização deste trabalho que se propõe a verificar as condições de acessibilidade física na Usina do Gasômetro, tanto em seu ambiente interno, como no acesso às salas de espetáculo, galerias de exposições, sanitários e espaços de circulação, quanto nos arredores da Usina do Gasômetro, como calçadas e estacionamento, visando contribuir com a inclusão social e bem estar de todas as pessoas que frequentam aquele espaço e, quem sabe, a partir dessas observações, contribuir para melhorar as condições de acesso a toda e qualquer pessoa com dificuldade de locomoção que deseje visitar esse espaço cultural da cidade, sugerindo meios de tornar o espaço acessível aos visitantes que o Centro Cultural recebe do mundo inteiro.

Atualmente a Usina do Gasômetro possui espaços que podem ser considerados acessíveis, pois contam com elementos-chaves na área de acessibilidade, tais como rampas, elevadores e banheiros. Entretanto ainda há muito a fazer quando o assunto se refere ao acesso das pessoas com deficiência física. Sendo que o prédio foi construído para ser uma estação de geração de energia elétrica nos anos 20, e tendo o início da sua restauração para ser um prédio de uso público no final dos 80, numa época que muito pouco se discutia a respeito do

assunto, não houve um cuidado suficiente nesse sentido, de modo que não se acompanharam as modificações e evoluções tecnológicas e sociais pelas quais o mundo passou desde então.

Para embasar este estudo, o referencial teórico apresenta na sua primeira seção a acessibilidade e os serviços públicos, onde são explanados aspectos referentes à acessibilidade tais como definição, histórico e legislação, sendo que este item é subdividido em três níveis: legislação federal, estadual e municipal, além de normas que versam a respeito do tema acessibilidade.

Na seção seguinte é apresentado e caracterizado o desenho universal, sendo este definido como sendo um conjunto de regras que visam facilitar o atendimento de necessidades de todos os indivíduos. Nesta seção também são apresentados subitens utilizados na preparação de espaços com acessibilidade física, tais como sinalização, corredores, rampas, corrimãos etc.

Encerrando o referencial teórico deste estudo, a seção subsequente dispõe sobre quem são as pessoas com deficiência, que conta com referências da Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após o referencial teórico, é apresentada a metodologia, descrevendo o tipo de pesquisa utilizada na realização deste trabalho e os instrumentos utilizados na coleta de dados desse trabalho.

A seguir este a pesquisa relata o contexto do estudo, onde é apresentado o Centro Cultura Usina do Gasômetro, seu histórico desde sua construção e funcionamento como espaço gerador de energia à sua reforma e transformação em centro cultural.

Em continuidade, são apresentados os dados coletados e a análise de conformidade com os autores trabalhados no referencial teórico finalizando com as considerações finais dos resultados do estudo.

2 A ACESSIBILIDADE E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Quando nos referimos à acessibilidade, estamos pensando em aspectos de acesso a serem observados. Tais aspectos podem ser divididos em três grupos: urbanísticos (estacionamentos, locais de acesso, entre outros), arquitetônicos (iluminação, circulação, sanitários, entre outros) e também aspectos de informação (sinalização de locais e/ou equipamentos que possuam acessibilidade).

Assim, é importante que se tenha em mente que:

Acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade. Apresenta-se em estágios distintos, variando de uma sociedade para outra, conforme seja a atenção dispensada à diversidade humana, por essa sociedade, à época (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002, p. 83).

Pereira (2011) ainda explica que acessibilidade abrange a todos que dela necessitam, sejam pessoas com deficiência ou não, de forma que crianças e idosos também fazem parte do grupo que requer atenção especial, seja esta atenção relativa à locomoção, aprendizagem ou ainda na área da inclusão social.

A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), em sua NBR 9050 de 2004, estabelece critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade, e define acessibilidade como: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004, p.2). Dessa forma, podemos dizer que a acessibilidade visa à observação de aspectos que possibilitem que sejam atendidas tais condições por todas as pessoas, independente de suas condições de visão, de audição, motora, mental ou intelectual.

Ainda podemos entender a acessibilidade, segundo o Instituto Evandro Chagas, como sendo o ato de “permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, além de permitir o uso destes por todas as parcelas da população”. (BRASIL, 2013).

Da mesma forma, o inciso I do Artigo 2º da Lei nº 10.098/2000 define acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Sasaki (2006) menciona a existência de seis diferentes tipos de acessibilidade, que juntos visam esclarecer o assunto:

- Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, no interior e no entorno dos escritórios e fábricas e nos meios de transporte coletivo utilizados pelas empresas para seus funcionários;
- Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, texto com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para se comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);
- Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia novo conceito de fluxograma, empoderamento etc.);
- Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador etc.);
- Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.);
- Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho;
- Observação: A acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de acessibilidade e sim o aspecto tecnológico que permeia. Não é uma forma de acessibilidade específica. Deve permear as demais. (SASSAKI, 2006, p. 68-69).

Dessa maneira podemos observar que a acessibilidade relaciona-se a distintos parâmetros, mas de maneira interrelacionada, a fim de que sejam satisfeitas suas necessidades e características visando atender as necessidades do maior número possível de pessoas com deficiência.

Assim, percebe-se a importância de se saber e entender um pouco do histórico da acessibilidade no Brasil e no mundo. Assim, faremos tal observação na próxima subseção.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A ACESSIBILIDADE

Cada vez mais a sociedade entende como necessária a utilização de meios, tanto físicos quanto virtuais, voltados a proporcionar soluções para os problemas referentes à acessibilidade. Entretanto, o assunto passou a ocupar maior atenção a partir dos anos 50, após as duas grandes guerras.

A relação entre a sociedade e o indivíduo com deficiência começou a mudar após as duas guerras mundiais, quando pessoas mutiladas voltavam para casa, passando a haver melhor aceitação da sociedade a esse segmento social. (CARVALHO; PAULA, 2010, p. 65).

Preiser (2010) explica que com a chegada dos veteranos que voltaram feridos da II Guerra Mundial percebeu-se a necessidade de reabilitação e educação especial. Assim, surgiram os primeiros centros de reabilitação nas Universidades, como ocorreu na Universidade de Illinois. A partir daí, os campi universitários precisaram ser adaptados às novas necessidades para pessoas em cadeiras de rodas e também com mobilidade reduzida, dando início ao movimento que foi chamado de Projeto Livre de Barreiras (Barrier Free-Design) e ao desenvolvimento de diretrizes para acessibilidade.

No Brasil, a primeira Lei que tratou sobre assuntos referentes à deficiência foi a Lei nº 4.169 de 04 de dezembro do ano de 1962, homologada pelo presidente João Goulart, e que diz respeito à utilização do Braille na escrita e leitura dos cegos.

Entretanto o tema acessibilidade só obteve maior atenção no Brasil em meados dos anos 80, quando em 1985, através da Norma Técnica NBR9050 – Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à Pessoa Portadora de Deficiência –, da ABNT, cuja segunda edição ocorreu em 2004, analisa os “critérios e parâmetros a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”. (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004, p.1).

Logo a seguir, três anos após, em 1988, a Constituição brasileira, em seu Artigo 227, parágrafo 2º, estabelece:

A Lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte

coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1988).

Em termos internacionais, em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, consolida os direitos e liberdades universais às pessoas com deficiência. Esta convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 186 de 09 de julho de 2008.

A Declaração de Salamanca, em 1994, reconhece a necessidade de educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, o que resulta em uma série de recomendações para governos e organizações, abrindo caminho para que sejam discutidos novos paradigmas a respeito de inclusão social e pessoas com deficiência.

Em 2005, com a criação da Lei nº 9.782, de 06 de julho de 2005, Porto Alegre torna-se a primeira cidade do Brasil a possuir uma Secretaria que tratasse do assunto acessibilidade. Nasce, então, a Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (SEACIS). Em 2012 ela muda de nome e passa a se chamar Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social (SMACIS), através da Lei nº 11224, de 22 de fevereiro daquele ano. “A SEMACIS tem como principais atribuições planejar, coordenar e controlar políticas públicas voltadas à inclusão social de pessoas com deficiência”. E tem como visão “atender as demandas, observando a construção histórica do segmento, buscando a valorização da diversidade através da execução de programas, primando pela acessibilidade universal e inclusão social, valorizando a ética e a transparência nas ações” (PORTO ALEGRE, 2014).

Com o passar do tempo, viu-se a necessidade de criação de uma legislação que cuidasse e protegesse as pessoas com deficiência, de modo que próxima seção relaciona leis, decretos e normas que versam sobre o tema acessibilidade, tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal.

2.2 LEGISLAÇÃO

O Brasil possui uma vasta literatura na área da legislação, tanto federal, quanto estadual e municipal, no caso do Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre.

O Artigo nº 215 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o direito de todos ao acesso a atividades culturais: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Para ilustrar e organizar as informações consideradas relevantes sobre a legislação pertinente à acessibilidade, organizamos a próxima subseção com a apresentação de algumas Leis, Decretos, Portarias e Normas da ABNT, entre outros, que tratam de assuntos referentes à acessibilidade e/ou pessoas com deficiência.

2.2.1 Legislação Federal

Apresentamos nesta subseção o Quadro 01 com as espécies normativas que tratam sobre o tema acessibilidade em âmbito federal.

Quadro 01 – Legislação Federal

Nome	Assunto	Obs.
Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012.	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do Artigo 5º, no inciso II do § 3º do Artigo 37 e no § 2º do Artigo 216 da Constituição.	Artigo 8º, inciso VIII.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006.	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.	
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	

Decreto nº 3.624, de 05 de outubro de 2000.	Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), e dá outras providências.	Artigo 13, inciso XII e XII e Artigo 14, inciso III.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.	
Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998.	Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.	Artigo 6º e Artigo 10.
Lei nº 12.319, de 1º De setembro de 2010.	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).	
Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.	
Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.	Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Artigo 7, inciso II e Artigo 13, § único.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Artigo 5º, incisos XII e XIII e § 3º.
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	Artigo 46, inciso I, alínea d.
Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.	
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.	Torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e	

	dá outras providências.	
Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978.	Dispõe sobre os Serviços Postais. (define o serviço de cecogama, como objeto de correspondência impresso em relevo, para uso dos cegos).	Artigo 7, § 1º, inciso d.
Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962.	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.	
Instrução Normativa nº 01, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 25 de novembro de 2003.	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.	
Portaria do Ministério das Comunicações nº 466, de 30 de julho de 2008.	Concede o prazo de noventa dias para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão passem a veicular, recurso de acessibilidade.	
Portaria nº 03 de 07 de maio de 2007.	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP).	
Portaria do Ministério das Comunicações nº 310, de 27 de junho de 2006.	Portaria que aprova a Norma nº 001/2006 relativa a recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.	
Resolução do Superior Tribunal de Justiça nº 02, de 25 de janeiro de 2005.	Confere prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência.	

Fonte: Zanona, 2014.

2.2.2 Legislação do Estado do Rio Grande do Sul

Esta subseção apresenta o que o Estado do Rio Grande do Sul possui em relação às espécies normativas sobre acessibilidade, conforme Quadro 02.

Quadro 02 – Legislação do Estado do Rio grande do Sul

Nome	Assunto	Obs.
Lei Estadual nº 8.103, de 18 de dezembro de 1985.	Declara atendimento privilegiado em repartições públicas estaduais, as pessoas idosas, as portadoras de defeitos físicos e as mulheres grávidas.	

Decreto nº 50.156, de 15 de março de 2013.	Institui o Comitê Gaúcho de Acessibilidade: Tecnologia e Informação (CGATI).	
Decreto Estadual nº 50.000, de 28 de dezembro de 2012.	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).	
Decreto Estadual nº 48.963, de 30 de março de 2012.	Institui a Política Estadual para as Pessoas com Deficiência (PCD) e Pessoas com Altas Habilidades (PHA), e dá outras providências.	
Decreto Estadual nº 48.964, de 30 de março de 2012.	Institui o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano RS sem limite) e dá outras providências.	
Decreto Estadual nº 48.292, de 26 de agosto de 2011.	Institui o Programa de Acessibilidade de Comunicação nas compras e edições de publicações, e dá outras providências.	
Decreto Estadual nº 48.293, de 26 de agosto de 2011	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos realizados no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.	
Decreto Estadual nº 48.294, de 26 de agosto de 2011.	Estabelece o Compromisso por parte do Estado do Rio Grande do Sul de implementar ações de inclusão das pessoas com deficiência, em regime de cooperação com a União e os Municípios, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPD), e dá outras providências.	
Decreto Federal nº 48.291, de 26 de agosto de 2011.	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a acessibilidade das pessoas surdas aos órgãos públicos do Estado do Rio Grande do Sul.	
Decreto Estadual nº 46.656, de 01 de outubro de 2009.	Altera dispositivos do Decreto Estadual nº 44.300, de 20 de fevereiro de 2006.	Inscrição da Pessoa com Deficiência em Concurso Público.
Decreto Estadual nº 45.363, de 28 de novembro de 2007.	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).	
Decreto Estadual nº 45.039, de 04 de maio de 2007.	Dispõe sobre a supervisão prevista na Lei nº 12.697, de 04 de maio de 2007.	Atribuições da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento

		nto Social.
Decreto Estadual nº 44.300, de 20 de fevereiro de 2006.	Regulamenta a Lei n.º 10.228, de 06 de julho de 1994, e dá outras providências.	Reserva de cargos ou empregos públicos destinada às pessoas com deficiência física, mental e sensorial.
Decreto Estadual nº 44.265, de 20 de janeiro de 2006.	Altera o Decreto nº 44.060, de 11 de outubro de 2005, que dispõe sobre o estágio educacional em órgãos e entidades da Administração Estadual, e dá outras providências.	
Decreto Estadual nº 44.261, de 19 de janeiro de 2006.	Define os órgãos e entidades que terão representação no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	
Decreto Estadual nº 44.060, de 11 de outubro de 2005.	Dispõe sobre o estágio educacional em órgãos e entidades da Administração Estadual.	
Decreto Estadual nº 42.410, de 29 de agosto de 2003.	Regulamenta a Lei n.º 11.664, de 28 de agosto de 2001, que dispõe sobre a gratuidade nas linhas comuns do transporte intermunicipal de passageiros, até o limite de duas passagens por coletivo, a deficientes físicos, mentais e sensoriais, comprovadamente carentes.	
Decreto Estadual nº 42.338, de 11 de julho de 2003.	Regulamenta o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS), instituído pela Lei nº 11.853, de 29 de novembro de 2002, e dá outras providências.	
Decreto Estadual nº 42.330, de 10 de julho de 2003.	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).	
Decreto Estadual nº 41.766, de 06 de agosto de 2002.	Aprova o Estatuto da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS).	
Decreto Estadual nº 41.491, de 19 de março de 2002.	Institui a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), e aprova o respectivo Estatuto.	
Decreto Estadual nº 41.058, de 18 de	Aprova o Estatuto Provisório da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e dá outras	

setembro de 2001.	providências.	
Decreto Estadual nº 40.891, de 13 de julho de 2001.	Regulamenta o Programa Primeiro Emprego, instituído pela Lei nº 11.363, de 30 de julho de 1999, alterada pela Lei nº 11.629, de 14 de maio de 2001.	
Decreto Legislativo 10.315, de 05 de outubro de 1999.	Aprova Convênio ICMS 35/99, que isentam do ICMS as saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física.	
Decreto Estadual nº 39.679, de 23 de agosto de 1999.	Determina procedimento relativo à criação, ampliação, reforma ou remodelação de espaços públicos urbanos e rurais.	
Decreto Estadual nº 39.436, de 27 de abril de 1999.	Modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).	
Decreto Estadual nº 38.375, de 07 de abril de 1998.	Dispõe sobre o aproveitamento na Administração Estadual de estagiários portadores de deficiência.	
Decreto Estadual nº 23.046, de 02 de abril de 1974	Aprova o Estatuto da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional.	
Decreto Estadual nº 39.678, de 23 de agosto de 1999.	Institui a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, e dá outras providências.	
Emenda Constitucional nº 56, de 03 de abril de 2008.	Acrescenta Inciso ao Artigo 13 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que determina aos municípios promover a acessibilidade nas edificações e logradouros de uso público e seus entornos.	
Lei Estadual nº 14.490, de 02 de abril de 2014.	Institui o Plano de Empregos, Funções e Salários e cria os empregos permanentes e os empregos e funções em comissão da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS).	
Lei Estadual nº 14.321, de 22 de outubro de 2013.	Altera a Lei n.º 8.535, de 21 de janeiro de 1988, que cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS), revoga a Lei n.º 6.616, de 23 de outubro de 1973, e dá outras providências.	
Lei Estadual nº	Dispõe sobre percentual na distribuição ou venda	

13.739, de 08 de junho de 2011.	de unidades habitacionais populares ou lotes individuais urbanos para pessoas com deficiência e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 13.720, de 28 de abril de 2011.	Cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011.	Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 13.519, de 16 de setembro de 2010.	Altera a Lei nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009.	Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.	
Lei Estadual nº 13.017, de 24 de julho de 2008.	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS), o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – (FEHIS) e o Conselho Gestor do FEHIS.	
Lei Estadual nº 12.900, de 04 de janeiro de 2008.	Assegura direito aos proprietários de animais de pequeno porte e de cães-guia no transporte rodoviário intermunicipal.	
Lei Estadual nº 12.885, de 04 de janeiro de 2008.	Torna obrigatória, nos estabelecimentos bancários, a instalação de caixas para uso preferencial de pessoas portadoras de deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, idosos e gestantes.	
Lei Estadual nº 12.697, de 04 de maio de 2007.	Dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 12.682, de 21 de dezembro de 2006.	Institui o Estatuto da Juventude no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.	
Lei Estadual nº 12.430, de 27 de março de 2006.	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros do Estado do Rio Grande do Sul possuírem equipamentos sanitários e bebedouros compatíveis com deficientes.	
Lei Estadual nº 12.339, de 10 de outubro de 2005.	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 12.227, de 05 de	Dispõe sobre a adaptação dos veículos do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano de	

janeiro de 2005.	Porto Alegre (TMPA) com dispositivos de acesso às pessoas portadoras de deficiência física, obesos, gestante e idosos.	
Lei Estadual nº 12.132, de 22 de julho de 2004.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento por parte dos shopping centers e similares de cadeiras de rodas para utilização de deficientes físicos e idosos, e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 12.081, de 05 de maio de 2004	Determina aos estabelecimentos bancários situados no território do estado do rio grande do sul, a disponibilização de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, e dá outras providencias.	
Lei Estadual nº 11.877, de 26 de dezembro de 2002.	Dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 11.856, de 04 de dezembro de 2002.	Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Nova Chance (PNC) e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 11.853, de 29 de novembro de 2002.	Institui o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e dá outras providências	Lei da Solidariedade.
Lei Estadual nº 11.810, de 21 de junho de 2002.	Determina à autoridade policial e aos órgãos de segurança pública a busca imediata de pessoa desaparecida menor de 16 (dezesesseis) anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental e/ou sensorial.	
Lei Estadual nº 11.666, de 06 de setembro de 2001.	Introduz modificações na Lei nº 8.535, de 21 de janeiro de 1988, e alterações, que cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS) e dá outras providências.	Lei da FADERS.
Lei Estadual nº 11.620, de 14 de maio de 2001	Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar e dá outras providências	
Lei Estadual nº 11.629, de 14 de maio de 2001.	Dá nova redação à Lei nº 11.363, de 30 de julho de 1999, que institui o Programa Primeiro Emprego.	
Lei Estadual nº 11.608, de 23 de abril de 2001	Institui o sistema estadual de incentivo às entidades de Assistência Social e às Pessoas Portadoras de Deficiência.	
Lei Estadual nº	Institui o programa Primeiro Emprego e dá outras	

11.363, de 30 de julho de 1999.	providências.	
Lei Estadual nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998.	Dispõe sobre a Educação Profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul (SUEPRO/RS) e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 10.945, de 15 de abril de 1997.	Dispõe sobre o atendimento preferencial e obrigatório aos idosos, gestantes e pessoas portadoras de deficiência nos diferentes níveis de atenção a saúde, pelo Sistema Único de Saúde (SUS/RS).	
Lei Estadual nº 10.869, de 05 de dezembro de 1996.	Introduz modificações na Lei n.º 8.115, de 30 de dezembro de 1985, e alterações, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).	
Lei Estadual nº 10.726, de 23 de janeiro de 1996.	Institui o Sistema Estadual do Desporto, dispõe sobre normas gerais de desporto no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 10.176, de 23 de maio de 1994.	Dispõe sobre a publicação gratuita, no Diário Oficial do Estado, de extrato de estatuto social e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 10.003, de 08 de dezembro de 1993.	Redução de carga horária para servidor público estadual com filho PCD, assegura direito a servidores públicos estaduais quanto a filhos portadores de deficiência e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 9.796, de 30 de dezembro de 1992.	Assegura aos idosos, deficientes e gestantes o direito a atendimento preferencial e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 9.049, de 8 de fevereiro de 1990.	Altera a Lei nº 8.535, de 21 de janeiro de 1988, que cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 8.650 de 08 de junho de 1988.	Cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preenchem, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus Quadros de Pessoal, com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos) oriundos de instituições mantidas pelo Estado, obras particulares conveniadas com o Estado, ou que, sendo filantrópicas, possuam registros na Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Comunitária.	
Lei Estadual nº	Cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e	

8.535, de 21 de janeiro de 1988.	ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS), revoga a Lei nº 6.616, de 23 de outubro de 1973 e dá outras providências.	
Lei Estadual nº 8.115, de 30 de dezembro de 1985.	Institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotor.	
Lei Estadual nº 8.103, de 18 de dezembro de 1985.	Estabelece prioridade de atendimento, em todas às repartições públicas estaduais, às pessoas idosas, às portadoras de defeitos físicos e às mulheres grávidas.	
Lei Estadual nº 7.616, de 05 de janeiro de 1982.	Especifica as doenças de que trata o Artigo 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República.	
Lei Estadual nº 6.616, de 23 de outubro de 1973.	Autoriza a instituição da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional e dá outras providências.	
Recomendação do Ministério Público Estadual, de 07 de agosto de 2009.	Recomenda ao DETRAN/RS medidas de acessibilidade na comunicação em Libras junto aos Centros de Formação de Condutores (CFCs).	
Resolução Estadual nº 510, de 09 de agosto de 2012.	Institui o Grupo Condutor Estadual de Cuidados à Pessoa com Deficiência da Secretaria Estadual da Saúde do RS.	
Resolução Estadual nº 267/2002.	Fixa os parâmetros para a oferta da educação especial no Sistema Estadual de Ensino.	
Resolução Estadual nº 03/2000 - CES/RS.	Aprova a proposta de concessões descentralizadas de órteses e próteses ambulatorias.	
Ordem de Serviço do Governador nº 005, de 19 de março de 1981.	Determina que os projetos de construção de novos prédios das secretarias e órgãos da administração indireta sejam elaborados com eliminação de quaisquer barreiras arquitetônicas ao deslocamento de pessoas deficientes.	
Resolução nº 2.919, de 15 de setembro de 2004.	Institui a obrigatoriedade da tradução simultânea em LIBRAS, das sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, transmitidas pela TV Assembleia, e dá outras providências.	

Fonte: Zanona, 2014.

2.2.3 Legislação do Município de Porto Alegre

Nessa subseção o Quadro 03 demonstra as espécies normativas em âmbito municipal que discorrem sobre acessibilidade.

Quadro 03 – Legislação do Município de Porto Alegre

Nome	Assunto	Obs.
Decreto nº 16.708 de 11 de junho de 2010.	Dispõe sobre licenciamento de edificações no Município de Porto Alegre	
Decreto nº 15.915, de 07 de abril de 2008.	Regulamenta a instalação de equipamentos especialmente desenvolvidos para crianças que necessitem fazer uso de cadeiras de rodas nas praças e parques públicos e particulares.	
Decreto nº 15.752, de 05 de dezembro de 2007.	Institui o Certificado de Acessibilidade e o Selo de Acessibilidade no âmbito do Município de Porto Alegre.	
Decreto nº 14.494, de 01 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei Complementar nº 284/92 quanto à apresentação, aprovação e licenciamento de projetos e vistorias prediais das atividades listadas no anexo 1.1 da referida Lei Complementar e dá outras providências.	
Decreto nº 14.970, de 08 de novembro de 2005.	Revoga o Decreto nº 12.714, de 23 de março de 2000. Dispõe sobre a pavimentação de passeios públicos e dá outras providências	
Decreto nº 13.241 de 28 de maio de 2001.	Regulamenta a Lei nº 8.126, de 06 de janeiro de 98, que obriga a todos os hotéis e motéis estabelecidos no Município de Porto Alegre a adaptarem suas instalações, a fim de garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiências.	
Decreto nº 13.240 de 28 de maio de 2001.	Regulamenta a Lei nº 8.082, de 10 de dezembro de 1997, que obriga a todos os estabelecimentos comerciais (bares, lancherias), com área igual ou superior a 100m ² , ficam obrigados a adaptar ou construir, no mínimo, um banheiro masculino e um banheiro feminino para o uso de pessoas portadoras de deficiência.	
Decreto nº 12.714 de 23 de março de 2000.	Dispõe sobre pavimentação de passeios públicos e dá outras providências	
Decreto nº 12.463 de 25 de agosto de 1999.	Regulamenta o Artigo 4º da Lei nº 8.317 de 09 de junho de 1999 que dispõe sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público	

Decreto nº 11.808 de 25 de setembro de 1997.	Regulamenta a Lei nº 7847/96 que autoriza o município a tomar procedimentos necessários para adaptar os banheiros públicos existentes e a construir ao acesso e uso por pessoas portadoras de deficiência	
Decreto nº 11.410 de 03 de janeiro de 1996.	Regulamenta a Lei nº 7591 de 12 de janeiro de 1995 alterada pela Lei nº 7715 de 05 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de cadeiras de rodas ou assemelhadas para o uso dos interessados nos estabelecimentos comerciais e supermercados com mais de 1000 metros quadrados de área construída.	
Decreto nº 10.926 de 18 de fevereiro de 1994.	Revoga o Decreto nº 9686/90. Regulamenta o disposto no Artigo 230 inciso VII da Lei Complementar nº 43/79, quanto à pavimentação de passeios públicos.	
Decreto nº 6.862 de 19 de julho de 1979.	Dispõe sobre a preferencialidade em lugares sentados, nos ônibus para pessoas idosas ou portadoras de defeitos físicos ou gestantes.	
Lei nº 10.379, de 06 de fevereiro 2008	Dispõe sobre a obrigatoriedade de espaço para cadeira de rodas e de assentos reservados para pessoas portadoras de necessidades especiais em salas de exibição de cinema no Município de Porto Alegre e dá outras providências.	
Lei nº 10.298, de 22 de novembro de 2007.	Obriga as instituições bancárias que mantêm caixas eletrônicos a adaptá-los de modo a permitir seu acesso e uso por portadores de deficiência físico-motora e dá outras providências.	
Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007.	Rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum, revoga as Leis nºs 6.002, de 02 de dezembro de 1987, 6.806, de 21 de janeiro de 1991, 7.775, de 27 de março de 1996, 7.919, de 16 de dezembro de 1996, 8.895, de 24 de abril de 2002, 8.897, de 30 de abril de 2002, e 9.418, de 6 de abril de 2004, e libera, a critério da Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), nos horários e dias da semana que determina, os locais onde o estacionamento é proibido.	
Lei nº 10.938 de 02 de agosto de 2010.	Inclui no parágrafo único no Artigo 8º da Lei nº 10.199 de 2007 – Estatuto do Pedestre a sinalização tátil.	
Lei nº 9.380, de 07 de janeiro de 2004.	Torna obrigatória a instalação de caixas para uso privativo de deficientes, idosos e gestantes no andar térreo dos estabelecimentos bancários que tenham atendimento de caixas exclusivamente em andares superiores, exceto os que possuam elevadores.	
Lei nº 9.405, de 15 de janeiro 2004.	Altera a Lei nº 7.663, de 15 de setembro de 1995, que determina a colocação, no espaço publicitário dos	

	abrigos das paradas de ônibus, do número, nome, itinerário e horário de largada das linhas de ônibus que ali param e dá outras providências, também ser escrito no Sistema Braille.	
Lei nº 9.079 de 08 de janeiro de 2003.	Dispõe sobre instalações sanitárias em feiras comerciais e dá outras providências, no mínimo 01 (um) deverá ser adaptado para o uso de pessoas portadoras de deficiência.	
Lei nº 8.871 de 04 de janeiro de 2002.	Dispõe sobre a condução de animais da espécie canina no Município de Porto Alegre e dá outras providências.	
Lei nº 8.632 de 27 de outubro de 2000.	Torna obrigatória a apresentação de cardápios escritos no sistema braille em todos os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e congêneres.	
Lei nº 8.573 de 27 de julho de 2000.	Institui o guia de direitos e serviços para pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.	
Lei nº 8.320 de 17 de junho de 1999.	Autoriza o município a implantar rampas (aclives/declives) nos meios fios junto às faixas de segurança e em locais de grande fluxo de pedestres.	
Lei nº 8.317 de 09 de junho de 1999.	Dispõe sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas em edificações e logradouros de uso público e dá outras providências.	
Lei nº 8.126 de 06 de dezembro de 1997.	Obriga os hotéis e motéis estabelecidos no município de porto alegre a adaptarem suas instalações, a fim de garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.	
Lei nº 8.082 de 10 de dezembro de 1997	Todos os estabelecimentos comerciais (bares, lancherias, restaurantes e congêneres) com área igual ou superior a 100m ² (cem metros quadrados) ficam obrigados a adaptar ou construir no mínimo um banheiro masculino e um banheiro feminino para o uso de pessoas portadoras de deficiência.	
Lei nº 7.847 de 17 de setembro de 1996.	Adapta os banheiros públicos para o uso das pessoas portadoras de deficiências	
Lei nº 7.591 de 10 de janeiro de 1995.	Obriga os estabelecimentos comerciais com mais de 1000 metros quadrados a colocação de cadeiras de rodas ou assemelhados para o uso dos interessados.	
Lei nº 7.076 de 04 de junho de 1992.	Estabelece prioridade de atendimento, em todas as repartições públicas municipais, estaduais e federais, estabelecimentos bancários e comerciais, às pessoas idosas, às portadoras de deficiência física e às gestantes.	

Lei Complementar nº 485 de 08 de janeiro de 2003.	Aviso de dispositivo sonoros em elevadores para facilitar o acesso de deficientes visuais.	
Lei Complementar nº 432 de 02 de julho de 1999.	Dispõe sobre o uso e permanência de cães-guia para pessoas portadoras de deficiência visual nos locais públicos e privados.	
Lei Complementar nº 416 de 07 de abril de 1998.	Torna obrigatória a instalação nas agências e nos postos de atendimento bancário eletrônico de pequena escada móvel. Abaixo dos balcões de atendimento e nos terminais para o uso de pessoas portadoras de nanismo.	
Ordem de Serviço 12 de 09 de junho de 1993.	Determina a fixação de cartazes sobre o teor da Lei nº 7076/92 (preferência do atendimento a idosos deficientes físicos e gestantes) nos locais de atendimento ao público.	

Fonte: Zanona, 2014.

2.2.4 Normas que Tratam do Tema Acessibilidade

Esta subseção relaciona as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas que relacionam-se com o tema acessibilidade, conforme observa-se no Quadro 04.

Quadro 04 – Normas que Tratam do Tema Acessibilidade

Ano	Norma	Assunto	Obs.
2006	NBR 15450	Acessibilidade de passageiros ao sistema de transporte aquaviário.	
2005	NBR 15320	Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.	
2005	NBR 15290	Acessibilidade em Comunicação na Televisão.	
2005	NBR 15250	Acessibilidade em Caixa de Auto-atendimento Bancário.	
2006	NBR 14022	Transporte - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.	
2004	NBR 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	
2003	NBR 14970-3	Acessibilidade em Veículos Automotores (Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor	

		apropriado).	
2003	NBR 14970-2	Acessibilidade em Veículos Automotores (Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida).	
2003	NBR 14970-1	Acessibilidade em Veículos Automotores - Requisitos de Dirigibilidade.	
2001	NBR 9077	Saídas de emergência em edifícios – Procedimento.	
2000	NBR 13994	Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.	
1999	NBR 14273	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial	
2013	NBR 10898	Sistema de iluminação de emergência.	
2005	NBR 14021	Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem Metropolitano.	
1997	NBR 14020:	Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso.	
2009/ 2010	NBR 11003	Tintas -Determinação da aderência - Método de ensaio.	NBR 11003:20 09 Versão Corrigida : 2010
2008	NBR 10283	Revestimentos eletrolíticos de metais e plásticos sanitários – Especificação.	
1986	NBR 9284	Equipamento Urbano - Classificação.	

Fonte: Zanona, 2014.

Nota-se que há um vasto material legislativo e normativo que trata do tema acessibilidade, de maneira que podemos entender que tal assunto vem sendo cada vez mais discutido, recebendo interesse e dos órgãos governantes um olhar cada vez mais atento e interessado.

Contudo, Graeff, Fernandes e Closs (2013, p. 136) acrescentam que:

é preciso que as leis e normas técnicas que dispõem sobre a acessibilidade continuem a ser aperfeiçoadas através das lutas da sociedade civil, da consolidação do controle social democrático no campo da cultura e que o poder público siga exercendo o seu papel regulador e interventor. Mas, sobretudo, é fundamental que as

peças com deficiência sejam percebidas, sentidas e ouvidas nos mais diferentes fóruns e espaços de cultura.

Conseqüentemente, observa-se que há a necessidade de que se tenha o conhecimento de padrões e itens que devem ser observados e utilizados nos ambientes, tanto públicos quanto privados, tanto internos quanto externos, e que os mesmos busquem possibilitar a circulação e utilização por pessoas com deficiência. Assim, faz-se necessário o atendimento das indicações, medidas e padrões apontados pelo Desenho Universal, a próxima seção a ser apresentada.

3 DESENHO UNIVERSAL

A utilização de desenho universal deve, de acordo com Cambiaghi (2012), criar melhores práticas para todas as pessoas em todos os aspectos.

Prado (2010) explica que o conceito de desenho universal foi mostrado pela primeira vez no Brasil no VI Seminário Ibero Americano de Acessibilidade ao Meio Físico, ocorrido em junho de 1994, no Rio de Janeiro, em apresentação realizada pelo arquiteto americano Edward Steinfeld. Tal conceito foi incorporado ao texto da NBR 9050 de 1994, que naquele momento estava em fase de elaboração.

O texto da NBR 9050, já na edição de 2004, a ABNT define desenho universal como sendo “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”. (NBR 9050, 2004, p. 3).

Ainda podemos caracterizar desenho universal, de acordo com Correia e Correia (2007, p. 301) como:

Um conjunto de preocupações, conhecimentos, metodologias e práticas que visam a concepção de espaços, produtos e serviços, utilizáveis com eficácia, segurança e conforto pelo maior numero de pessoas possível, independente das suas capacidades.

O desenho universal tem por objetivo proporcionar que sejam utilizadas certas regras que favoreçam o atendimento de necessidades de todos os indivíduos na utilização e em acesso a lugares e equipamentos com autonomia, segurança e conforto. Nesse sentido, observa-se a necessidade de aplicação de alguns elementos sugeridos, especificados e dimensionados pela ABNT em normas específicas, como por exemplo, a NBR 9050 de 2004, que dispõe sobre a utilização de itens tais como rampas, pisos táteis, banheiros para cadeirantes, barra de apoio, elevadores acessíveis, sinalização inclusiva, entre outros, acarretando numa arquitetura adequada para ser utilizada pelo maior número de pessoas possível. A aplicação das normas técnicas de acessibilidade é o alicerce do desenho universal, pois garante ao usuário servir-se dos ambientes sem sofrer distinções pelas suas características pessoais, minimizando as desigualdades entre as pessoas.

Santos Filho (2010, p.35) relata os sete princípios utilizados para desenho universal, os quais servem para descrever as preocupações que norteiam os projetos de acessibilidade:

- a) O uso equitativo para com diversas habilidades, evitando-se a discriminação;
- b) A flexibilidade no uso para diversas capacidades individuais;
- c) A simplicidade e intuitividade no uso;
- d) A percepção fácil e eficiente da informação para uso;
- e) A tolerância ao erro, minimizando consequências indesejáveis pelo uso incorreto;
- f) A redução do esforço físico;
- g) Previsão de tamanho e espaço para o uso em diferentes situações.

Dentre os itens apresentados no desenho universal, veremos na próxima seção a questão relacionada à sinalização de espaços e equipamentos relacionados à questão da acessibilidade.

3.1 SINALIZAÇÃO

Buscando indicar os espaços que possuem acessibilidade, a ABNT, em sua NBR 9050 de 2004, define a simbologia a ser utilizada na identificação de espaços acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa maneira a Figura 01 apresenta a símbolo internacional de acesso.

Figura 01 - Símbolo Internacional de Acesso



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

No entanto, o grupo de designers americanos chamado de Accessible Icon Project, vem sugerindo transformar este símbolo em algo mais atual, onde se utiliza uma figura mais dinâmica, ativa e independente, com braços que se demonstram prontos para a ação, conforme mostrado na Figura 02. A utilização deste símbolo

ainda não foi homologada para utilização no Brasil, entretanto, espera-se que em breve ele seja adotado pelos países que têm interesse no bem estar das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Figura 02 – Novo Símbolo Internacional de Acesso Mostrando uma Pessoa com Deficiência em Movimento e com Autonomia



Fonte: The Accessible Icon Project¹

A ABNT aponta que a utilização desta simbologia deve ser fixada em lugares de grande visibilidade e circulação, como por exemplo, entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas acessíveis de embarque/desembarque, sanitários, áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas, equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência (NBR 9050, 2004).

Para indicação da existência de sanitários acessíveis, a mesma norma indica a utilização de sinalização conforme as Figuras, 03, 04, 05 e 06:

Figura 03 - Símbolo de Sanitário Feminino Acessível



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 04 - Símbolo de Sanitário Masculino Acessível



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

¹ <http://www.accessibleicon.org/>

Figura 05 - Sanitário Feminino e Masculino Acessível



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 06 - Sanitário Familiar Acessível



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Para sinalização de rotas acessíveis, a NBR 9050 de 2004 indica a utilização dos símbolos representados conforme mostrado nas Figuras de 07 à 14.

Figura 07 - Símbolo que Indica Elevador



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 08 - Símbolo que Indica Escada Rolante



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 09 - Símbolo que Indica Escada Rolante com Degrau para Cadeira de Rodas



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 10 - Símbolo que Indica Escada



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 11 - Símbolo que Indica Escada com Plataforma Móvel



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 12 - Símbolo que Indica Rampa



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 13 - Símbolo que Indica Esteira Rolante



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

É importante que haja sinalização de emergência para indicação de rotas de fuga e saídas de emergência. Esta indicação deve ser observada a partir de informações tanto visuais quanto sonoras e táteis, sendo que os locais mais apropriados para sua fixação são as escadas de emergência, portas corta-fogo entre outras, conforme aponta a Figura 14.

Figura 14 - Sinalização Indicando Área de Resgate para Pessoas com Deficiência



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.2 PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS

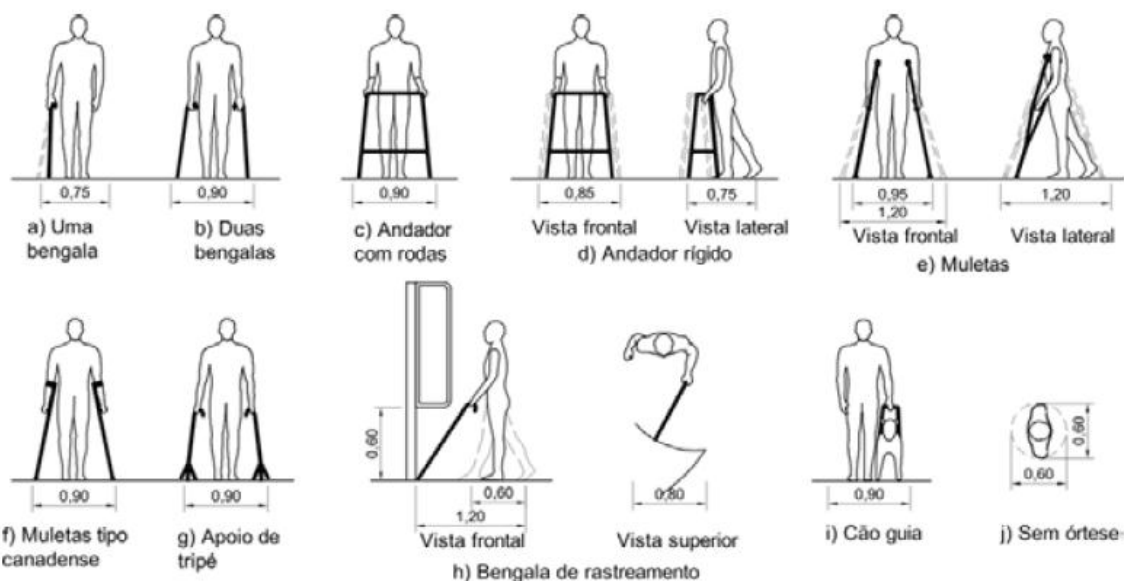
De acordo com Cambiaghi (2012, p. 39):

A arquitetura e o design inclusivos têm como ponto de partida os dados antropométricos. Ter a compreensão das medidas das várias partes do corpo humano possibilita o cálculo da área necessária para o alcance e a possibilidade de manipulação, uso ou acionamento e entendimento de um objeto, levando em consideração a ergonomia cognitiva desse objeto. Quanto mais os objetos forem pensados para atender, conjuntamente, às necessidades funcionais do maior número possível de pessoas, mais a arquitetura e o design inclusivos serão praticados.

Buscando o desenvolvimento de padrões inclusivos, é necessário que se identifique as necessidades e dificuldades pelas quais passam as pessoas com deficiência. Dessa maneira, nos parâmetros apontados para definição das medições referenciais utilizadas em desenho universal, a ABNT (2004) aponta que “foram consideradas as medidas entre 5% e 95% da população brasileira”. (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004, p. 5).

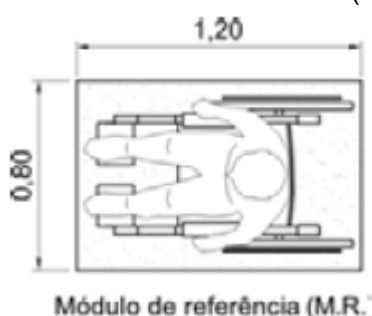
As Figuras 15 e 16 indicam as medidas de referência para deslocamento.

Figura 15 - Medidas para Pessoas em Pé



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 16 - Medidas para Pessoas em Cadeiras de Rodas (PCR)



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.3 DESENHO UNIVERSAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A utilização de projetos adaptados para acessibilidade em bens tombados vem sendo indicada pela NBR 9050 de 2004 da ABNT a partir da adequação do espaço às normas nele descritas, juntamente com as especificações propostas pelos órgãos de responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural competentes.

Nos espaços onde há impossibilidade de adaptação, a NBR 9050 de 2004 define a utilização de informação visual, auditiva ou tátil. Em teatros, cinemas, auditórios ou similares, a mesma norma aconselha a utilização de assentos para Pessoa com Mobilidade Reduzida (PMR) e para Pessoa Obesa (PO), e espaços reservados para Pessoa em Cadeira de Rodas (PCR). Estes espaços devem:

- a) Estar localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga;
- b) Estar distribuídos pelo recinto, recomendando-se que seja nos diferentes setores e com as mesmas condições de serviços;
- c) Estar localizados junto de assento para acompanhante, sendo no mínimo um assento e recomendável dois assentos de acompanhante;
- d) Garantir conforto, segurança e boa visibilidade e acústica;
- e) Estar instalados em local de piso plano horizontal;
- f) Ser identificados no local e bilheteria (...);
- g) Estar preferencialmente instalados ao lado de cadeiras removíveis e articuladas para permitir ampliação da área de uso por acompanhantes ou outros usuários (PCR ou PMR). (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004, p. 80).

Quanto à quantidade de espaços reservados para o público, a NBR 9050 de 2004 indica a utilização conforme Quadro 05:

Quadro 05 - Espaço para Pessoas em Cadeiras de Rodas e Pessoas com Mobilidade Reduzida e Pessoas Obesas

Capacidade total de assentos	Espaços para P.C.R	Assento para P.M.R	Assento P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4 DESENHO UNIVERSAL NA CONSTRUÇÃO E/OU ADAPTAÇÃO DE LUGARES ACESSÍVEIS

A aplicação de normas próprias para pessoas com deficiência vem sendo gradativamente aplicadas na construção de locais acessíveis.

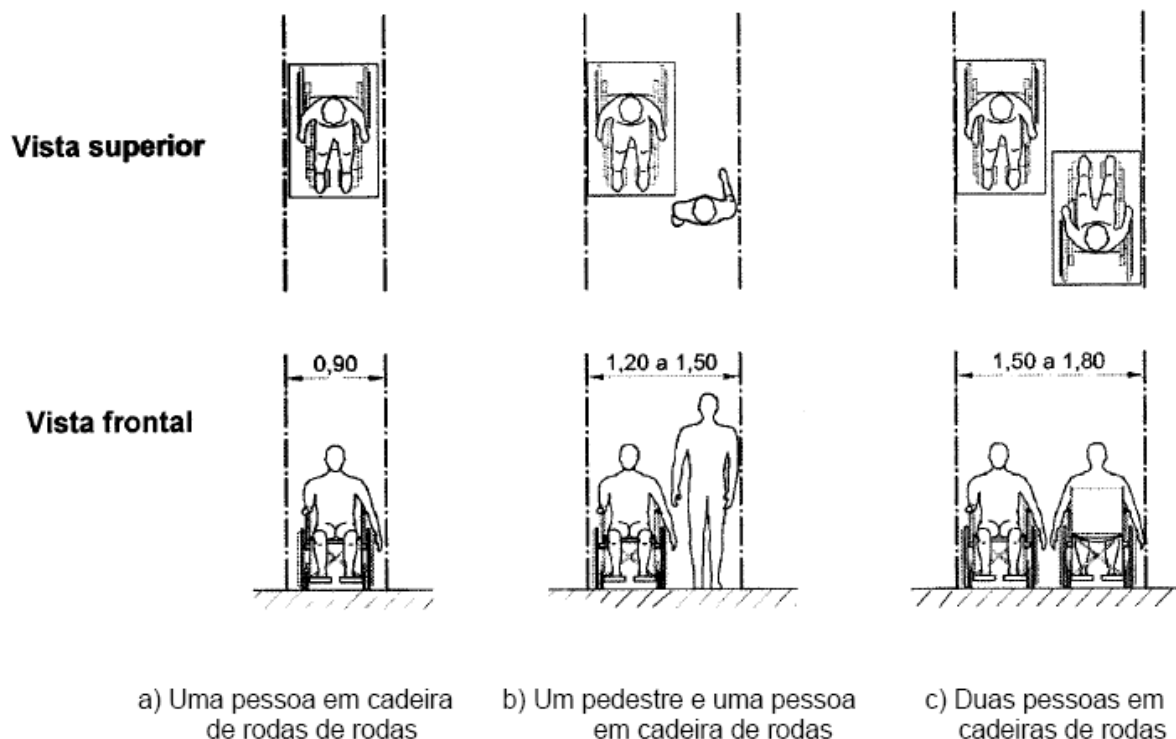
A NBR 9050 de 2004 demonstra ser um relevante instrumento de consulta para espaços acessíveis, sendo uma considerável fonte na orientação para construção de ambientes que possam ser utilizados por todas as pessoas.

Nos subitens a seguir, iremos apontar alguns pontos importantes para construção e/ou adequação de espaços acessíveis, baseados em recomendações apontadas pela NBR 9050 de 2004 e por outros autores experts no assunto.

3.4.1 Área de circulação

Para passagem de cadeirantes, recomenda-se que haja disponibilidade de um espaçamento de 0,90m, conforme aponta Figura 17.

Figura 17 - Dimensões Referenciais para Deslocamento em Linha Reta de Pessoas em Cadeiras de Rodas

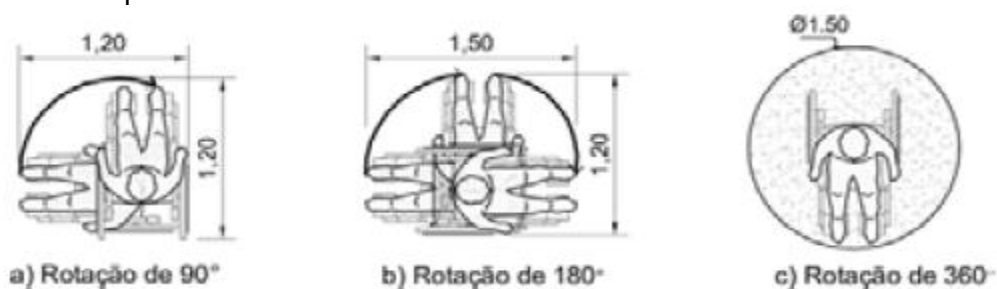


Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

O espaço necessário para manobra sem deslocamento de cadeirantes, as dimensões necessárias apontadas pela NBR 9050 de 2004 são, de acordo com a Figura 18, as seguintes:

- a) para rotação de $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- b) para rotação de $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- c) para rotação de $360^\circ = \text{diâmetro de } 1,50 \text{ m}$.

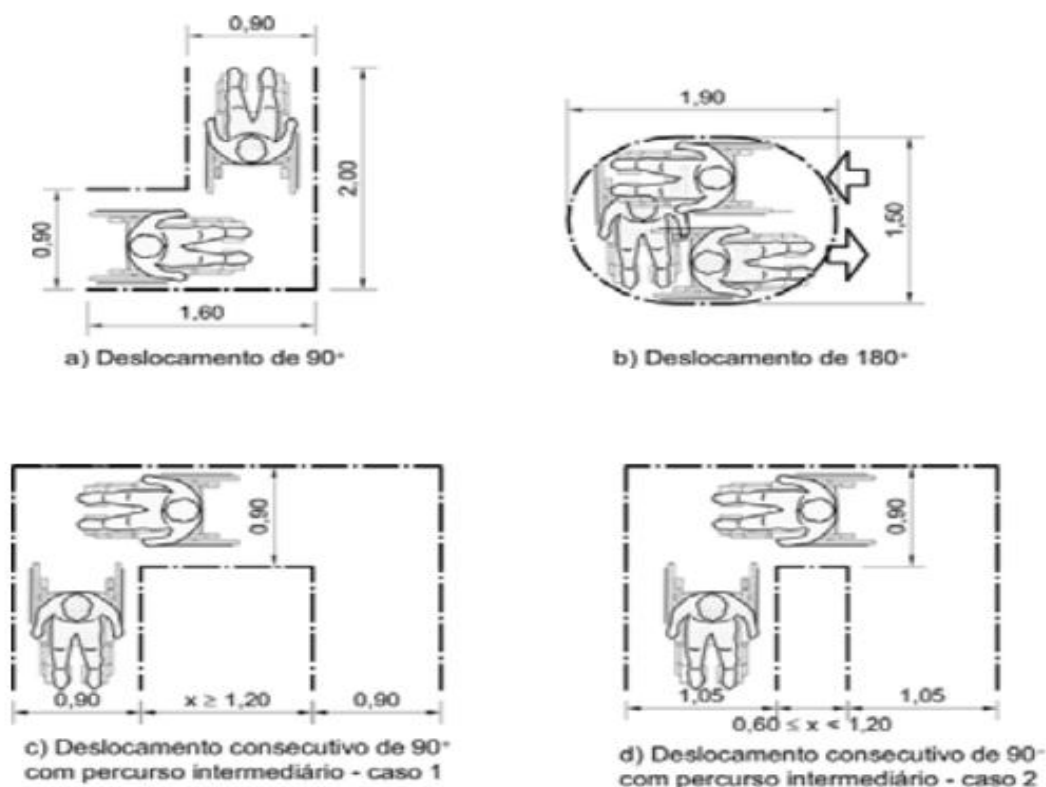
Figura 18 - Área para Manobra sem Deslocamento



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Caso haja necessidade de deslocamento, a área será conforme a Figura 19.

Figura 19 - Área para Manobra de Cadeiras de Rodas com Deslocamento



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4.2 Área de Transferência

Nas áreas utilizadas para transferência, devem ser observadas as dimensões de 0,80m e 1,20m e ângulo de alcance para manobra com o intuito de proporcionar conforto e segurança para pessoas em cadeiras de rodas. Em relação à altura, esta deve ser próxima a do assento da cadeira de rodas e possuir barras que proporcione apoio para deslocamento.

3.4.3 Pisos

O piso da área de circulação deve ter:

Superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004, p. 39).

É importante que sejam evitados desníveis em espaços de circulação acessíveis. Entretanto pequenos desníveis de até cinco milímetros não demandam tratamento especial. Já desníveis com alturas entre cinco à quinze milímetros, estes devem ser tratados em como rampas. Neste caso, a inclinação máxima deve ser de 50%, conforme exemplificado na Figura 20.

Figura 20 - Exemplo de Tratamento de Desníveis em Milímetros



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4.4 Rampas

A existência de rampas é fundamental para o deslocamento de PCR e PMR. Assim, torna-se necessária a observação dos seguintes itens:

- a) Utilizar pisos antiderrapantes;
- b) Construir patamares de descanso;
- c) Instalar corrimãos contínuos e de boa empunhadura;
- d) Construir degraus com alturas e pisos constantes, demarcando com piso diferenciado seu início e término;
- e) Instalar iluminação de segurança nas escadas e rampas;
- f) Instalar interruptores próximos ao início e término de escadas (CAMBIAGHI, 2012, p. 54).

No cálculo para definição de medidas para estabelecimento de rampas acessíveis, a NBR 9050 nos indica a utilização da seguinte fórmula:

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Onde:

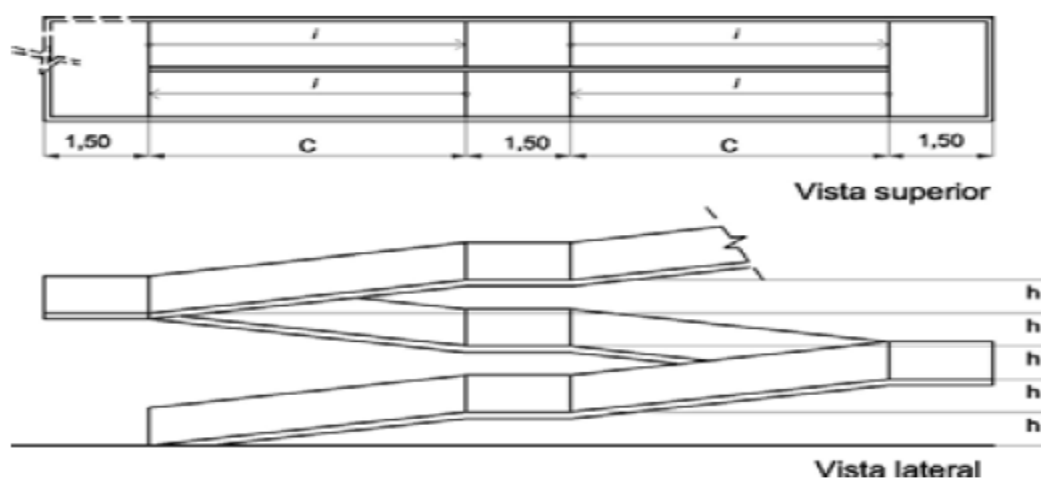
i é a inclinação, em porcentagem;

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

A Figura 21 exemplifica o dimensionamento para rampas acessíveis.

Figura 21 - Exemplo de Dimensionamento de Rampa



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Para desníveis com inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 metros.

O Quadro 06 indica como deve ser o dimensionamento de rampas acessíveis:

Quadro 06 - Dimensionamento de Rampas Acessíveis

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Para inclinações entre 8,33% até 12,5%, em reformas em que não hajam outras possibilidades de solução, indica-se a utilização do Quadro 07.

Quadro 07 - Dimensionamento de Rampas para Situações Excepcionais

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
$8,33 (1:12) \leq i < 10,00 (1:10)$	0,20	4
$10,00 (1:10) \leq i \leq 12,5 (1:8)$	0,075	1

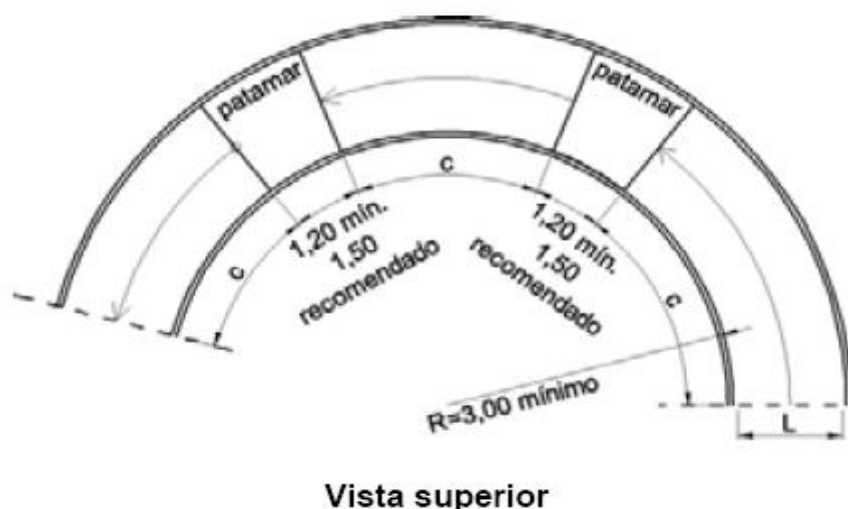
Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

A largura mínima recomendável das rampas deve ser 1,5 metros, porém o mínimo aceitável é de 1,20 metros. Contudo, sugere-se que o dimensionamento das rampas seja adequado ao fluxo de pessoas.

No caso da utilização de rampas, é recomendada a utilização de corrimãos. Não existindo paredes laterais à rampa, devem ser utilizadas guias de balizamento com altura mínima de metro, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda-corpos.

Rampas em curva devem possuir inclinação máxima de 8,33% e um raio mínimo de 3,00 metros, conforme apontado na Figura 22.

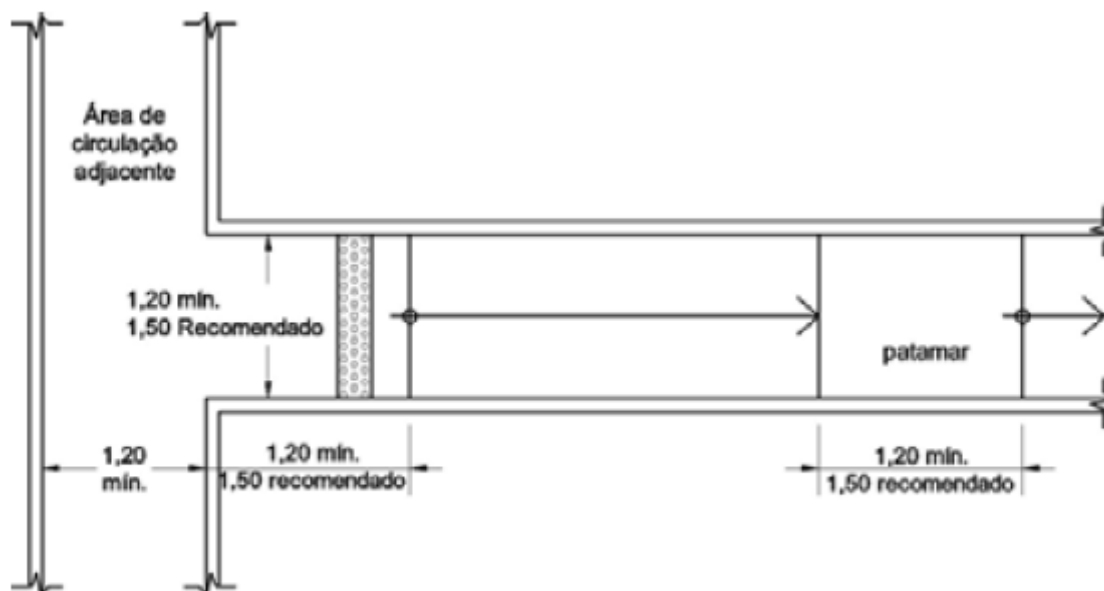
Figura 22 - Exemplo de Rampa em Curva



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

É indicada a utilização de patamares sempre no começo e final da rampa. Recomenda-se dimensionamento longitudinal mínimo de 1,20 metros, conforme exemplifica Figura 23.

Figura 23 - Exemplo de Patamares em Rampas



Vista superior

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4.5 Capachos, Forrações e Tapetes

Capachos devem estar embutidos e nivelados no piso. Carpetes e forrações precisam ser fixados no piso, evitando enrugamento, sendo que sua altura não pode exceder a seis milímetros em caminhos acessíveis. Devem ser evitados a utilização de tapetes em locais acessíveis.

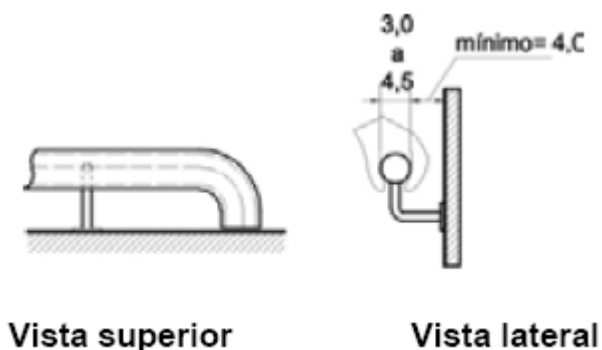
3.4.6 Corrimãos e guarda-corpos

É indispensável a utilização de corrimãos em rampas e escadas acessíveis. Cambiaghi (2012, p. 166) indica que sejam seguidas as seguintes recomendações:

- Nas rampas, os corrimãos devem ser duplos nas alturas de 0,70 m e 0,92 m do piso; nas escadas, pode ser único, com 0,93 m; devem ter seção preferencialmente circular, não apresentar arestas vivas e ser firmemente fixados;

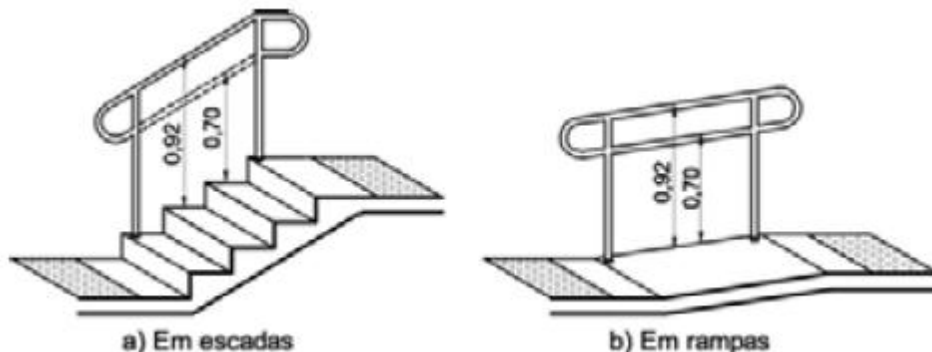
- b) Os corrimãos laterais devem ser contínuos e prolongar-se 0,30 m antes do início e após o término das rampas ou escadas, sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão;
- c) Devem ser instalados de ambos os lados das rampas ou escadas e na parte central quando a largura for superior a 2,40 m;
- d) Devem estar afastados no mínimo 0,04 m das paredes;
- e) Devem permitir boa empunhadura e bom deslizamento.

Figura 24 - Exemplo de Empunhadura de Corrimão



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

Figura 25 - Altura do Corrimão em Rampas e Escadas



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4.7 Sanitários

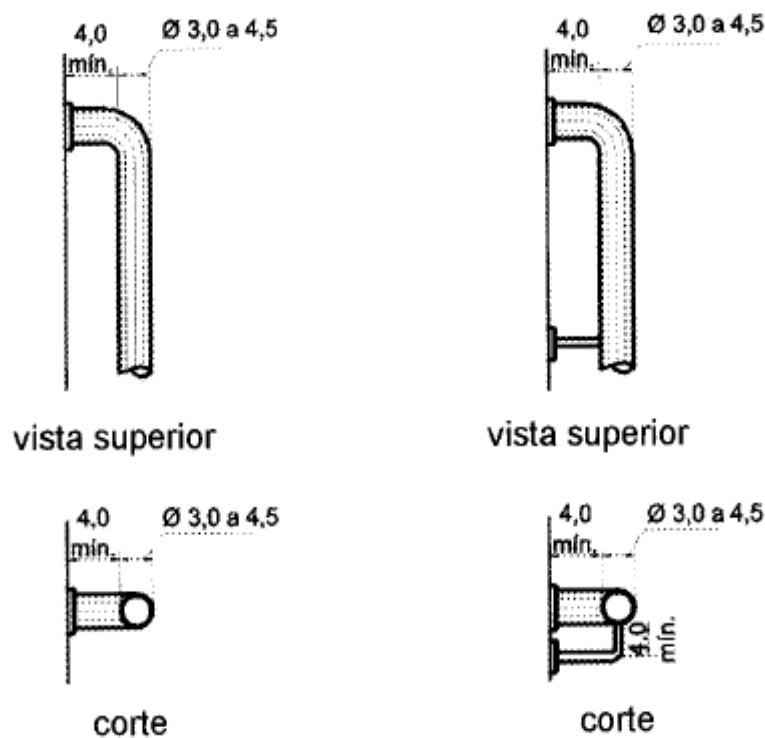
Nos banheiros, Cambiaghi (2012), indica a utilização de itens como assento e barras de apoio no chuveiro, ducha de comando manual para adequação da temperatura, pias com barra de apoio e vaso sanitário instalado a 0,46 metros de altura do piso.

A NBR 9050 (2004) indica que sanitários acessíveis devem estar localizados preferencialmente próximos a rotas acessíveis, sendo devidamente sinalizados.

Pelo menos 5% dos sanitários do espaço devem ser acessíveis, sendo que o mínimo é de uma unidade. No caso de banheiros separados por sexo, deve-se considera-los separadamente para efeito de calculo. É recomendada também a instalação de uma bacia infantil para uso de crianças ou para pessoas de baixa estatura.

As barras de apoio para deslocamento da pessoa em cadeira de rodas devem suportar um esforço mínimo de 15 KN em qualquer sentido e ter diâmetro entre 3,00 centímetros e 4,50 centímetros, devendo ser fixadas junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, com comprimento mínimo de 0,80 a 0,75 metros de altura do piso.

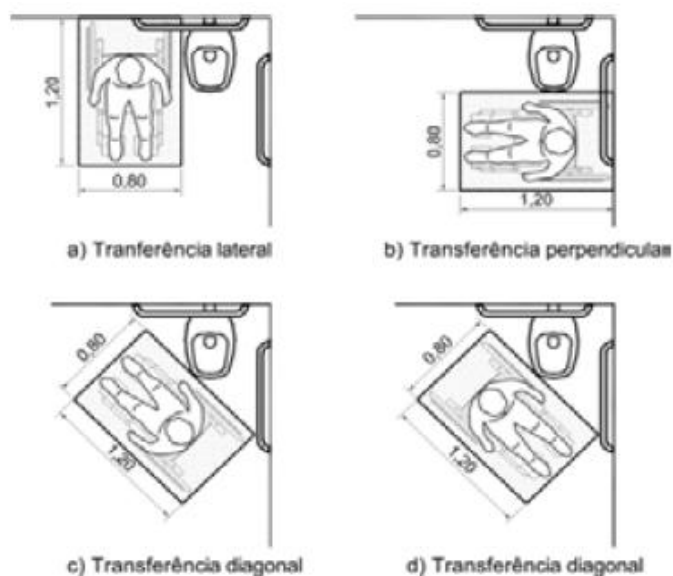
Figura 26 - Dimensionamento da Barra de Apoio



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

A Figura 27 demonstra a área de transferência necessária para utilização da bacia sanitária.

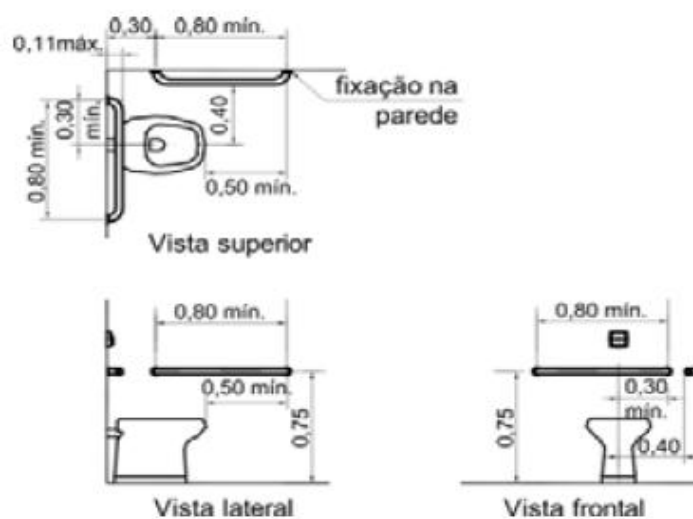
Figura 27 - Área de Transferência para Bacia Sanitária



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

A distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 metros, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 metros da borda frontal da bacia. A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 metros da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 metros além do eixo da bacia, em direção à parede lateral, conforme Figura 28.

Figura 28 - Barra de Apoio Lateral e de Fundo



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004.

3.4.8 Balcão de Recepção

É fundamental que o balcão de recepção tenha medidas acessíveis, pois é o local onde a pessoa vai buscar as primeiras informações sobre o espaço.

Cambiaghi (2012, p.233) expõe as seguintes observações a serem atendidas para que se obtenha balcão acessível:

- a) Ter altura máxima de 0,90 m da sua face superior;
- b) Permitir a aproximação de cadeira de rodas;
- c) Ter reentrância de 0,30 m na sua parte inferior.

A partir do conhecimento dos padrões e medidas utilizados em equipamentos que atendam às necessidades de pessoas com deficiência apresentados nessa seção, entende-se a relevância de se explanar sobre quem são as pessoas com deficiência a partir de análise e relatos a que são apresentados no próximo item desse estudo.

4 QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em definição dada pela ABNT, na NBR 9050 (2004), pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida é aquela que “temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros” (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004).

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção internacional das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, ratifica os direitos e liberdades universais às pessoas com deficiência, e também define o termo pessoas com deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

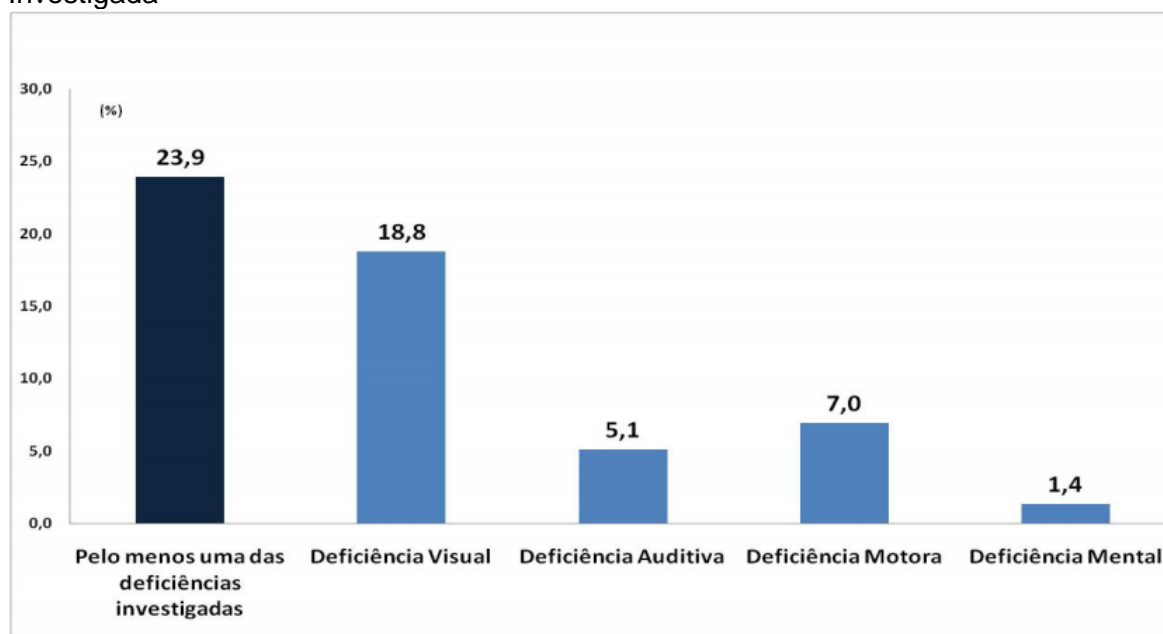
Além disso, Pereira (2011,p.131) relata a existência de quatro grandes grupos de deficiência:

As deficiências são divididas em quatro grandes grupos: deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo humano, podendo ser paraplegia, tetraplegia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, entre outras; deficiência visual: cegueira total ou baixa visão, com perda total ou parcial da acuidade visual; deficiência mental: cognitivo inferior à média, com limitações na comunicação, no cuidado pessoal, nas habilidades sociais, na utilização de recursos da comunidade, na saúde e segurança, nas atividades acadêmicas, no lazer, no trabalho; deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total da capacidade auditiva.

Em termos mundiais, a ONU (2014) estima que em torno de 10% da população, ou seja, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vive com algum tipo de deficiência. Além disso, estudos apontam que este número tende a crescer, devido ao aumento da população e da expectativa de vida. Indica ainda que, deste total, 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento, e que apenas 45 países possuem uma legislação específica para pessoas com deficiência (ONU, 2014).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Cartilha do Censo (2012) aponta em pesquisa realizada pelo censo de 2010 que 23,9% da população brasileira, num total de 45.606.048 pessoas, apresenta algum tipo de deficiência, podendo esta ser visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Desse percentual, 26,5% (25.800.681 pessoas) são mulheres e 21,2% (19.805.367 pessoas) são homens. A maior concentração de pessoas com deficiência encontra-se em áreas urbanas (38.473.702 pessoas), e 7.132.347 pessoas vivem em áreas rurais. Do total de pessoas que apresentam alguma deficiência, a maior parcela apresenta deficiência visual, numa porcentagem de 18,8%. Em segundo lugar aparece a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população seguidas da deficiência auditiva, em 5,10% e, por último, deficiência mental ou intelectual, em 1,40%, conforme podemos observar no Quadro 08.

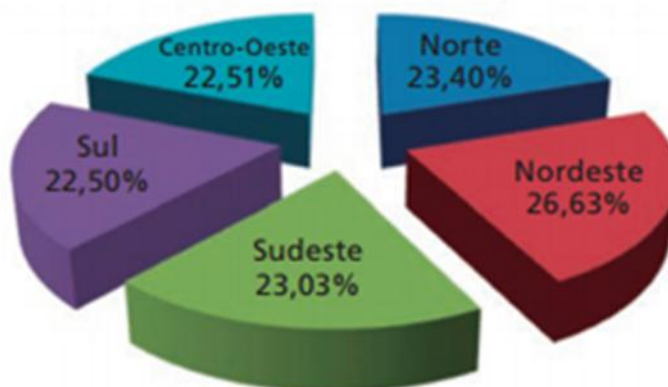
Quadro 08 - Percentual da População com Deficiência, Segundo o Tipo de Deficiência Investigada



Fonte: IBGE, 2012.

Ainda de acordo com o IBGE (2012), observa-se que a região com maior número de pessoas com deficiência se encontram no Nordeste, com 26,63%, bem acima da média nacional (23,9%). Já a região Sul apresentou o menor índice, com 22,5%. A Figura 29 apresenta relação de todas as regiões.

Figura 29 - Proporção da População com pelo menos uma das Deficiências Investigadas por Grandes Regiões do Brasil em 2010



Fonte: IBGE, 2012.²

De acordo com o Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, considera-se para seus efeitos:

I - Pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. Comunicação;
2. Cuidado pessoal;
3. Habilidades sociais;

² Cartilha do censo 2010: pessoas com deficiência, 2012.

4. Utilização dos recursos da comunidade;
 5. Saúde e segurança;
 6. Habilidades acadêmicas;
 7. Lazer; e
 8. Trabalho;
- e) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e
II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

Visto que este trabalho trata da acessibilidade física no Centro Cultural Usina do Gasômetro como um trabalho científico de conclusão de curso, na próxima seção será apresentada a metodologia de pesquisa utilizada na realização deste estudo.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nessa seção são apresentados os métodos utilizados para realização do estudo tais como a abordagem e o tipo de estudo e os instrumentos de coleta e análise dos dados.

A metodologia de uma pesquisa, segundo Demo (2008, p. 19) cuida dos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos a serem percorridos durante a realização da pesquisa. Nesse sentido, Kaplan (1972) complementa expondo que a metodologia tem o objetivo de ajudar o pesquisador a compreender os fatos, em sua amplitude, desvendando, com isso, todo o processo.

Assim, este estudo se caracteriza como pesquisa aplicada tendo em vista que busca responder a um problema específico, onde são analisados interesses locais.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 22) a pesquisa aplicada é caracterizada por possuir um interesse prático, com resultados que possam ser aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade.

A abordagem deste projeto de pesquisa é tratada de forma qualitativa, por abordar o problema deste projeto de forma minuciosa, no próprio local aonde a pesquisa será realizada.

Ainda, sobre pesquisa qualitativa, podemos esclarecer:

[...] é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a abordagem qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Segundo o objetivo, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo proporcionar um maior conhecimento sobre o problema de pesquisa apresentado na introdução deste trabalho, podendo, ainda, demonstrar sugestões de soluções que poderão ser posteriormente analisados pela instituição em questão, tendo como característica possuir uma maior flexibilidade na

realização da pesquisa no decorrer deste estudo. Assim, pesquisas exploratórias podem ser definidas como pesquisas que:

Têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p. 42).

Ainda, segundo Marconi, temos que pesquisas exploratórias são:

Investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 87).

Já em relação à metodologia de pesquisa, este trabalho trata-se de um estudo de caso, pois proporciona um estudo extenso e detalhado de um projeto a partir da utilização de procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados.

Para Yin (2001, p. 21), a estratégia de pesquisa em estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Resume, ainda, que este tipo de estudo permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

Em relação à utilização de estudo de campo como método auxiliar de pesquisa, segundo Gil (2002, p. 52) o desenvolvimento deste estudo teve como embasamento a observação direta utilizando como instrumento o *Checklist* e a realização de entrevistas com sujeitos envolvidos na estrutura física para avaliar as condições de acessibilidade ao espaço de estudo.

Como técnicas de coleta de dados foi aplicado o *Checklist* de Avaliação de Acessibilidade em Prédios Públicos do Curso de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais (CAPADHIA) para verificar as condições de acessibilidade e a realização de entrevistas semiestruturadas para avaliar as barreiras e modos de acesso ao prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro.

As entrevistas foram aplicadas a dois sujeitos integrantes do corpo técnico especializado da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre (SMC), sendo eles um arquiteto e um engenheiro, denominados, respectivamente como C.S. e S.P. Cabe ressaltar aqui a importância de se identificar a EPAHC como o órgão da SMC responsável por projetos e obras de restauração em prédios públicos municipais tombados e de interesse para preservação, onde a Usina do Gasômetro está inserida por se tratar de um prédio cultural e de importância histórica para Porto Alegre.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas nesse trabalho deu-se pela sua característica de ser um tipo de entrevista que proporciona ao entrevistador menor rigidez e maior flexibilidade.

A primeira validação do *Checklist* foi constituída a partir de uma compilação de critérios identificados em documentos oficiais e técnicos, os quais foram analisados e transformados em questões diretas para o contexto de avaliação de bibliotecas.

Inicialmente a proposta de elaboração do *Checklist* teve como base seis categorias de acessibilidade (arquitetônica, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), entretanto, durante a análise dos documentos, verificou-se que as mesmas não contemplavam a complexidade de questões abarcadas pela acessibilidade ampla no contexto das bibliotecas. Dessa forma, foram identificadas e incluídas duas categorias: acessibilidade à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos. Assim, o instrumento é organizado em oito quesitos básicos e estes são subdivididos conforme suas peculiaridades. (NICOLETI, 2013)

A partir do *Checklist* outros espaços foram sendo considerados possibilitando que desta primeira versão fosse adaptado e ampliado para aplicação em outros espaços e serviços. O Grupo de Pesquisa LEIA (Leitura, Informação e Acessibilidade) da UFRGS realizou juntamente com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre o Curso de Capacitação em Direitos Humanos, Informação e Acessibilidade (CAPADHIA) para a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República do Brasil, no ano de 2013-2014 aos servidores públicos federais de várias instituições. O CAPADHIA atuou na capacitação de serviços e espaços públicos acessíveis para todos, utilizando como instrumento de validação o *Checklist* adaptado e ampliado, instrumento deste estudo.

6 CONTEXTO DO ESTUDO

Nessa seção é apresentada a contextualização desse estudo, explanando, de uma maneira geral, sobre a cidade de porto alegre e, em seguida, analisando histórica, geográfica e culturalmente o prédio do Centro Cultural Usina do Gasômetro, sujeito onde se procura investigar a ideia de acessibilidade física desse trabalho.

6.1 PORTO ALEGRE

Porto Alegre, conhecida também como a capital dos gaúchos ou capital dos Pampas, é a capital do Rio Grande do Sul. Foi fundada oficialmente em 26 de março de 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Entretanto sua origem se deu duas décadas antes, com a chegada de 60 casais vindos das ilhas dos Açores (território de Portugal).

Hoje Porto Alegre possui uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes distribuídos numa área de 496,682 km², segundo IBGE (2014c). Tem 81 bairros, sendo que Campo Novo é o seu bairro mais novo, criado em 2011 pela Lei nº 11058 de 11 de março de 2011 e o primeiro bairro o Medianeira, criado através da Lei Municipal nº 1762, de 23 de julho de 1957 (Porto Alegre, 2014).

Geograficamente, ao leste a cidade é delimitada pelas margens do Guaíba, recebendo como moldura o pôr do sol ora alaranjado ora rosado, considerado um dos mais bonitos do mundo, como se pode admirar na Figura 30 a seguir.

Figura 30 - Pôr do Sol no Guaíba



Fonte:<http://horacosmica.blogspot.com.br/2010/03/26-de-marco-aniversario-de-porto-alegre.html>

Culturalmente a cidade possui uma vida bastante intensa e diversificada. Nesse quesito, pode-se citar Casa de Cultura Mário Quintana, o Theatro São Pedro, o Auditório Araújo Vianna, o Arquivo Histórico Moisés Vellinho etc. Dentre seus espaços culturais, a Usina do Gasômetro destaca-se pela sua potência, beleza e simpatia, sendo considerado como um dos mais queridos símbolos da cidade.

6.2 CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO

Considerada hoje um dos maiores centros culturais do Brasil, a Usina do Gasômetro começou a ser construída em 1926 e teve sua inauguração em quinze de novembro de 1928. Por quase cinquenta anos forneceu energia à capital gaúcha, até que teve suas portas fechadas em 1974. A energia gerada pela Usina vinha do carvão, oriundo das Minas do Butiá, que era transportado através do Guaíba. No entanto, a construção da sua famosa chaminé só ocorreu no ano de 1937, conforme

indica Figura 31 abaixo, e sua existência se deu devido à reivindicação da população, que protestava contra a fuligem que a queima do carvão produzia.

Figura 31 - Construção da Chaminé da Usina do Gasômetro



Fonte:<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2010/10/construcao-da-chamine-da-usina-do.html>

O prédio possui uma relevante importância histórica, econômica e social. O seu projeto de construção, maquinário e materiais vieram da Alemanha, e sua fachada possui características de arquitetura industrial com características do positivismo. Sua construção é referência da fase da industrialização no Brasil.

A Usina do Gasômetro, além de ser um referencial histórico na cidade, mostra-se como uma interessante possibilidade educacional e cultural à população de Porto Alegre. O Centro Cultural situa-se no vértice da península que contorna o centro da cidade, localizado onde fora o desembarque dos casais açorianos fundadores da cidade. Está delimitada pelo que seria o início da Rua dos Andradas (ou Rua da Praia), ao Leste pela Rua General Salustiano, ao Sul pela antiga Casa de Correição (demolida em 1962), e a Oeste pelo Guaíba.

Seu nome se deve à localização em que se encontra, pois, no final do século XIX, aquela região era conhecida como a volta do Gasômetro, devido a uma antiga tubulação de gás que passava por ali e chegava à Rua dos Andradas, a fim de acender os lampiões que iluminavam a avenida.

Em 1958 a Usina foi entregue ao governo gaúcho, tornando-se parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). No entanto, devido à alteração da energia, que mudou de 50 para 60 ciclos, a Usina perdeu sua utilidade em 1974, ficando em estado de abandono por quase quinze anos.

Em seguida, o prédio da Usina do Gasômetro por pouco não foi posto a baixo. No seu lugar seria construída uma avenida. Entretanto, graças ao apoio e a comoção da comunidade, este fato felizmente não aconteceu. Muitos setores da sociedade, incluindo moradores da vizinhança, artistas e intelectuais, demonstraram apoio ao prédio que um dia tinha fornecido energia à cidade. Assim, essas pessoas realizaram um “abraço” ao prédio, o que acabou por salva-lo de ser demolido.

Somente no final dos anos 80 (1988 a 1989) a instituição começou a ser restaurada, para que viesse a se tornar um espaço de formação e memória. Foi tombada como patrimônio histórico e cultural em nível municipal no ano 1982 e em nível estadual no ano seguinte. Em 1991 passou a integrar a SMC de Porto Alegre com o caráter de Centro Cultural.

Em 2005 foi criado o Projeto Usina das Artes, onde os espaços da Usina passaram a receber grupos de teatro, dança e música, oferecendo à população uma vasta e diversificada programação cultural.

Figura 32 - Atividades Culturais na Usina do Gasômetro



Fonte: Bruxel, 2011³

A Usina do Gasômetro também ganhou novas cores em 2005. Em parceria com o Jornal Correio do Povo, a população escolheu, a partir de uma cartela de cores preestabelecida em um levantamento cromático realizado pela arquiteta Natalia Naoumova:

As cores sugeridas para a consulta popular foram estabelecidas a partir de estudo cromático, que levou em consideração a paisagem local, levantamento ambiental, histórico, patrimonial e cultural do prédio. O trabalho, conduzido pela arquiteta russa Natalia Naoumova, autoridade mundial em pintura de edificações históricas e culturais tombadas, ocorreu na segunda quinzena de setembro. (Porto Alegre, 2005)

³ <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=57938>

Figura 33 - Centro Cultural Usina do Gasômetro em suas Novas Cores



Fonte: Banco de imagens da Direção da Usina do Gasômetro,(2014).

Em 2009 esse projeto foi transformado na Lei Municipal nº 10.683, que garantiu o mínimo de seis espaços para as artes cênicas, reunindo dez companhias de teatro e dança que são contratadas a partir de Edital de Ocupação de Bem Público, objetivando a realização de um processo continuado de desenvolvimento de linguagem.

Sua característica principal como espaço gerador de cultura abrange desde exposições e galerias de arte, teatro, dança, música e às mais diversificadas maneiras de manifestações culturais, responsáveis por uma grande fatia da programação cultural de Porto Alegre. Esse perfil que a Usina do Gasômetro possui, apontado como espaço múltiplo e popular, faz com que o Centro Cultural seja

recebido pela população como um espaço carismático e acolhedor, o que reforça sua amplitude como espaço cultural representativo, de modo a fazer parte como um símbolo querido do povo gaúcho, somando ao imaginário de todos os seus frequentadores.

Atualmente, a Usina do Gasômetro é uma das referências turísticas e culturais de Porto Alegre, com quatro Galerias de Arte, um cinema, sete salas de espetáculos, além dos espaços multiuso do térreo e mezanino. Cerca de três mil atividades culturais são realizadas anualmente no local, por onde circulam mais de um milhão de pessoas por ano.

7 SUJEITOS DO ESTUDO

Os sujeitos selecionados para participarem deste estudo foram dois servidores da SMC, ocupantes de cargos técnicos especializados na área de patrimônio da EPAHC. Nesse estudo serão preservados os nomes dos sujeitos entrevistados, visando manter a privacidade dos mesmos, sendo identificados como:

S.M.: Engenheiro civil da EPAHC;

C.S.: Arquiteto da EPAHC.

O primeiro sujeito entrevistado, identificado com S.M. é engenheiro civil formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sendo que iniciou sua formação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISSINOS). Trabalhou por dez anos na EPAHC, sendo seis deles como diretor da equipe, obtendo, dessa forma um contato mais profundo com a Usina do Gasômetro, já que a mesma é tombada em nível estadual e municipal. Após, o mesmo passou oito anos como chefe da Equipe de Administração de Prédios Culturais (EAPC), onde realizava a manutenção dos prédios da SMC, tendo, ainda, envolvimento direto com o prédio. Hoje o engenheiro S.M. voltou a trabalhar na EPAHC como técnico especializado na área de engenharia civil.

O segundo sujeito, identificado nesse trabalho como C.S. é arquiteto formado pela UFRGS no ano de 1997, com pós-graduação na área de segurança do trabalho, estudo este que contemplou o assunto de ergonomia e, conseqüentemente, acessibilidade. Ele trabalha na EPAHC desde 2011, sendo que é a pessoa encarregada de encaminhar os trabalhos de projetos da Usina do Gasômetro.

O critério utilizado na escolha do arquiteto e do engenheiro se deu por ambos trabalharem na EPAHC e, assim sendo, serem ligados à Usina e possuírem amplo conhecimento sobre prédios públicos e também, conseqüentemente, sobre a legislação de acessibilidade.

8 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta e análise dos dados foram divididas em duas etapas, sendo que na primeira etapa estão apresentados os dados obtidos através da aplicação da entrevista com o engenheiro e com o arquiteto da EPAHC/SMC e na segunda e última etapa estão apresentados os resultados obtidos através da aplicação do *Checklist* como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em prédios públicos da CAPADHIA.

Em relação à apresentação das respostas da entrevista, cada uma delas foi sintetizada, de forma que as frases que se encontram em destaque (itálico) são respostas literais apresentadas pelos sujeitos. Salientamos também que, após cada resposta de cada pergunta, foi feita a análise do que foi dito no que se refere à questão da acessibilidade física e assuntos pertinentes a esse tema.

Quanto aos resultados obtidos com a aplicação do *Checklist* de Acessibilidade em Prédios Públicos da CAPADHIA, esses foram divididos de acordo com os tópicos apresentados em cada seção, sendo eles: acessibilidade arquitetônica; balcão de atendimento às pessoas; acessibilidade comunicacional; acessibilidade à informação; acessibilidade instrumental; acessibilidade metodológica; acessibilidade programática e; acessibilidade atitudinal. Dessa forma, a análise dos dados do *Checklist* estão divididos nessas oito categorias, sendo que a análise dos itens foi acompanhada de imagens fotográficas visando enriquecer os detalhes dessa avaliação.

8.1 ENTREVISTA APLICADA AO ARQUITETO E AO ENGENHEIRO DA EPAHC

Visando verificar o entendimento e cumprimento das normas e leis de acessibilidade, a entrevista elaborada com onze perguntas foi aplicada separadamente a um arquiteto e um engenheiro responsáveis pela parte de patrimônio histórico e cultural da EPAHC/SMC.

As perguntas apresentadas na entrevista semiestruturada trataram de assuntos relacionados à acessibilidade e foram divididas em três abordagens distintas: o entendimento de acessibilidade e desenho universal de uma forma geral, acessibilidade física na Usina do Gasômetro e observações sobre a aplicação da NBR 9050 de 2004 no prédio e em seu entorno.

Após as perguntas e respostas da entrevista aplicada, é apresentada a análise das questões.

Questão 1: *O que você entende por acessibilidade? E por desenho universal?*

S.M.: Por acessibilidade entendo que as pessoas com necessidades especiais devam ter acesso a prédios públicos e privados. Em prédios públicos do município, quando se elabora um novo projeto para um novo espaço, já se inclui os itens de acessibilidade. Porém a acessibilidade não se dá apenas de forma física, mas de forma a ser pensada de maneira a proporcionar informação e atividades inclusivas para pessoas com deficiência. Em relação ao desenho universal, entendo que é o que todas as cidades e espaços devam ter para atender a configuração de acessibilidade, ou seja, um desenho onde haja acessibilidade para todos.

C.S.: Acessibilidade é a capacidade de o espaço ter seu acesso facilitado para qualquer pessoa, e desenho universal é o que promove a acessibilidade, podendo ser considerado como um projeto que contemple a acessibilidade para quaisquer pessoas, tais como crianças, idosos, deficientes físicos etc.

Através das respostas obtidas nessa questão, pode-se constatar que ambos os sujeitos possuem o entendimento do significado de acessibilidade, pois, conforme nos define a NBR 9050 de 2004, acessibilidade é definida como: “possibilidade e condição de alcance percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações espaço mobiliário e equipamento urbano e elementos” (ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2004). O sujeito S.M. acrescenta que a acessibilidade deve ser analisada de forma informacional também, de maneira que a pessoa, ao chegar à Usina do Gasômetro, seja informada da localização dos espaços e das atividades oferecidas no espaço. Já em relação ao desenho universal ambos tiveram a mesma ideia de configuração e promoção da acessibilidade, o que podemos constatar na definição que Correa (2007) apresenta como sendo um conjunto de metodologias que visam à concepção de espaços utilizáveis por todas as pessoas.

Questão 2: *Na tua formação acadêmica, as questões sobre direitos humanos, acessibilidade, normas técnicas sobre o tema foram atendidos no programa curricular?*

S.M.: Não, me formei no final de 1986 em engenharia civil e naquela época não se tratava desse assunto na Universidade (comecei a cursar engenharia civil na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e terminei na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)). Inclusive, naquela época, eu tinha colegas cadeirantes e já observava que haviam varias barreiras enfrentadas por eles, sendo que algumas vezes nós mesmos, os próprios colegas, ajudavam e carregavam os colegas cadeirantes para sala de aula. Quando trabalhei como diretor na EPAHC havia uma pessoa (uma arquiteta) na equipe que tratava desse assunto quando se fazia necessário. Era essa pessoa que sabia os itens e medidas que deviam ser observados na realização dos projetos da EPAHC.

C.S.: A formação em arquitetura proporciona uma base em conhecimento em direitos humanos, pois é necessário que se atenda às necessidades de todas as pessoas, entretanto o conceito de quanto essas necessidades devem ser atendidas vem mudando ao longo dos anos. Supõe-se como uma necessidade que qualquer prédio tenha acessibilidade, entretanto há uma evolução nesse conceito nos últimos tempos.

Nessa questão se pode perceber que o sujeito C.S., que cursou arquitetura, recebeu mais orientação sobre as questões referentes à acessibilidade. O arquiteto, ainda, faz uma observação ao se referir às mudanças do conceito de acessibilidade ao longo do tempo, como pode ser constatado ao observarmos o histórico da acessibilidade no mundo. Nesse sentido, segundo Carvalho (2010), averigua-se que esta relação entre a sociedade e o indivíduo com deficiência passou a ter maior aceitação após o retorno das pessoas que foram mutiladas nas duas grandes guerras. O sujeito S.M. não obteve orientação a respeito desse assunto enquanto cursava a faculdade, entretanto, pela sua experiência no ramo de espaços culturais e prédios públicos e, até mesmo por chefiar a EPAHC, ele apresentou uma boa orientação sobre o tema. Outra questão relevante é que o engenheiro S.M. fez observações importantes feitas na época da faculdade, ao conviver com colegas cadeirantes e constatar as dificuldades enfrentadas por eles, ratificando seu olhar de comprometimento com o bem estar das pessoas. Entretanto, na entrevista realizada com o engenheiro, percebe-se a deficiência de um ensino onde seja dada a devida atenção às pessoas com deficiência, de modo que seja incluído no currículo dos mais diversos cursos de graduação, cadeiras que tratem do tema de acessibilidade

e inclusão social, de modo que seja fornecida a informação aos estudantes, permitindo que, cada vez mais, sejam cumpridas as determinações e sugestões apontadas nas leis e nas normas.

Questão 3: *Qual a importância da acessibilidade em uma cidade como Porto Alegre? E no Centro Cultural Usina do Gasômetro?*

S.M.: É de fundamental importância, pois, inclusive, é uma questão observada na Constituição Federal, em que *todos são iguais perante a lei, todos têm os seus direitos*. Logo, deve-se proporcionar a todas as pessoas acessibilidade, não apenas na cultura, mas também nos esportes e em outros aspectos sociais. Observo também que a cada dia que passa mais pessoas se tornam deficientes físicos devido a acidentes de carro, acidentes à cavalo, entre outros, e que sem esses cuidados, essas pessoas ficam excluídas, podendo, assim, gerar muitos outros problemas de saúde, como por exemplo, a depressão. Há, ainda, muitas coisas que precisam ser melhoradas para o bom atendimento das pessoas com deficiência em Porto Alegre, mas posso dizer que a cidade está muito mais acessível do que outras cidades no interior. Em relação à Usina do Gasômetro, houve uma melhora, mas ainda faltam muitas coisas, tais como acessibilidade nas salas 209 e 309 e sinalização para deficientes visuais. Entendo também que deveria haver uma programação mais adequada para pessoas com deficiência, a fim de que suas necessidades culturais sejam supridas. Mas sempre há possibilidade de solucionar as barreiras que prejudicam a acessibilidade, as únicas coisas realmente necessárias são verba e vontade política.

C.S.: Toda a cidade deve se preocupar com o acesso universal de qualquer cidadão, inclusive há uma norma legal em Porto Alegre que obriga a acessibilidade. Na Usina do Gasômetro, como em qualquer outro prédio público, há uma obrigação do atendimento às normas de acessibilidade, sendo que o prédio deve ser aberto a todos.

Sendo que a função primordial da Usina do Gasômetro é tida como a de proporcionar e oferecer cultura à toda a população, o sujeito S.M. mencionou o acesso à cultura como meio de inserção da pessoa com deficiência numa vida acessível, melhorando, assim suas condições e evitando, assim que esta pessoas sintam-se excluídas e que, dessa forma, venham a desenvolver outros problemas ou

agravando seu quadro de saúde. O mesmo sujeito também indica que todos são iguais perante a lei, tendo direitos a serem observados. Nesse mesmo contexto, o sujeito C.S. menciona que há normas de acessibilidade a serem cumpridas em todos os espaços, principalmente os públicos, visando o atendimento das necessidades de todas as pessoas para que elas possam usufruir desses espaços com a utilização de padrões apontados no desenho universal. Assim, percebe-se que ambos possuem entendimento de que há normas e leis a serem cumpridas no quesito acessibilidade, para que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiência. Nesse aspecto, podemos observar que os dois sujeitos possuem noções da existência de legislação e normas de acessibilidade e da sua importância da utilização das mesmas para a acessibilidade em ambientes públicos.

Questão 4: *Qual a relação que você percebe entre a Usina do Gasômetro, a acessibilidade e a inclusão social?*

S.M: A Usina é um espaço cultural que tem a virtude de ter baixo custo, possibilitando, muitas vezes, que as pessoas que não têm condições de ir num local mais caro, incluindo pessoas cadeirantes, possam usufruir de uma programação cultural economicamente acessível, de forma a possibilitar a inclusão social.

C.S.: A Usina hoje é uma adaptação de um prédio industrial de uma época onde não se dava importância à acessibilidade, de modo que seus espaços não foram projetados para acesso de pessoas. Sua utilização apenas visava o abrigo de máquinas. Entretanto, hoje, a Usina é aproveitada para realização de atividades culturais, o que traz a necessidade de diversas adequações. O que foi feito até o momento apenas possibilita um acesso de forma extremamente precária, sendo necessária a adaptação dos espaços. Em relação à inclusão social, percebe-se que é uma necessidade que visa o acesso da população. No entanto trata-se muito mais de uma questão política e de recursos do que de arquitetura. E um prédio com acessibilidade e com uma programação cultural é um prédio apto a ser utilizado pela população.

A resposta obtida com o sujeito S.M. demonstra sua atenção com o acesso à Usina do Gasômetro por um público mais popular, atraído pela característica da Usina proporcionar atividades, em sua maior parte, de baixo custo, contribuindo,

dessa forma, para que todos os indivíduos possam ter uma vida socialmente ativa. Já o sujeito C.S. menciona o prédio da Usina historicamente, relacionando-o com suas características originais, ou seja, como uma usina termelétrica, e relata que suas adaptações (ou falta de) para receber acesso de pessoas são muito precárias. Este sujeito relata ainda que é necessário um interesse político para que se obtenham recursos para tornar o prédio da Usina do Gasômetro acessível. Assim, ambos os sujeitos relacionam a Usina do Gasômetro à sua ligação com a questão cultural, onde se pode entender como um importante prédio gerador de cultura e lazer, de forma que sua utilização visa a realizar o que está previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, em que é apontado como sendo dever do Estado o de proporcionar o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, apoiando e valorizando as manifestações culturais.

Questão 5: *Você conhece a NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos? Você aplica a referida norma? Por quê?*

S.M.: Sei que existe uma norma que trata de acessibilidade, mas não conheço a fundo. Os trabalhos realizados pela EPAHC são efetuados em grupo com colegas especializados em diferentes áreas da construção civil e arquitetura. Da minha parte, aprendo várias coisas a partir da observação do trabalho dos colegas.

C.S.: *Tenho obrigação profissional de conhecê-la, embora não a conheça de cor. Aplico sempre que é necessária sua utilização, pois é obrigatória a sua aplicação. Entretanto a lei faculta algumas adaptações que não estão na norma. Logo, o trabalho técnico é achar adaptações que não estejam necessariamente dentro dos preceitos dessa norma, porque ela estabelece medidas mínimas que podem ser flexibilizadas, o que não pode é deixar de atender a necessidade de acesso universal. Há casos em que não existe uma solução, como espaços pequenos ou que tenham uma característica única, e que a adaptação descaracterizaria ou invalidaria a preservação do espaço público.*

Foi possível identificar que ambos os sujeitos possuem conhecimento sobre a NBR 9050 de 2004. A diferença entre os dois é que o sujeito S.M. possui apenas uma noção, mas o sujeito C.S. afirma a sua obrigação em fazer uso da mesma. Porém ele ressalta que nem sempre ela é integralmente aplicada, pois a lei faculta

algumas adaptações. Dessa forma, explica que o atendimento desses padrões é realizado de forma ajustável, sendo que há certas peculiaridades de prédios públicos, sendo eles de importância cultural e/ou histórica, que não podem ser desconsideradas, conferindo a utilização de dimensões referenciais indicadas pela NBR 9050 de 2004.

Questão 6: *Você considera a Usina do Gasômetro acessível às pessoas com deficiência física, como, por exemplo, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida como idosos, gestantes e obesos? São necessárias medidas para a melhoria? Considera esses aspectos relevantes? Por quê?*

S.M: A Usina ainda não é completamente acessível, mas há elementos acessíveis, como rampas e elevador que proporcionam a visitação de pessoas em cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida. Mesmo assim há vários itens que devem ser reformulados a fim de tornarem a Usina do Gasômetro um lugar mais acessível, como sinalização, piso tátil, plataforma elevatória entre outros. Esses aspectos são relevantes, pois estão definidos em legislação.

C.S.: Definitivamente a Usina não é um local acessível. São necessárias inúmeras melhorias a fim de que ela se torne um espaço totalmente acessível. Estes aspectos são relevantes, pois a legislação prevê o atendimento de aspectos acessíveis em prédios públicos.

Em relação a esta pergunta, o sujeito S.M. não considera a Usina do Gasômetro um local totalmente acessível, mas relata também que existem aspectos positivos no quesito acessibilidade no prédio. Esse sujeito ainda relata a necessidade de que sejam realizadas adaptações nos espaços da Usina, tais como piso tátil, sinalização e plataforma elevatória. Já o sujeito C.S. foi categórico ao afirmar que a Usina não é um prédio acessível. Ambos os sujeitos concordam quando consideram estes aspectos relevantes devido à existência de leis que regem esse assunto. Logo, mais uma vez surge a relevância da existência de uma legislação que preze a acessibilidade.

Essa questão evidencia o conhecimento que ambos os sujeitos possuem em relação à existência de legislação referente à acessibilidade, o que é tratado amplamente na subseção 2.2 e seguintes desse trabalho, que evidencia a existência

de espécies normativas nas três esferas do governo, sendo elas: legislação federal, estadual e municipal.

Questão 7: *Em suas visitas à Usina do Gasômetro, é possível observar se os espaços são frequentados por pessoas com deficiência física, como cadeirantes pessoas com mobilidade reduzida? Quais as dificuldades que essas pessoas evidenciam?*

S.M.: *Sim, já vi muitos cadeirantes na Usina se deslocando, vindo em exposições, na sala de informática, conectados na internet etc.* Quanto às dificuldades uma das minhas observações refere-se ao banheiro masculino acessível do andar térreo que tornou-se inutilizável devido ao posicionamento das lâmpadas utilizadas para a iluminação cênica do prédio. Outros problemas que podem ser facilmente observados são: o acesso às salas 209 e 309, onde o único acesso é feito por meio de escadas; o piso da Galeria Lunara, que é todo vazado formando tipo uma grade; e o piso moeda de borracha no 4º andar que atrapalha a locomoção de cadeirantes.

C.S.: Não, nunca observei nenhuma pessoa com mobilidade reduzida no prédio da Usina.

O sujeito S.M. foi o único a observar visitantes com deficiência física no prédio da Usina do Gasômetro. Isso pode ter ocorrido devido a este sujeito ter muito mais tempo de serviço público na Prefeitura de Porto Alegre que o sujeito C.S., que respondeu à questão dizendo que nunca viu nenhuma pessoa com deficiência física na Usina. Dentre as observações feitas por S.M. estão pontos evidenciados na NBR 9050 de 2004, tais como falta de condições de acessibilidade nas salas (que não têm elevador nem plataforma elevatória), pisos, que, segundo a NBR 9050 de 2004 devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição e que não provoque trepidação em dispositivos com rodas, como cadeiras de rodas e carrinhos de criança ou mesmo a existência de banheiros acessíveis.

Questão 8: *Quais as principais barreiras que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida enfrentam em relação ao acesso à Usina do Gasômetro?*

S.M.: *Uma das dificuldades é a pavimentação externa, o que melhorou com as obras da Copa do Mundo, pois antes era pior. Mas também observo barreiras do*

mobiliário urbano, tais como orelhões, pedras e placas próximos à entrada do prédio da usina do Gasômetro.

C.S.: Há degraus e desníveis oriundos da sua função anterior à de prédio cultural de acesso ao público, sendo que essas dificuldades de circulação afetam não apenas aos cadeirantes como pessoas sem deficiência. E no entorno do prédio a situação é ainda mais complicada com a existência de calçada irregular e demais barreiras no acesso à Usina.

Os dois sujeitos identificaram a existência de barreiras nos arredores do prédio. Entretanto o sujeito S.M. identificou melhoras no acesso à Usina do Gasômetro após as obras de mobilidade urbana ocorridas devido a realização da Copa do Mundo de 2014 na cidade. Já o sujeito C.S. revelou também a situação insatisfatória do prédio no seu interior, devido ao antigo ofício da Usina como prédio gerador de energia elétrica.

Entender os problemas e obstáculos no acesso ao prédio é indispensável para que se busquem soluções para acessibilidade do mesmo. A NBR 9050 de 2004 remete também à circulação externa. Neste tópico a norma aponta dimensões de faixa livre, inclinação transversal e longitudinal, travessia de pedestres entre outras. Dessa forma, esta questão aponta a importância de se seguirem os preceitos definidos pela norma a fim de que o acesso ao prédio seja possível também a pessoas com deficiência.

Questão 9: *Quais as modificações que você sugere para que a Usina do Gasômetro se torne um espaço cultural acessível?*

S.M: Piso tátil para deficiente visual, plataforma elevatória para cadeirantes possam acessar as salas 209 e 309, eventos que contemplem pessoas com deficiência.

C.S: Existe uma série de adaptações que devem ser necessariamente realizadas, tais como a existência de uma escada rolante para facilitar a circulação entre os andares, o nivelamento do piso, orientação sonora e piso tátil em todos os andares e mais elevadores.

Nessa pergunta buscou-se verificar quais as modificações sugeridas pelo engenheiro e pelo arquiteto da EPAHC a respeito da acessibilidade no Centro Cultural. Neste quesito ambos os sujeitos apresentam uma série de observações

relevantes para que a Usina do Gasômetro se torne um espaço cultural acessível. Ao analisar as respostas percebe-se que todos os itens apontados estão contemplados na NBR 9050 de 2004, demonstrando que ambos possuem conhecimento a respeito de questões importantes no tratamento de espaços públicos para pessoas com deficiência.

Questão 10: *Quais as principais barreiras em relação à aplicação dos itens de acessibilidade apresentados na NBR 9050/2004?*

S.M.: As principais dificuldades são a falta de verba e de vontade política. Mesmo que o projeto seja de difícil execução, sempre há uma maneira de tornar um espaço acessível, tecnicamente é apenas uma questão de elaboração do projeto de acessibilidade.

C.S.: A maior dificuldade é a falta ou insuficiência de recursos financeiros.

Nessa questão os dois sujeitos são unânimes ao apontar a falta de recursos financeiros como sendo a maior dificuldade na realização de modificações que proporcionariam a acessibilidade na Usina do Gasômetro. O sujeito S.M. inclui também a falta de interesse político para que seja elaborado um projeto de acessibilidade, pois mesmo que o projeto enfrente dificuldades na sua realização, há sempre a possibilidade de adaptação de itens que viabilizem a execução de um projeto que possibilite a acessibilidade nos espaços públicos.

Questão 11: *Existe alguma observação que você ache necessária fazer para melhorar a acessibilidade na Usina do Gasômetro?*

S.M.: Sim. Para que a Usina do Gasômetro seja um espaço acessível é necessária a existência de itens como: plataforma elevatória, piso tátil, entre outros. Mas para que isso ocorra, deve haver vontade política e recursos financeiros. Outra questão importante para melhorar a acessibilidade da Usina é a existência de uma pessoa qualificada para dar informações sobre as atividades realizadas na Usina e também para apontar a localização dos espaços, salas de teatro e galerias do prédio.

C.S.: *Apenas um projeto arquitetônico unificado poderá esclarecer a possibilidade de se fazer todas as obras necessárias para levantar os pontos problemáticos, achar soluções e permitir a execução dessa obra com economia e eficiência.*

Na última questão da entrevista, o sujeito S.M. dá alguns exemplos de itens que devem ser utilizados em espaços acessíveis e que faltam na Usina do Gasômetro e aponta novamente a necessidade de haver vontade política e verba para que o prédio tenha uma boa condição de acessibilidade. Encerra ressaltando a necessidade de que a Usina do Gasômetro possua um local apropriado para que hajam pessoas qualificadas para dar informações referentes às atividades e espaços do Centro Cultural. O sujeito C.S. remete à existência de um projeto arquitetônico, de modo que neste projeto sejam avaliadas e apontadas soluções para as dificuldades em relação à acessibilidade encontradas a Usina do Gasômetro.

8.2 APLICAÇÃO DO CHECKLIST

Os resultados obtidos a partir da aplicação do *Checklist* como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em prédios públicos da CAPADHIA foi dividido em cinco etapas, sendo elas as seguintes:

- a) acessibilidade arquitetônica;
- b) acessibilidade do mobiliário e equipamentos, onde se buscou analisar as questões relativas ao balcão de atendimento às pessoas entre outros itens;
- c) acessibilidade comunicacional, sendo considerados os itens relacionados à sinalização do espaço e serviços; a comunicação tátil; a comunicação sonora; e a comunicação visual;
- d) acessibilidade à informação e;
- e) acessibilidade instrumental.

Ainda em relação à aplicação do *Checklist*, foram utilizadas as seguintes abreviações para representar como cada item foi avaliado: **S** representa **sim**; **N** representa **não**; **P** representa item com **atendimento parcial** e **N/A** significa **não se aplica**.

8.2.1 Acessibilidade Arquitetônica

Nessa subseção foram observados os pontos de acessibilidade no entorno do prédio; no estacionamento do Centro Cultural; nas duas entradas principais da Usina do Gasômetro; nos espaços internos do prédio; o piso do interior da Usina do Gasômetro; a existência de capachos, forrações e carpetes; a existência de

desníveis; os degraus e escadas fixas; as rampas; corrimãos; corredores; sanitários; e sinalização de espaços.

A acessibilidade arquitetônica, segundo Sasaki (2006), refere-se a não existência de “barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos”.

Assim, entende-se como de fundamental importância a observância dos itens apresentados nesta subseção, afim de que seja oferecido acesso independente, seguro e apropriado às pessoas com deficiência no prédio da Usina do Gasômetro.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA		Atendimento
1.1 Entorno do prédio		
1.1.1	Há linha de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que permita o acesso ao entorno do prédio. (Conforme NBR 14022:2011)	S
1.1.2	O percurso entre o ponto mais próximo de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada do prédio é livre de obstáculos. (ex.: degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)	S
1.1.3	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências.	S
1.1.4	As calçadas no entorno do prédio apresentam bom estado de conservação (sem buracos ou pedras soltas no pavimento).	S
1.1.5	O piso no entorno do prédio (parte externa, calçada, estacionamento...) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível ao pedestre.	P
1.1.6	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto tátil.	P
1.1.7	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto visual.	P
1.1.8	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	S
1.1.9	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio apresentam largura mínima de 1,20m e altura livre mínima de 2,10m.	S

1.1.10	Em caso de obras sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20m para circulação de pessoas. (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável (1) da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00m e inclinação máxima de 10%)	N/A
1.1.11	A inclinação transversal do piso no exterior do prédio é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima é de 5%. (2)	S
1.1.12	Se a rota acessível de acesso ao prédio não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por pessoas sem mobilidade reduzida.	N/A
1.1.13	Próximo à entrada principal do prédio há faixa com sinalização visual e sonora para pedestre.	P
1.1.14	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal do prédio e às circulações de emergência, quando essas existirem.	S
1.1.15	O piso no entorno do prédio apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível.	N
1.1.16	Nas faixas de travessia, é instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio.	S
1.1.17	A sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas está em cor contrastante com a do piso.	S
1.1.18	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre.	S
1.1.19	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.	N

De acordo com o *site* da Empresa Pública de Circulação (EPTC), há 43 linhas de ônibus de quatro empresas diferentes prestadoras desse serviço que atendem à Av. Presidente João Goulart, em frente à Usina do Gasômetro. Dessas 43 linhas há alguns itinerários circulares, mas em sua maioria o itinerário contempla a zona sul e em menor número a zona leste da cidade. Das linhas que apresentam o seu itinerário no *site*, apenas as linhas 180 – DIARIO; 273.2 - BELEM NOVO / HIPICA / VELUDO e; 394.1 – MAPA / QUINTA DO PORTAL / SABADO / DOMINGOS não possuem veículos com acessibilidade para pessoas em cadeiras de rodas. É

importante salientar que, das linhas de transporte coletivo pesquisadas, algumas estavam desativadas ou funcionam de maneira sazonal.

Em relação às condições da calçada que proporciona acesso às duas entradas da Usina do Gasômetro, verifica-se uma boa condição de acessibilidade, como pode ser observado nas Figuras 34 e 35 a seguir.

Figura 34 - Percurso entre o Ponto de Ônibus e a Entrada Frontal da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 35 - Percurso entre o Estacionamento e a Entrada Lateral da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

O que se observa ao se analisar o percurso entre o estacionamento e o prédio é que não há obstáculos ou piso irregular que prejudique o acesso de pessoas cadeirantes ou com dificuldade de locomoção em ambas as entradas da Usina do Gasômetro. Porém não há piso tátil ou sonoro nesse percurso. Entretanto, podemos observar a existência de piso tátil no ponto de ônibus próximo à entrada frontal do prédio e também no semáforo próximo ao Centro Cultural, como mostram as Figuras 36 e 37.

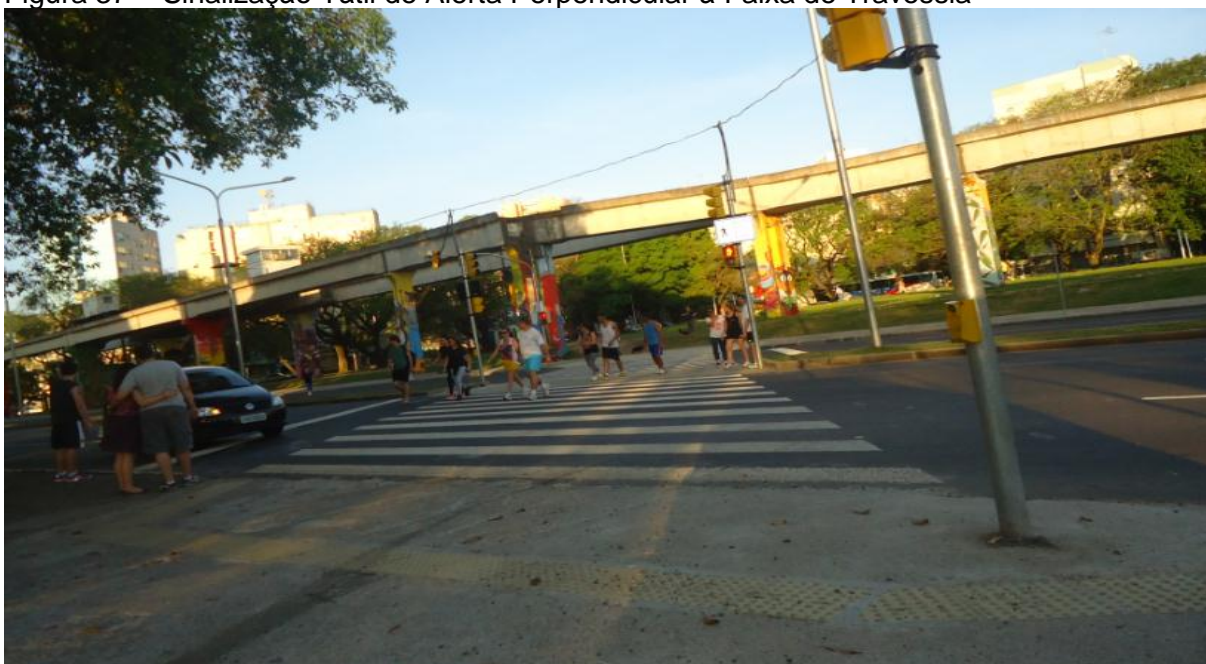
Figura 36 - Sinalização Tátil no Piso do Ponto de Ônibus próximo à Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Apesar da existência de piso tátil no ponto de ônibus mostrada na figura acima, percebe-se que o mesmo acaba abruptamente, ocorrendo apenas no espaço reservado para ônibus. Além disso, existe um poste logo após o término desta sinalização tátil, mas sem a sinalização do mesmo, o que pode acarretar em acidentes à pessoas cegas ou com baixa visão.

Figura 37 - Sinalização Tátil de Alerta Perpendicular à Faixa de Travessia



Fonte: Zanona, 2014.

1.2 Estacionamento do prédio: vagas para veículos		Atendimento
1.2.1	O prédio dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N
1.2.2	Se o estacionamento possui de 11 a 100 vagas, pelo menos uma das vagas é preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N/A
1.2.3	Se o estacionamento possui acima de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas é preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N/A
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso).	N/A
1.2.5	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo internacional de acesso.	N/A
1.2.6	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano.	N/A
1.2.7	Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, as vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, de modo a evitar a circulação entre os veículos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N/A
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção.	N/A
1.2.9	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que interligue o prédio no qual se localizam, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso.	N/A

Na avaliação do item que se refere às vagas de estacionamento, constatou-se que não há atendimento desse quesito, pois não há vagas reservadas às pessoas com deficiência no estacionamento da Usina do Gasômetro, conforme é mostrado nas Figuras 38 e 39 a seguir.

Figura 38 - Estacionamento da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 39 - Estacionamento da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Entretanto, o estacionamento está localizado próximo à Usina do Gasômetro, e o calçamento de percurso é regular e sem barreiras e pode ser perfeitamente sinalizado para reserva de vagas para pessoas com deficiência.

1.3 Entrada do prédio		Atendimento
1.3.1	Se o acesso principal à entrada do prédio se dá por degrau ou escada, há também acesso por rampa ou por elevador.	S
1.3.2	Se a entrada do prédio possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade.	N/A
1.3.3	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	S
1.3.4	A circulação na entrada do prédio é contínua, sem obstáculos à circulação das pessoas com mobilidade reduzida.	P
1.3.5	As portas de entrada principal apresentam vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	S
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20m.	S
1.3.7	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50m.	S
1.3.8	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento.	S
1.3.9	As maçanetas das portas são do tipo alavanca.	N
1.3.10	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	P
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pela pessoa, estes estão instalados à altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	N/A
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pela pessoa estão distantes entre 0,80m e 1,00m da área de abertura.	N/A
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas.	N/A
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o	N/A

	fechamento da porta sobre as pessoas.	
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso. (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15mm)	N/A
1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40m a partir do piso.	S
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente.	P
1.3.18	Se a porta for de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a sua existência.	N
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta.	N
1.3.20	Se o prédio possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, possibilitando a rotação de 90° (1,20m x 1,20m) da cadeira de rodas. (Ver item 4.3.3 da NBR 9050:2004)	N/A
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade.	N/A
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por pessoas estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,00m de altura do piso.	N/A
1.3.23	Eventuais comandos da catraca, quando acionados por pessoas, são acessíveis também para pessoas com deficiência visual.	N/A
1.3.24	O prédio dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação das pessoas com deficiência.	N
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinados estão instalados à altura entre 0,90m e 1,10m do piso, permitindo o alcance manual e visual.	N/A
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem um espaço na sua parte inferior com no mínimo 0,30m de altura e 0,30m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.	N/A
1.3.27	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, no qual está inserido, conforme a figura 28 da NBR 9050:2004)	N

1.3.28	O prédio apresenta símbolos complementares indicando as facilidades existentes (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa...), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos.	N
1.3.29	Os espaços e serviços acessíveis do prédio estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência. (Conforme figura 24 da NBR 9050:2004)	N
1.3.30	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	N/A
1.3.31	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de rodas, para pessoas com dificuldades de locomoção.	N
1.3.32	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, conforme a figura 26 da NBR 9050:2004)	N

Na avaliação deste item é necessário ressaltar que existem duas entradas principais ao prédio da Usina do Gasômetro. A primeira entrada fica de frente para a Av. Presidente João Goulart e muito próxima ao ponto de ônibus. A segunda entrada fica mais próxima ao estacionamento da Usina do Gasômetro, conforme se pode observar nas Figuras 40 e 41.

Figura 40 - Porta de Acesso Frontal da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 41 - Porta de Acesso Lateral da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Em relação a desníveis, a porta de entrada frontal da Usina do Gasômetro há um desnível de 20 mm de altura. A NBR 9050 de 2004 esclarece que desníveis devem ser evitados em rotas acessíveis, sendo que os de até 5 mm não demandam tratamento especial, os desníveis com altura entre 5mm e 15mm devem receber tratamento de rampa, e desníveis com altura superior a 15mm devem receber sinalização referente à degrau.

Na segunda entrada há uma rampa, possibilitando, assim, o acesso a cadeirantes. Entretanto, nesse acesso existe uma estrutura de metal e vidro denominada para-vento. Essa estrutura demanda às pessoas que frequentam o Centro Cultural que elas escolham por qual lado elas desejam passar, dificultando o acesso. Entretanto, não há um comprometimento muito grande, pois as saídas possuem uma abertura de 1,10m de cada lado, que é suficiente para a passagem de uma pessoa cadeirante ou com mobilidade reduzida, como demonstram as Figuras 42 e 43.

Figura 42 - Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro, Vista Externa



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 43 - Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro, Vista Interna



Fonte: Zanona, 2014.

Em relação às maçanetas, a porta da frente da Usina é de madeira e fica a 1,10 m de altura, sendo apenas necessário que se empurre para que ela se abra. Na grande maioria das vezes essa porta está aberta para entrada de pessoas. Mas quando está fechada uma pessoa cadeirante deve ter dificuldades para abrir. Podemos observar esse item na Figura 44.

Figura 44 - Maçaneta na Porta da Frente da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Na entrada lateral a maçaneta fica numa altura de 1,30m e não é tipo alavanca, sendo necessário que seja girada para abrir a porta, o que podemos observar na Figura 45. Essas condições dificultam a entrada de cadeirantes no prédio da Usina do Gasômetro, devido a altura e o modelo da maçaneta, pois o recomendado pela norma é que ela seja do tipo alavanca com altura entre 0,80m e 1,10m do chão.

Figura 45 - Maçaneta da Porta Lateral da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

A NBR 9050 de 2004 refere-se a diversos tipos de sinalização, que vão desde a sinalização visual e sonora, até a sinalização tátil de alerta. Entretanto a Usina não possui esse tipo de serviço às pessoas com deficiência.

1.4 Espaços internos do prédio		Atendimento
1.4.1	A iluminação é avaliada a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.2	Nas entradas de acesso aos espaços são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	S

1.4.3	O contraste de cores entre paredes, pisos e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.4	O contraste de cores entre maçanetas e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.5	O contraste de cores entre as portas e o batente é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.6	Por todo o prédio há uma rota acessível interligando o acesso de pessoas a todas as áreas e setores, desde a entrada principal.	S
1.4.7	A organização interna dos espaços (leiaute) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido. Ex.: espelhos, portas de vidro e portas vai-vem.	N
1.4.8	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estas estão sinalizadas antecipadamente.	N
1.4.9	A área livre para circulação de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas possui largura mínima de 1,20m.	S
1.4.10	A área livre para circulação de duas pessoas em cadeiras de rodas possui largura mínima de 1,50m.	S
1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 90°, possui o mínimo de 1,20m x 1,20m.	S
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 180°, possui o mínimo de 1,50m x 1,20m.	S
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 360°, possui o mínimo de diâmetro de 1,50m.	S
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, em deslocamento de 90°, possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00m (profundidade de saída).	S
1.4.15	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas em deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade).	S
1.4.16	O leiaute dos espaços físicos considera o acesso de pessoas em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura e deficiência visual.	S

1.4.17	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de pessoas que estejam utilizando acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas...).	S
1.4.18	As sinalizações verticais em Braille ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	N/A
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10m do piso.	N/A
1.4.20	As portas internas apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	S
1.4.21	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, entre outros) está entre 0,60m a 1,00 m de altura do piso.	N/A
1.4.22	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram.	N/A
1.4.23	As tomadas elétricas estão instaladas a uma altura entre 0,40m a 1,00m.	S
1.4.24	O quadro de luz está instalado a uma altura entre 0,80m a 1,20m.	N/A
1.4.25	Se o prédio dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal.	N/A
1.4.26	Se o prédio dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, permitindo a aproximação frontal de uma cadeira de rodas.	N

As cores utilizadas na Usina do Gasômetro são em tons de bege e verde, o que resulta em um bom contraste para pessoas com problema de visão. A escolha dessas cores se deu em consulta pública a partir de estudo realizado por arquiteta especialista em prédios históricos e que leva em consideração sua relação com o meio em que está inserido.

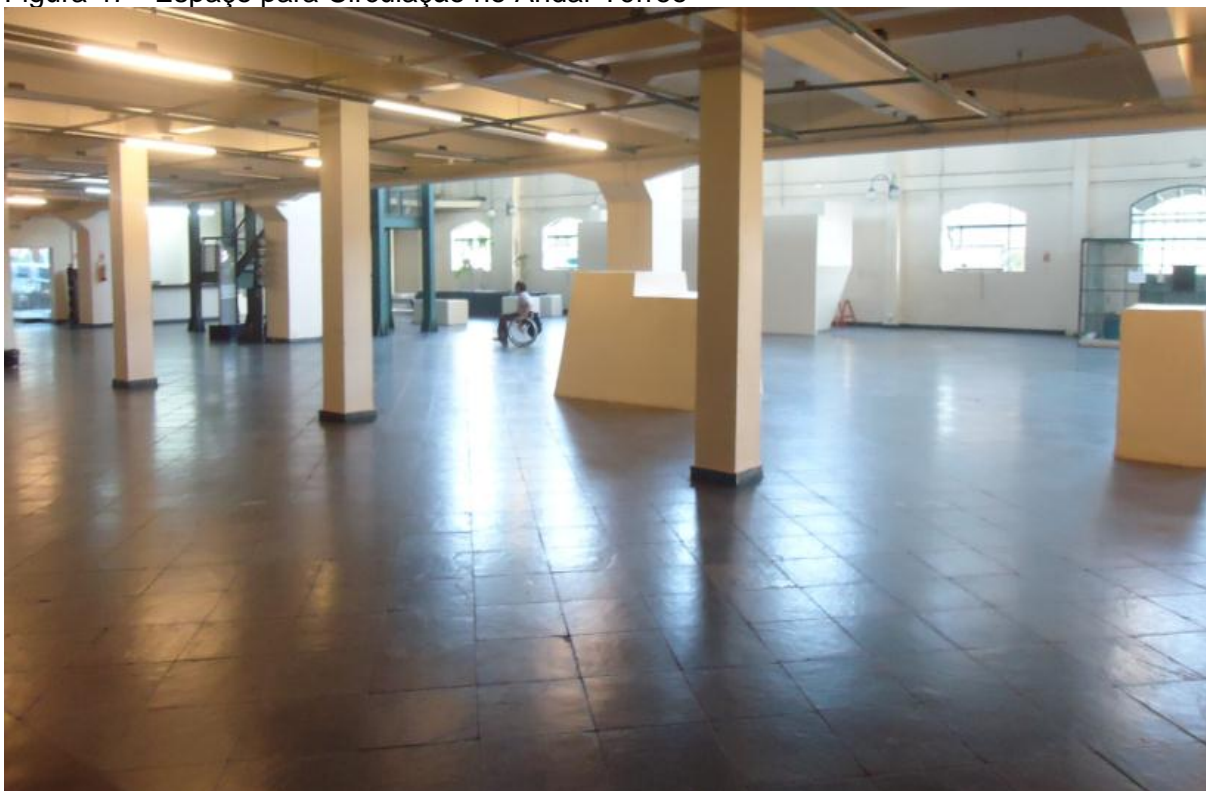
Quanto à circulação de cadeirantes, todos os andares da Usina do Gasômetro apresentam dimensões adequadas, conforme pode ser observado nas Figuras 46 a 56.

Figura 46 - Espaço para Circulação no Andar Térreo – Saguão de Entrada



Fonte: PORTO ALEGRE, 2014.⁴

Figura 47 - Espaço para Circulação no Andar Térreo



Fonte: Zanona, 2014.

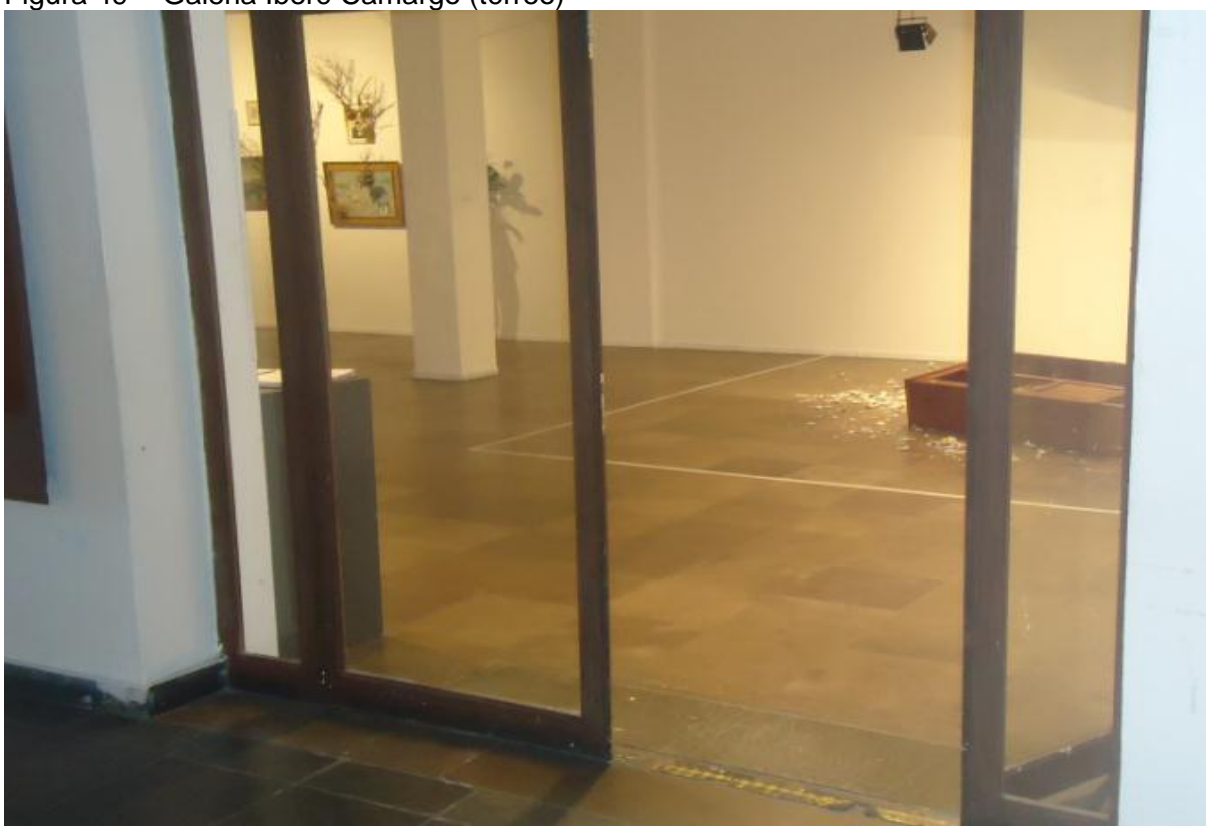
⁴ <http://bancodeimagens.procempa.com.br/visualiza.php?codImagem=128233>

Figura 48 - Galeria dos Arcos (térreo)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 49 - Galeria Iberê Camargo (térreo)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 50 - Escadaria que dá Acesso às Salas 209 e 309



Fonte: Zanona, 2014.

No andar Térreo da Usina do Gasômetro há um grande espaço multiuso onde são realizados diversos tipos de eventos, tais como exposições, feiras, espetáculos etc. Também nesse mesmo andar estão localizadas a Galeria Iberê Camargo (onde há exposições de Artes Plásticas), a Galeria dos Arcos (onde há exposições de fotografia), além de um memorial referente à história da Usina do Gasômetro. No entanto, atualmente a única alternativa para acesso às salas 209 e 309 é através de escadaria, o que inviabiliza o acesso de cadeirantes a essas duas salas de espetáculo.

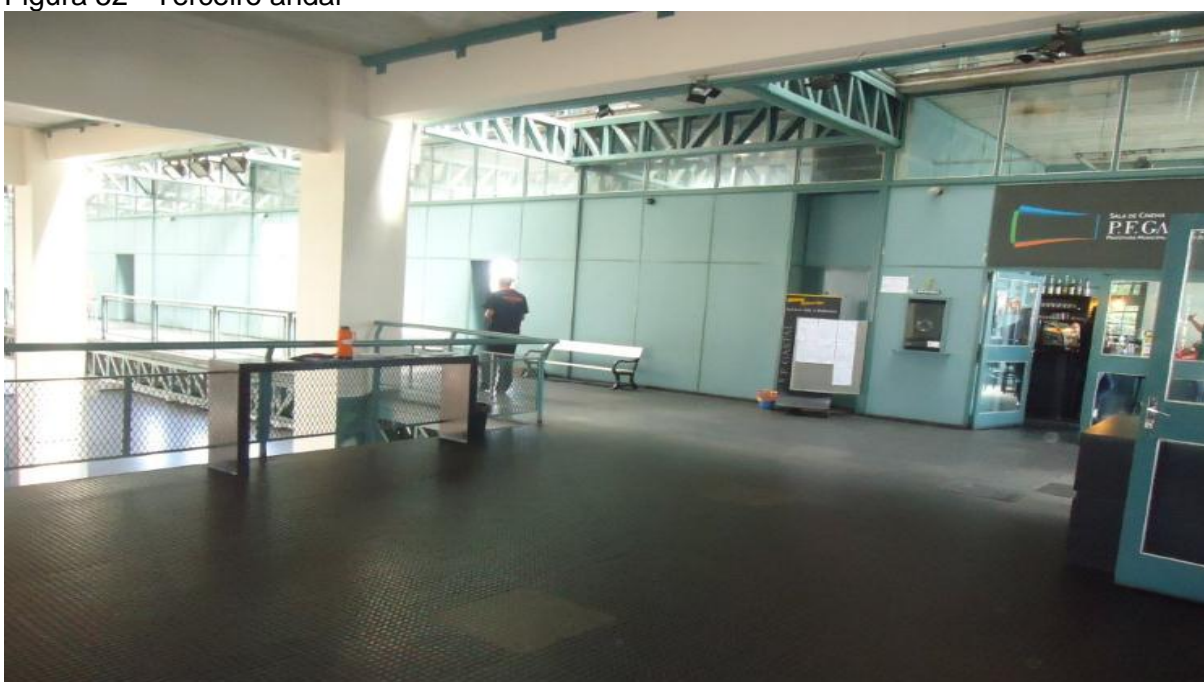
Figura 51 - Mezanino – segundo andar



Fonte: Zanona, 2014.

O segundo andar da Usina do Gasômetro é chamado de Mezanino, e também é um grande espaço multiuso, utilizado para diversas atividades, da mesma forma que o andar Térreo. É nesse andar que está a entrada para o Teatro Elis Regina, que no momento não está aberto ao público por não estar completamente reformado.

Figura 52 - Terceiro andar



Fonte: Zanona, 2014.

No terceiro andar da Usina está localizada a Sala de Cinema P.F. Gastal, onde é exibida uma programação composta principalmente de filmes brasileiros e produções cinematográficas alternativas; ciclos de filmes e; programação infantil (que trabalha diretamente com escolas tanto da rede pública quanto da rede particular). Nesse mesmo andar há também uma lancheria onde são vendidos cafés, salgados, doces, entre outros.

Figura 53 - Quarto Andar



Fonte: Zanona, 2014.

No quarto andar da Usina do Gasômetro estão localizados dois terraços, um que dá vista para o Guaíba (atualmente interditado para averiguação de problemas estruturais) e outro que dá vista para a cidade; duas salas de espetáculo; um Centro de Capacitação Digital e; um grande espaços expositivo destinado às artes visuais.

Figura 54 - Quinto Andar (Galeria Lunara)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 55 - Quinto Andar (Corredor que dá Acesso às Salas de Espetáculo)



Fonte: Zanona, 2014.

No quinto andar, logo na saída do elevador está a Galeria Lunara, uma galeria destinada a obras que envolvam fotografias e vídeos e, a seguir, está o corredor que dá acesso às salas de espetáculo.

Figura 56 - Corredor do Sexto Andar



Fonte: Zanona, 2014.

O sexto andar é um espaço administrativo, onde estão localizadas as salas de diversas coordenações da SMC, sendo elas: Coordenação de Música, Coordenação de Descentralização da Cultura, Coordenação de Manifestações Populares (Carnaval), Escritório do Fórum Social Mundial, Coordenação de Dança e Banda Municipal.

1.5 Pisos		Atendimento
1.5.1	Os pisos no interior do prédio apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações, considerando dispositivos com rodas.	P
1.5.2	O piso do prédio é antiderrapante sob qualquer condição.	S

1.5.3	O piso é opaco, não provocando reflexos excessivos com a iluminação local, que podem desorientar pessoas com baixa visão.	P
1.5.4	O piso do prédio contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos.	S
1.5.5	A inclinação transversal do piso no interior do prédio é de, no máximo, 2%, e a inclinação longitudinal de, no máximo, 5%.	S
1.5.6	O prédio apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50m, para piso com até 3% de inclinação.	N/A
1.5.7	O prédio apresenta uma área de descanso a cada 30m, para piso de 3% a 5% de inclinação.	N/A
1.5.8	O prédio apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%. (Ver dimensionamento de rampas no item 6.5 da NBR 9050:2004)	N/A
1.5.9	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas.	N/A
1.5.10	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a previsão de bancos com encosto para usuários com mobilidade reduzida ou acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.	N/A

A NBR 9050 de 2004 indica o uso de pisos com superfície regular, firme, estável, antiderrapante sob qualquer condição e que não cause trepidação em dispositivos com rodas, tais como cadeiras de rodas e carrinhos de bebê. Nesse sentido, o piso do andar térreo e do segundo andar da Usina do Gasômetro mostraram-se adequados para pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida, como se pode averiguar nas Figuras 57 e 58.

Figura 57 - Piso do Andar Térreo da Usina do Gasômetro



Fonte: PORTO ALEGRE, 2014.⁵

Figura 58 - Piso do Segundo Andar da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Entretanto o piso do terceiro, quarto, quinto e sexto andares da Usina do Gasômetro, chamado de “piso moeda”, é inadequado para pessoas cadeirantes, pois causa trepidação à cadeira de rodas. As Figuras 59, 60, 61 e 62 esclarecem visualmente as características do piso.

⁵ <http://bancoimagemens.procempa.com.br/visualiza.php?codImagem=128132>

Figura 59 - "Piso moeda" do Terceiro Andar



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 60 - "Piso moeda" do Quarto Andar



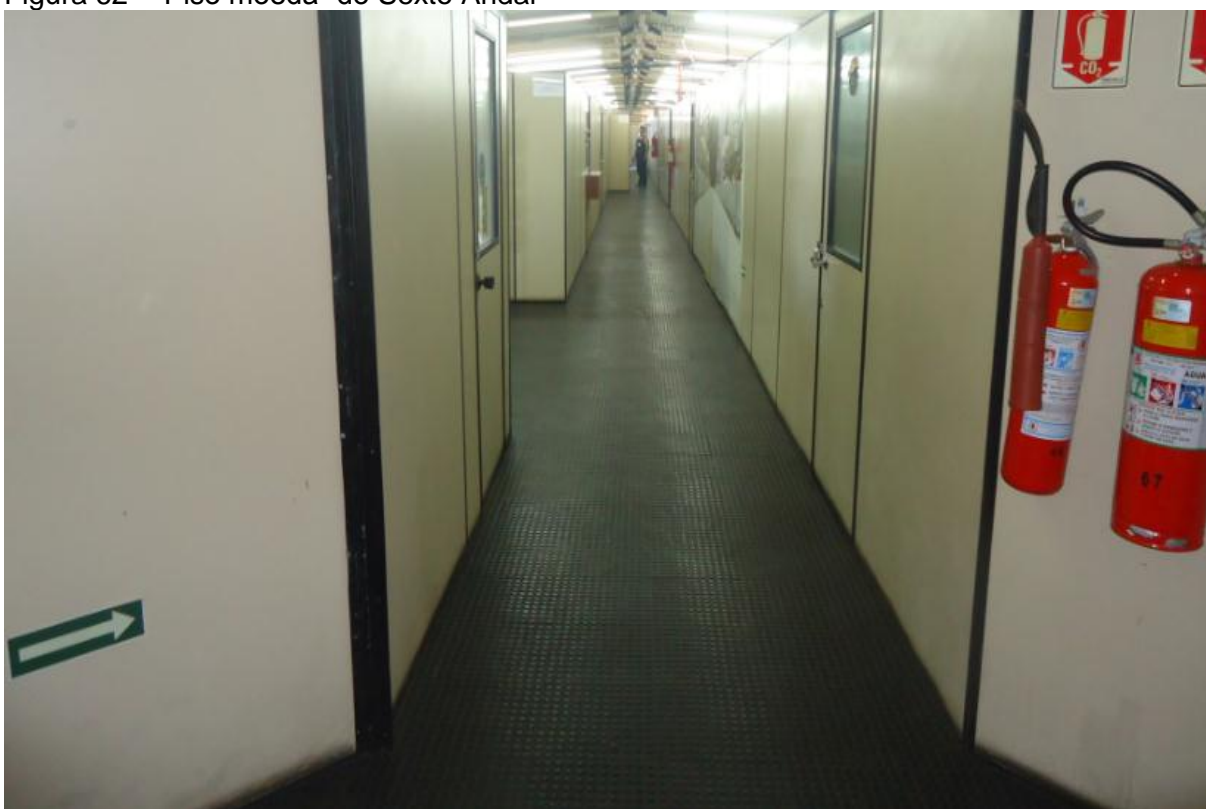
Fonte: Zanona, 2014.

Figura 61 - "Piso moeda" do Corredor do Quinto Andar



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 62 - "Piso moeda" do Sexto Andar



Fonte: Zanona, 2014.

É importante ressaltar que no quinto andar, logo na saída do elevador e antes de entrar no corredor desse andar, o piso é metálico vazado, em formato de grade (tipo de piso destinado ao tráfego de pessoas e veículos, normalmente utilizados em plataformas retas, mezaninos e canaletas), o que traz benefícios ao aspecto histórico do prédio, pois mostra visualmente as estruturas da Usina do Gasômetro em sua condição original, mas não é adequado em termos de acessibilidade, pois causaria insegurança à pessoas com baixa visão, além de gerar transtornos para pessoas que necessitem usar bengalas ou muletas. A Figura 63 apresenta imagem desse piso.

Figura 63 - “Piso grade” da Saída do Elevador do Quinto Andar



Fonte: Zanona, 2014.

1.6 Capachos, forrações e carpetes		Atendimento
1.6.1	Os capachos utilizados estão embutidos no piso e nivelados de maneira que o desnível não exceda 5mm.	N/A
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície.	N/A
1.6.3	As felpas dos carpetes apresentam altura inferior a 6mm.	N/A

O prédio da Usina do Gasômetro não possui carpetes ou forrações. Nesse quesito a NBR 9050 de 2004 indica que os capachos sejam embutidos e nivelados a fim de que não haja desnível superior a 5 mm Em relação aos carpetes, a mesma

norma indica que as bordas sejam fixadas no piso, a fim de que se evite o seu enrugamento.

1.7 Desníveis		Atendimento
1.7.1	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5mm.	S
1.7.2	Os desníveis de piso que estejam entre 5mm e 15mm são tratados em forma de rampa.	N/A
1.7.3	Os desníveis superiores a 15mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados.	N/A

A NBR 9050 de 2004 indica que sejam evitados irregularidades em rotas acessíveis, entretanto desníveis de até 5 mm não requerem tratamento especial. Contudo, não foram observados desníveis no interior do prédio da Usina do Gasômetro.

1.8 Degraus e escadas fixas		Atendimento
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas está associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado.	S
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16m e o máximo de 0,18m.	S
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28m e o máximo de 0,32m.	S
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%.	S
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20m.	S
1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30m da área de circulação adjacente.	S
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 58 da NBR 9050:2004.	N
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20m de desnível e sempre que houver mudança de direção.	S
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m. (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada)	S

1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na NBR 313:2007 quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais.	N
---------------	---	----------

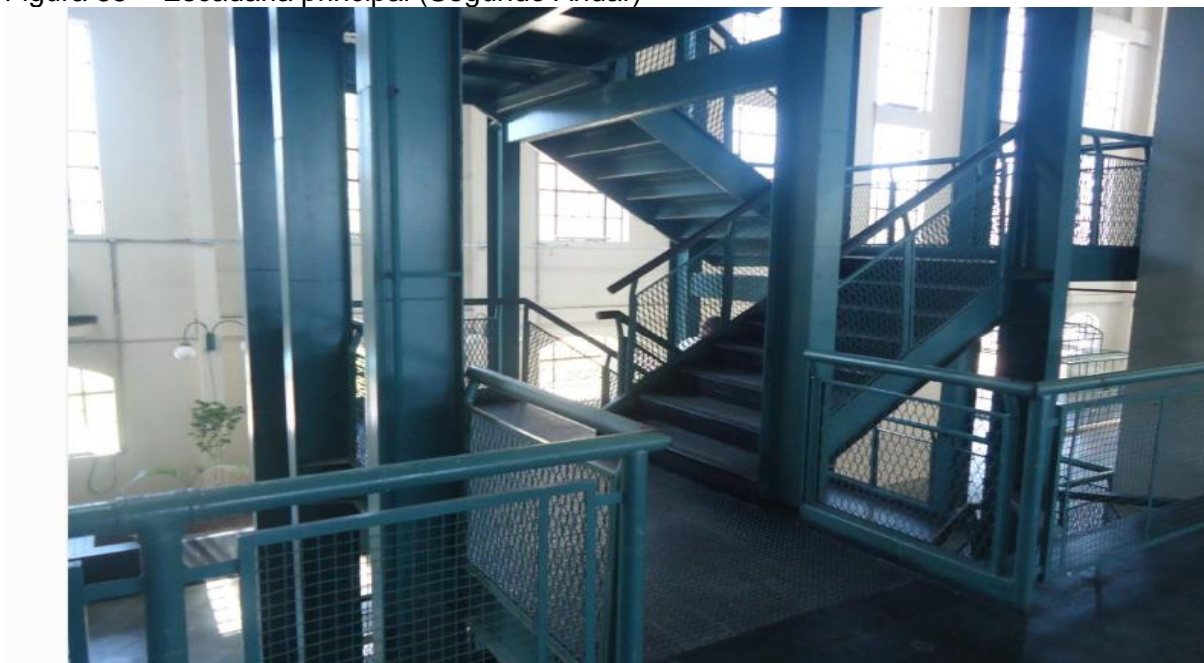
A Usina do Gasômetro possui três escadarias, sendo uma principal para visitantes, uma para serviço e outra que é o único acesso às salas 209 e 309; e dois elevadores, sendo que um deles é denominado elevador de serviço, embora também seja utilizado por público. Na avaliação do quesito degraus e escadas fixas desse *Checklist* observa-se que a maior parte dos itens são atendidos. Contudo as escadarias não possuem sinalização visual com cor contrastante com a do acabamento. Abaixo, as Figuras 64 e 65 mostram a escadaria principal da Usina do Gasômetro e a Figura 66 a escadaria que dá acesso às salas 209 e 309.

Figura 64 - Escadaria Principal



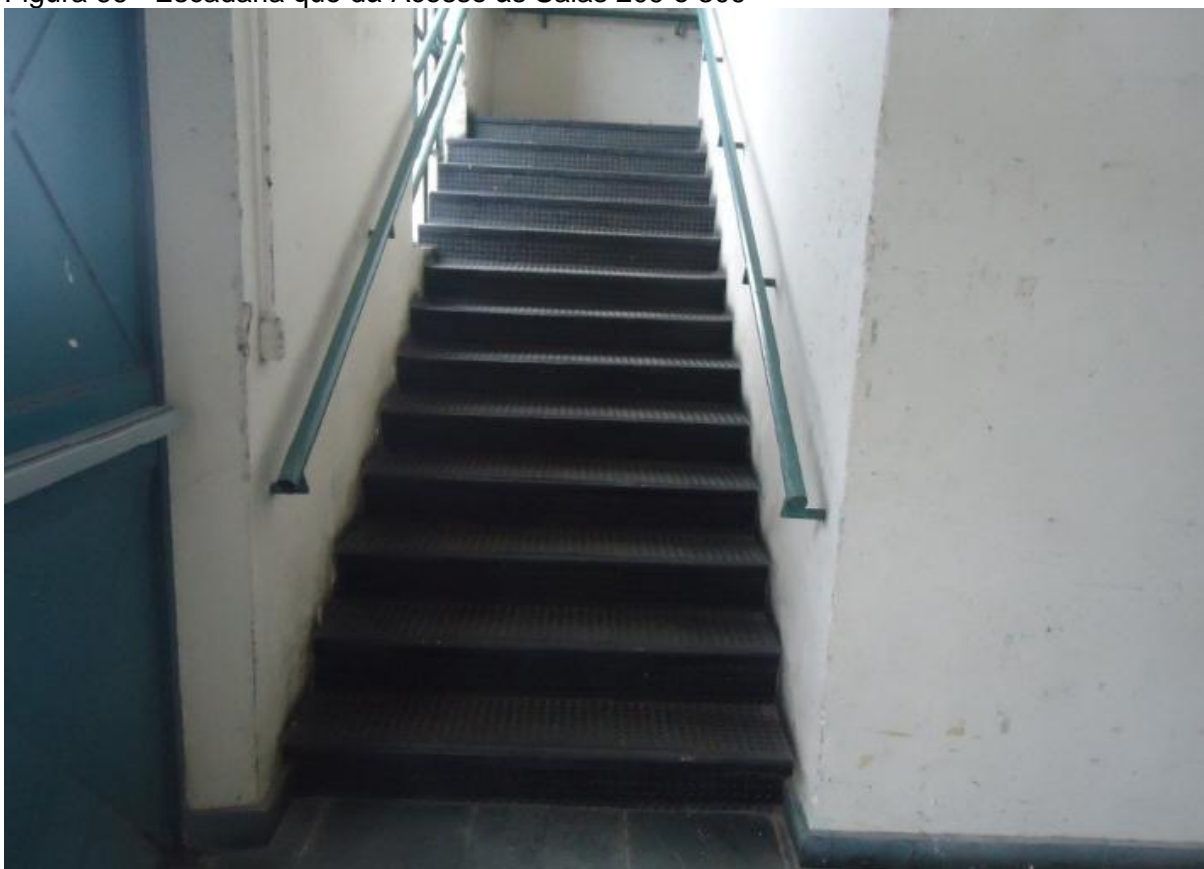
Fonte: Zanona, 2014.

Figura 65 - Escadaria principal (Segundo Andar)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 66 - Escadaria que dá Acesso às Salas 209 e 309



Fonte: Zanona, 2014.

1.9 Rampas		Atendimento
1.9.1	As rampas apresentam largura mínima de 1,20m.	S
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%.	P
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas.	S
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00m, medido no perímetro interno à curva.	N/A
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo 1,20m, além da área de circulação adjacente.	S
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m.	S
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa.	S
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%.	S
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50m de percurso.	S

A Usina do Gasômetro possui seis rampas, sendo cinco no seu interior e uma na entrada lateral. Das rampas internas, três delas estão localizadas no andar térreo: duas delas no acesso ao prédio pela porta frontal, uma delas na entrada da Galeria Iberê Camargo. A rampa que daria acesso ao Teatro Elis Regina, que atualmente não está aberto para visitação de público, pois ainda está em vias de construção, está localizada no segundo andar. Também há uma rampa no quinto andar entre a Galeria Lunara e o corredor que dá acesso às salas de espetáculo. Assim, a avaliação desse item revela que quase todos os quesitos são atendidos, de maneira que apenas duas das rampas de todo o Centro Cultural possuem inclinação superior a indicada pela NBR 9050 de 2004 que é de 8,33%. Tais rampas são: a primeira que dá acesso pela entrada frontal do prédio e a que dá acesso pela portal lateral. Abaixo, são apresentadas as imagens das quatro rampas nas Figuras de 67 à 71.

Figura 67 - Primeira Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 68 - Segunda Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 69 - Rampa de Acesso



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 70 - Rampa de acesso à Galeria Iberê Camargo



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 71 - Rampa de Acesso ao Teatro Elis Regina



Fonte: Zanona, 2014.

1.10 Corrimãos		Atendimento
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.	P
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido.	S
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização.	S
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados conforme item 5.12 da NBR 9050:2004.	N
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70m e 0,92m do piso.	S
1.10.6	Os corrimãos possuem largura entre 3,0cm e 4,5cm.	S
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0cm.	S
1.10.8	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00m antes das extremidades.	N
1.10.9	No início e no final das escadas fixas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	N

1.10.10	No início e no final das rampas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	N
1.10.11	Se embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 4,0cm da parede de fundo e 15,0cm da face superior da reentrância.	N/A
1.10.12	Os corrimãos permitem boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular.	S
1.10.13	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 30cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. (Ver figura 86, do item 6.7.1.4 da NBR 9050:2004)	P
1.10.14	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado. (Ver figuras 87 a 89, do item 6.7.1.5 da NBR 9050:2004)	S
1.10.15	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas. (Ver figura 88 do item 6.7.1.7 da NBR 9050:2004)	S
1.10.16	A altura dos corrimãos está a 0,92m do piso no caso de degraus isolados e escadas.	P
1.10.17	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92m e a 0,70m do piso, medidos da geratriz superior.	S
1.10.18	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40m, estas apresentam corrimão intermediário. (Ver figura 89 do item 6.7.1.8 da NBR 9050:2004)	N/A

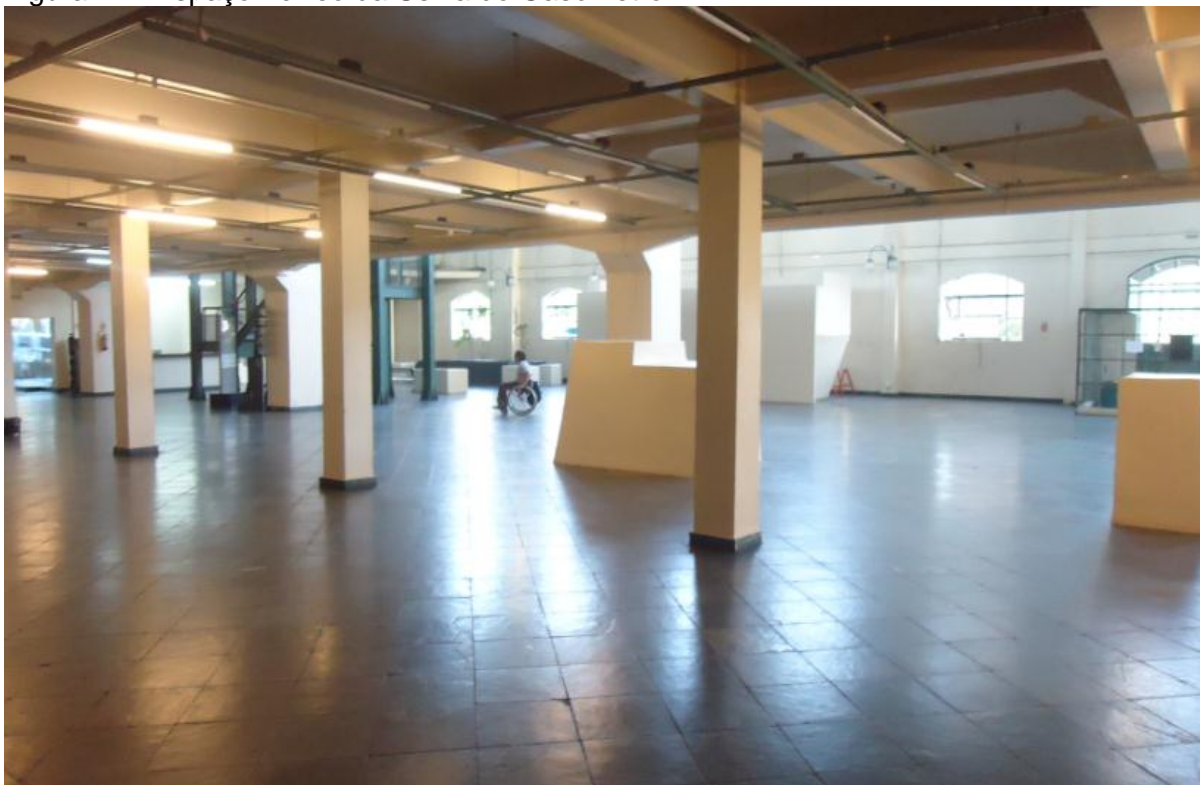
No interior da Usina existem cinco rampas, sendo que desse total, apenas duas possuem guarda corpo. São elas: a rampa na entrada frontal e a que dá acesso ao Teatro Elis Regina. A segunda rampa que dá acesso ao Térreo pela porta frontal, a da Galeria Iberê Camargo, a do quinto andar e a da entrada lateral não possuem corrimão ou guarda-corpo.

A NBR 9050 de 2004 indica a utilização de corrimãos e guarda-corpos construídos com materiais rígidos, que sejam firmemente fixados às paredes, barras de suporte ou guarda-corpos, a fim de oferecerem condições seguras de utilização.

1.11 Corredores		Atendimento
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. (Conforme 6.10.8 da NBR 9050:2004)	S
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,0m apresentam largura mínima de 0,90m.	S
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00m apresentam largura mínima de 1,20m.	S
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00m apresentam largura mínima de 1,50m.	S
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, sem obstáculos que obstruam a acessibilidade.	S

A Usina do Gasômetro é um espaço muito amplo, o que garante boas condições de circulação de público. Há barreiras estruturais que fazem parte do caráter original do prédio, tido como prédio industrial. Contudo, esses obstáculos não interferem na acessibilidade justamente pela sua característica de espaço amplo, como podemos contemplar nas Figuras 72, 73 e 74.

Figura 72 - Espaço Térreo da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 73 - Segundo Andar da Usina do Gasômetro



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 74 - Corredor de acesso às salas de espetáculo 400 e 402



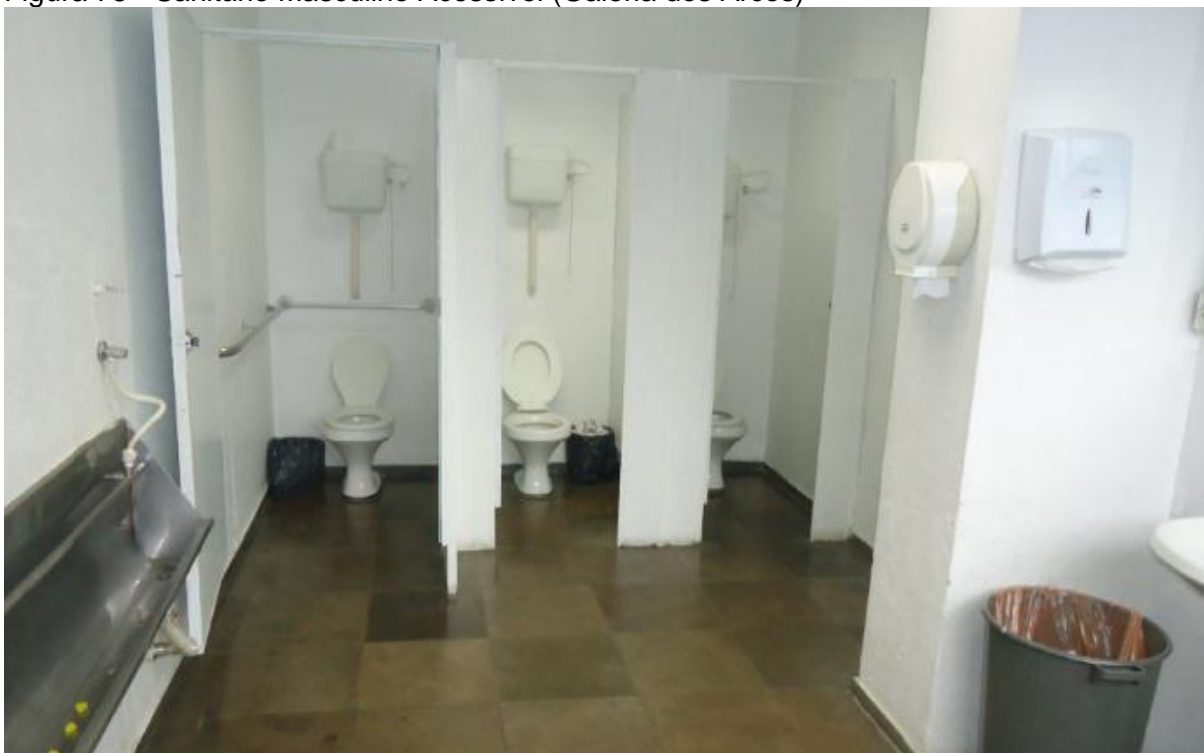
Fonte: Zanona, 2014.

1.12 Sanitários		Atendimento
1.12.1	O prédio dispõe de sanitário acessível de uso preferencial para pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção. (Conforme item 7 da NBR 9050:2004)	P
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível.	S
1.12.3	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,90m a 1,10m do piso, com largura de 0,40m.	N
1.12.4	As portas de sanitários acessíveis possuem abertura para fora.	P
1.12.5	Em relação ao acesso aos sanitários, a porta de entrada tem no mínimo 80cm de largura.	S
1.12.6	O sanitário acessível possui dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão.	P
1.12.7	Em relação aos lavatórios, é prevista área de aproximação frontal a esses.	S
1.12.8	Em relação aos lavatórios, as barras de apoio estão instaladas na frente da pia.	N
1.12.9	Os acessórios ao alcance das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida estão instalados na faixa de alcance confortável (de 0,80 a 1,20m).	N
1.12.10	A altura da pia tem no máximo 80cm.	S
1.12.11	A torneira é do tipo alavanca, sensor ou pressão.	N
1.12.12	O espelho se encontra numa altura máxima de 90cm a 1,10m.	P
1.12.13	Acessórios como o porta-sabonete e porta-papel estão numa altura de, no máximo, 1,20m.	N
1.12.14	Em lavatórios coletivos acessíveis, os acessórios são suspensos, sendo que sua borda superior está a uma altura de 0,78 a 0,80m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73m na sua parte inferior frontal.	N
1.12.15	Em lavatórios coletivos acessíveis, o sifão e a tubulação estão situados a, no mínimo, 0,25m da face externa frontal e tem dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar. (Não é permitida a utilização de colunas até o piso ou gabinete).	N/A

1.12.16	Em relação ao vaso sanitário, há área de transferência lateral, diagonal e perpendicular para usuários de cadeiras de rodas.	P
1.12.17	Em relação ao vaso sanitário, é garantida a instalação a uma altura de 0,46m, medida da borda superior do assento até o piso.	N
1.12.18	Em relação ao vaso sanitário, a válvula de descarga é de leve pressão e está a uma altura máxima de 1,00m do piso.	N
1.12.19	Em relação ao vaso sanitário, o papeleiro está ao alcance da pessoa sentada no vaso.	N
1.12.20	No caso de haver mictório individual, para que possam ser utilizados por pessoas com deficiência ambulatoria parcial, esses estão localizados a uma altura de 0,46m do piso e são providos de barras de apoio fixadas na vertical, com afastamento de 0,80m, altura de 0,70m do piso e comprimento de 0,80m.	N/A

Na avaliação desse item, foram analisados os quatro banheiros (dois femininos e dois masculinos) do andar térreo da Usina do Gasômetro, por esse ser considerado o principal local de circulação do prédio. Assim, verificou-se que dos dois banheiros masculinos desse andar apenas um deles possui sanitário acessível, pois o outro está interditado devido a erro de cálculo na colocação da iluminação cênica do prédio, o que impossibilitou que a porta seja movimentada. No banheiro masculino acessível, a altura do sanitário, com assento, é de 0,40m, o que está abaixo ao recomendado pela norma que é de 0,46m, conforme podemos verificar na Figura 75. Em relação aos banheiros femininos, ambos possuem sanitários para cadeirantes com altura superior ao recomendado pela norma, sendo essas alturas de 0,50 m em um deles e 0,55 m no outro, conforme pode-se observar nas Figuras 76 e 77. O lavatório de todos os banheiros se encontram a uma altura de 0,80 m, dentro do sugerido pela norma que é de 0,78m à 0,80m de altura, entretanto não são bacias suspensas como indicado e as torneiras são giratórias, como observa-se na Figura 78. Os três banheiros acessíveis possuem barra de apoio fixadas na lateral e no fundo, conforme indica a NBR 9050 de 2004. Quanto à porta dos sanitários, estes possuem largura de 0,90 m, mas no banheiro feminino do saguão de entrada a porta abre para dentro, e não para fora, como estabelece a norma.

Figura 75 - Sanitário Masculino Acessível (Galeria dos Arcos)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 76 - Sanitário Feminino Acessível (Galeria dos Arcos)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 77 - Sanitário Feminino Acessível (Saguão de Entrada)



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 78 - Lavatórios



Fonte: Zanona, 2014.

1.13 Sinalização de espaços: situações de alerta		Atendimento
1.13.1	Há sinalização direcional da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	N
1.13.2	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento, com largura de 0,20m e profundidade entre 0,20 a 0,30m.	N
1.13.3	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores.	N
1.13.4	O prédio apresenta sinalização tátil direcional no piso em áreas de circulação onde há ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos. (Conforme 5.14.2 da NBR 9050:2004)	N
1.13.5	As dimensões do piso tátil direcional estão em conformidade com os critérios do item 5.14.2.1 da NBR 9050:2004. (Ver fig. 66 da NBR 9050:2004)	N/A
1.13.6	O prédio apresenta sinalização tátil direcional nas condições apresentadas no item 5.14.3 da NBR 9050:2004.	N
1.13.7	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 0,20m e 0,60m e cromo-diferenciada em relação ao piso adjacente.	N
1.13.8	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto, com dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional.	N
1.13.9	Quando há mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional.	N
1.13.10	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações.	N
1.13.11	Caso afirmativo, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2mm.	N/A
1.13.12	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada no máximo, 0,32m do ponto onde ocorre a mudança do plano.	N

1.13.13	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada, no máximo, 0,32m da abertura.	N
1.13.14	Junto às portas de elevadores, quando há sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	N/A
1.13.15	Há sinalização tátil de alerta para situações que envolvem risco de segurança como colunas ou objetos suspensos entre 0,60m e 2,10m de altura do piso. (Ver item 5.14.1.2 da NBR 9050:2004)	N
1.13.16	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.14.1 da NBR 9050:2004)	NA
1.13.17	As dimensões do piso tátil de alerta estão em conformidade com os critérios do item 5.14.1.1 da NBR 9050:2004. (Ver fig. 59 da referida norma)	N/A
1.13.18	A sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes, rampas, portas dos elevadores e junto a desníveis está em conformidade com os critérios do item 5.14.1.2 da NBR 9050:2004.	N/A
1.13.19	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.14.1 da NBR 9050:2004)	N/A
1.13.20	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente.	N/A
1.13.21	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras.	N
1.13.22	As rotas de fuga, quando localizadas dentro do prédio, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a NBR 10898:1999.	N
1.13.23	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento.	N
1.13.24	Possui instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio, nas faixas de travessia.	N
1.13.25	Possui sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque, no ponto de ônibus mais próximo ao prédio.	N

A avaliação desse item revela que não há nenhum tipo de sinalização visual, tátil ou sonora que venha a contemplar as necessidades de pessoas com deficiência. A NBR 9050 de 2004 indica a utilização desses símbolos para indicar os itens de acessibilidade e facilidades para pessoas com deficiência.

8.2.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos

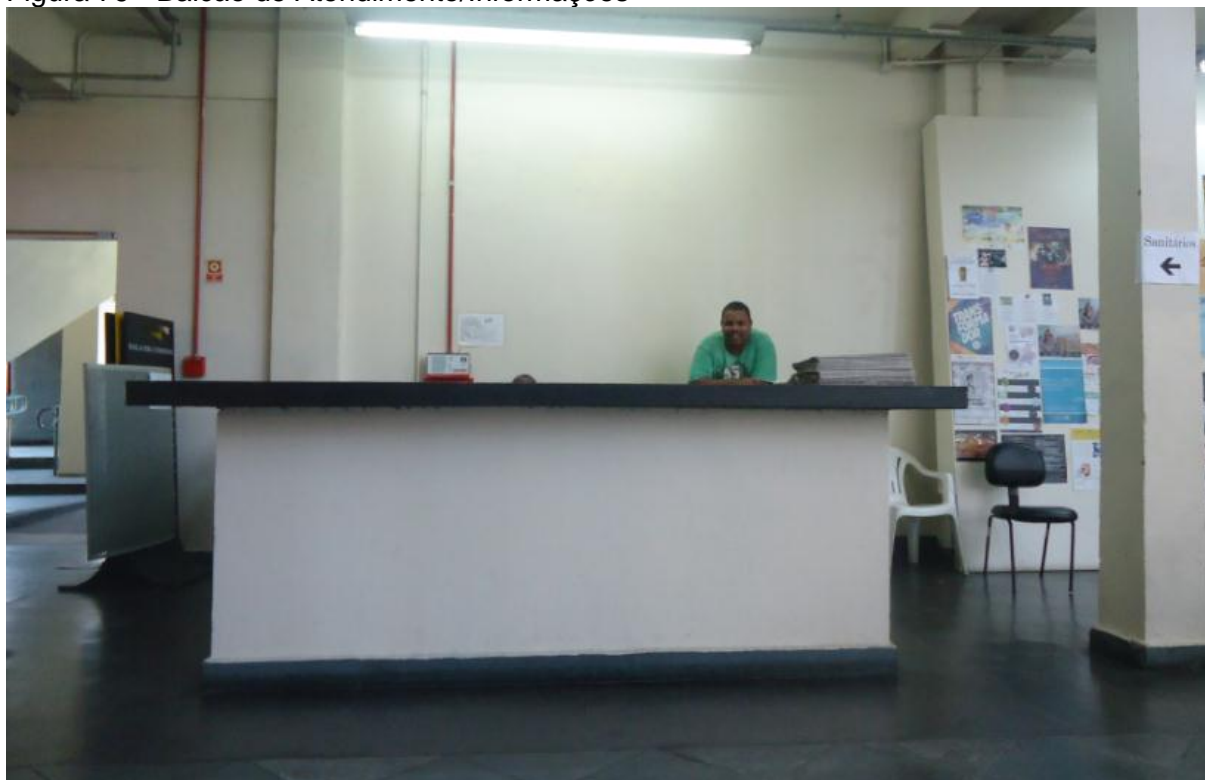
Nessa subseção o *Checklist* como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em prédios públicos da CAPADHIA foram analisados itens referentes a mobiliário e equipamentos de atendimento a pessoas, tais como: balcão de atendimento/informações; computadores e terminais de autoatendimento; mesas e superfícies de trabalho e assentos.

2. ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS		Atendimento
2.1 Balcão de atendimento às pessoas		
2.1.1	O balcão de atendimento às pessoas está localizado em rota acessível.	S
2.1.2	O balcão de atendimento, em algum trecho de sua longitude, de no mínimo 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre a pessoa (em cadeira de rodas ou de baixa estatura) e o servidor atendente. (Conforme figura 163 do item 9.5.2.1 da NBR 9050:2004)	N
2.1.3	O balcão de atendimento às pessoas é acessível a pessoas em cadeira de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão. (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeira de rodas)	N
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, entre outros.	S
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	S

Na avaliação dos itens referentes à acessibilidade ao balcão de atendimento/informações do Centro Cultural, foi constatado que o mesmo encontra-

se a uma altura de 1,10 m do chão, impossibilitando o atendimento a cadeirantes, já que o recomendado pela NBR 9050 de 2004 é que o balcão fique a 0,90 m do piso, ou seja, 0,20m maior que o que a norma recomenda, como se pode verificar na Figura 79.

Figura 79 - Balcão de Atendimento/Informações



Fonte: Zanona, 2014.

2.2 Computadores: terminais de consulta		Atendimento
2.2.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores são acessíveis às pessoas em cadeiras de rodas ou mobilidade reduzida.	N/A
2.2.2	Os computadores destinados ao público encontram-se em local e mobiliário acessíveis, atendendo aos requisitos de acessibilidade.	N/A
2.2.3	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando adaptar as diferentes necessidades das pessoas.	N/A
2.2.4	Os botões de liga/desliga, manipulação de disquete, CD-ROM e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso.	N/A

2.3 Mesas ou superfícies para o trabalho		Atendimento
2.3.1	Pelo menos 5% das mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis.	N/A
2.3.2	No entorno de pelo menos 5% das mesas é garantida uma faixa de livre circulação de 0,90m de área de manobra para o acesso às mesmas.	N/A
2.3.3	Pelo menos 5% das mesas permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, com modulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.	N/A
2.3.4	Pelo menos 5% das mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis na altura entre 0,75m e 0,85m do piso.	N/A
2.3.5	Pelo menos 5% das mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura, entre outros.	N/A
2.3.6	As mesas apresentam revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	N/A
2.3.7	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador.	N/A
2.3.8	As cadeiras para uso nas mesas possuem rodízios para o deslocamento	N/A

2.4 Assentos Fixos		Atendimento
2.4.1	Os assentos fixos estão distribuídos em rotas acessíveis.	N/A
2.4.2	Pelo menos ao lado de 5% dos assentos fixos há um espaço livre que não interfere na circulação das pessoas, reservado para pessoas em cadeiras de rodas. (Este espaço livre deve medir, no mínimo, 0,80m de largura e 1,20m de comprimento)	N/A
2.4.3	Pelo menos 10% dos assentos fixos podem ser adaptados para a acessibilidade, de modo que sua altura e/ou comprimento podem ser mudados para atender as diferenças antropométricas de todas as pessoas.	N/A

A Usina do Gasômetro tem por objetivo proporcionar à população acesso às mais diversas manifestações culturais, tais como teatro, exposições, shows de música entre outras. Não se inclui nas atividades do Centro Cultural o acesso a

equipamentos de informática ou mobiliário para estudo e/ou trabalho, de forma que a avaliação desses itens não se aplica a este estudo.

8.2.3 Acessibilidade Comunicacional

A acessibilidade comunicacional, segundo Sasaki (2006), refere-se a não existência de barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, apostila, textos em braile, computador portátil, entre outros) e visual (acessibilidade digital).

Nesse subitem foram avaliadas as questões relacionadas à sinalização, sendo elas referentes à sinalização de espaços e serviços, sinalização tátil, sinalização sonora e sinalização visual.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL		Atendimento
3.1 Sinalização dos espaços e serviços		
3.1.1	Há sinalização informativa da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	N
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada do prédio, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	N
3.1.3	A área de recepção e atendimento está claramente indicada via painéis informativos acessíveis, impressos e táteis.	N
3.1.4	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	N
3.1.5	O prédio dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar as pessoas sobre a localização das diferentes áreas de serviços, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos.	N
3.1.6	Dentro do prédio, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos como setores, serviços, sanitários e outros, pelo menos até o saguão de entrada e seus pontos de informação para o atendimento ao público.	N
3.1.7	Há no prédio sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente.	N
3.1.8	Há sinalização informativa, nos setores, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	N

3.1.9	Nas portas internas do prédio há informação visual de identificação (pelo menos número da sala e nome do setor).	P
3.1.10	Nas portas e acessos do prédio há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato.	N
3.1.11	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços e setores.	N
3.1.12	Nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel) há sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) a uma altura entre 0,90m e 1,10m.	N
3.1.13	Os espaços acessíveis do prédio - como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas - estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso (figura 24 da NBR 9050:2004).	N
3.1.14	A instituição indica, por meio de símbolos complementares, as facilidades arquitetônicas existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa).	N
3.1.15	Se o prédio possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com deficiência.	N
3.1.16	O sanitário acessível de uso preferencial por pessoas com deficiência física ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade. (Conforme figura 24 do item 5.4.1 da NBR 9050:2004)	N
3.1.17	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (Figura 26 da NBR 9050:2004)	N
3.1.18	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (Figura 28 da NBR 9050:2004)	N
3.1.19	Os serviços de atendimento ao público para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>online</i> via internet, entre outros.	N
3.1.20	Se o setor de serviços dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio.	N/A

3.1.21	Os mecanismos e dispositivos de emergência do prédio contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	N
3.1.22	O(s) elevador(es) do prédio possuem tecnologia <i>voice</i> .	N
3.1.23	O(s) elevador(es) do prédio possuem indicação dos andares em Braille.	N

Verifica-se que em termos de sinalização de espaços e serviços a Usina a do Gasômetro está muito aquém do sugerido pela NBR 9050 de 2004, pois dos 23 itens dessa seção, nenhum deles está plenamente atendido. A referida norma descreve a existência de quatro tipos de sinalização, as quais são classificadas em: permanente, que são as utilizadas visando identificar os diferentes espaços ou elementos de um ambiente ou de uma edificação; direcional, que é utilizada para indicar a direção de um percurso ou distribuição espacial de elementos de um edifício; de emergência, sendo esta utilizada para indicar rotas de fuga e saídas de emergência e; temporária, a qual se refere a informações essenciais aos espaços.

Assim, o prédio da Usina do Gasômetro possui apenas em algumas salas a sua identificação de número e setor.

3.2 Comunicação tátil		Atendimento
3.2.2	Os textos, figuras e pictogramas, em relevo, dirigidos às pessoas com deficiência visual correspondem ao texto em Braille.	N/A
3.2.3	As informações em Braille estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.	N/A
3.2.4	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste. (Conforme 5.6 da NBR 9050:2004)	N/A
3.2.5	Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em 5.6.2.3 da NBR 9050:2004.	N/A
3.2.6	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	N/A

A NBR de 2004 explica que a comunicação tátil é apresentada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo. Contudo, na análise deste item,

observa-se que a Usina do Gasômetro não oferece aos visitantes do espaço nenhum tipo de comunicação tátil.

3.3 Comunicação sonora		Atendimento
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte.	N/A
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e auditiva.	N/A
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas.	N/A
3.3.4	A sinalização sonora está associada à sinalização visual. (Conforme 5.3 da NBR 9050:2004).	N/A

Na análise deste item constatou-se que a Usina do Gasômetro também não apresenta nenhum item relativo à comunicação sonora, definido pela NBR 9050 de 2004 como sendo a que ocorre através de recursos auditivos.

3.4 Comunicação visual		Atendimento
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. (3) (Conforme 5.5 da NBR 9050:2004)	P
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras é de 0,15m, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30m.	P
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos. (Conforme 4.7.2 da NBR 9050:2004)	P
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil. (4)	N/A
3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo.	N
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação.	P

3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão.	N
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	N/A
3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contem as mesmas informações escritas em Braille.	N
3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	N/A
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	N
3.4.12	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória.	P
3.4.13	Os mecanismos e dispositivos de emergência contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	N
3.4.14	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são equivalentes às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	N

Segundo a NBR 9050 de 2004, as “informações visuais devem seguir premissas de textura, dimensionamento e contraste de cor dos textos e das figuras para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão” (NBR 9050, 2004).

Analisando este item percebe-se que poucos aspectos são atendidos em relação à comunicação visual no prédio da Usina do Gasômetro. Entre eles estão o totem de informação, de fundo laranja e letras pretas (porém não confeccionado em material fosco) e a sinalização de emergência, de fundo verde e letras brancas, o que, de acordo com a NBR 9050 de 2004 apresentam média ou alta qualidade de iluminação. Tais itens podem ser visualizados nas imagens das Figuras 80 e 81 a seguir.

Figura 80 - Placas de Sinalização dos Espaços



Fonte: Zanona, 2014.

Figura 81 - Sinalização de Emergência



Fonte: Zanona, 2014.

8.2.4 Acessibilidade à Informação

Nessa subseção foram avaliadas as questões de acessibilidade ao que se refere à questão informacional do Centro Cultural. Assim, foram analisados quesitos como: orientações e orientações em Braille e acessibilidade digital.

4. ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO		Atendimento
4.1	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em Braille.	N
4.2	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em formato impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	N
4.3	As informações da instituição impressas em papel possuem também formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético.	N
4.4	As informações essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas...) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo).	N
4.5	O conteúdo do site da instituição é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C). (5)	P
4.6	As informações sobre a instituição apresentam acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela. (Conforme recomendações do W3C).	P
4.7	A instituição disponibiliza suas normas (se for o caso) em diferentes formatos. (Recomenda-se em Braille; em versão ampliada impressa em papel e em formato digital acessível a leitores de tela)	N

4.8	Quando em meio digital, as informações são processáveis por sistemas de leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir.	S
4.9	A instituição adota as diretrizes para a legenda oculta em texto (Closed Caption) quando transmite informações e/ou comunicados em vídeo, DVD ou na televisão, levando em consideração os itens 4.1.1; 4.1.4; 4.1.5; 4.2.3; 4.2.5 e 4.2.6 da NBR15290:2005.	N
4.10	A instituição utiliza a técnica de descrição de cenas, expressões, cenários, ou seja, todo o detalhamento fundamental para estabelecer a compreensão das informações/comunicados transmitidos via televisão e/ou vídeos, conforme item 6 da NBR15290:2005.	N
4.11	A instituição, ao transmitir informações e/ou comunicado por meio de vídeo, DVD e televisão, leva em consideração as diretrizes para a janela de LIBRAS que constam nos itens 7.1.2 e 7.1.4 da NBR15290:2005.	N
4.12	Os formulários disponíveis na instituição para a prestação ou atendimento de serviços, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para pessoas com baixa visão e em Braille.	N
4.13	As informações sobre a instituição são acessíveis por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C.	N

Em relação à avaliação desse subitem, constata-se que o quesito informacional do Centro Cultural não há atendimento às necessidades de acessibilidade, sendo que apenas a informação no *site* da PMPA sobre a Usina do Gasômetro possui alguns itens acessíveis, tais como contraste e tamanho da fonte, conforme recomenda o World Wide Web Consortium (W3C). O W3C é uma organização internacional que possui quase 400 membros, buscando estabelecer padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web.

8.2.5 Acessibilidade Instrumental

Acessibilidade instrumental, segundo Sasaki (2006), refere-se a não existência de barreiras nos instrumentos e utensílios de trabalho (equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador entre outros).

Nessa subseção foram analisadas questões relativas a uso de equipamentos que possibilitem o acesso à informação por pessoas com deficiência.

5. ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL		Atendimento
5.1	A instituição dispõe de equipamentos para ampliação como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal.	N/A
5.2	A instituição dispõe de fotocopadora para ampliação de textos.	N/A
5.3	A instituição dispõe de <i>scanner</i> para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento óptico de caracteres permitindo de transcrição dos documentos para formatos acessíveis.	N/A
5.4	A instituição dispõe de impressora Braille acoplada aos computadores disponíveis aos servidores.	N/A
5.5	Quanto aos computadores destinados ao público, a instituição dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia.	N/A
5.6	Os teclados utilizados na instituição apresentam destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5).	N/A
5.7	A instituição dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	N/A
5.8	A instituição dispõe de mouses alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	N/A
5.9	Os monitores dos computadores destinados ao público apresentam tela de, pelo menos, 17 polegadas, possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo.	N/A
5.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana.	N/A
5.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o contraste do monitor.	N/A
5.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário.	N/A
5.13	Os computadores dispõem do sistema operacional <i>DOSVOX</i> (gratuito) para pessoas com deficiência visual.	N/A
5.14	Os computadores dispõem de <i>software</i> de ampliação de tela para pessoas com baixa visão.	N/A
5.15	Os computadores dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores.	N/A
5.16	Os computadores dispõem de leitores de tela.	N/A

5.17	Os computadores dispõem de sistemas para entrada de voz (<i>speech recognition</i>).	N/A
5.18	Os computadores dispõem de Linhas Braille.	N/A
5.19	Os computadores dispõem de <i>software</i> especializado para produção de material em Braille.	N/A
5.20	A instituição disponibiliza, para anotações, caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para pessoas com baixa visão. (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B)	N/A
5.21	Os servidores propiciam aos usuários com baixa visão as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do <i>zoom</i> , da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los.	N/A
5.22	Os servidores ajustam as configurações do ambiente operacional do computador, como <i>mouse</i> , teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura.	N/A

Nessa seção, assim como na seção 8.2.2, reforça que a Usina do Gasômetro não é um espaço para consulta a equipamentos de informática ou outros tipos de equipamentos acessível, e sim é um Centro Cultural que oferece diferentes tipos de manifestações culturais à população que busca esse tipo de atividade na cidade de Porto Alegre.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos dados obtidos na realização deste estudo, foi possível identificar as condições de acessibilidade física que o Centro Cultural Usina do Gasômetro oferece às pessoas com deficiência física.

Em relação ao acesso ao Centro Cultural Usina do Gasômetro, foram identificadas 40 linhas de transporte urbano público que contemplam a avenida em frente ao prédio, sendo que o ponto de ônibus está localizado bem próximo ao Centro Cultural. Quanto à questão de estacionamento, a Usina do Gasômetro possui um estacionamento acessível, entretanto não há placas ou sinalização que façam referência à reserva de espaços para pessoas com deficiência. Assim, fez-se necessária a análise das questões relativas ao entorno do prédio, tanto na rota do ponto de ônibus, quanto no estacionamento, o que se pode constatar que não existem barreiras e desníveis que prejudiquem o acesso de pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida. Assim, pode-se constatar que em relação ao entorno do prédio, observa-se que há boas condições de acessibilidade ao Centro Cultural, o que vem ao encontro à garantia constitucional de acesso por todas as pessoas à cultura e ao lazer.

No quesito que diz respeito à entrada do prédio, a Usina do Gasômetro possui duas entradas para o público. A entrada frontal apresenta um desnível de 20 mm, o que, segundo a NBR 9050 de 2004, deveria receber tratamento de degrau, já que dificulta o acesso de cadeirantes; em relação à entrada lateral, há uma rampa de acesso, cumprindo a norma e proporcionando uma boa qualidade no acesso de cadeirantes ao prédio. Também foi constatado que o vão de ambas as portas são superiores ao exigido pela norma, que é de 0,80m. A dificuldade encontrada, neste quesito, diz respeito às maçanetas, já que nenhuma das portas possui o indicado pela norma que seria a do tipo alavanca. Contudo, este quesito pode se apresentar como de menor relevância, já que a intenção é de que as portas do Centro Cultural estejam sempre abertas para a circulação de todo o tipo de público.

A Usina do Gasômetro, por ser um espaço muito amplo, possui em seu interior rotas acessíveis, com área livre para circulação para pedestres e cadeirantes, inclusive com possibilidade de manobra para cadeira de rodas ou mesmo a possibilidade de utilização de muletas e bengalas, em todos os andares.

Existem três tipos de pisos na interior da Usina do Gasômetro. No andar térreo e mezanino, o piso é composto de lajes de ardósia, que possibilita um deslocamento muito confortável para cadeirantes e, por não ser escorregadio, as pessoas com muletas ou bengalas também possuem uma boa mobilidade nesses andares. Entretanto nos andares terceiro, quarto, quinto e sexto, o piso é tipo moeda, o que causa trepidação em dispositivos de mobilidade que possuam rodas. Ainda existe um terceiro tipo de piso, localizado na saída do elevador no quinto andar. Nesse espaço, denominado Galeria Lunara e que recebe diversas exposições de vídeos, o piso é tipo grade, o que dificulta a circulação de pessoas de bengalas ou muletas, mas por ser vazado beneficia o aspecto histórico do prédio, por manter visível um espaço original do prédio. Porém, atualmente existem outros pisos que proporcionariam um aspecto semelhante ao espaço, sem comprometer sua característica histórica e sem comprometer o descolamento de pessoas com deficiência física e que, em hoje em dia, deve ser considerado para que se possa proporcionar a todas as pessoas o acesso à cultura e história que o espaço apresenta. A NBR 9050 de 2004 indica a utilização de pisos que tenham superfície regular, firme, estável e antiderrapante que não cause trepidação em dispositivos com rodas.

Quanto às escadas, existem três escadarias na Usina do Gasômetro. A escadaria principal está localizada próxima às duas entradas do prédio e também ao elevador principal. A escadaria de serviço, onde também há acesso de público, também fica próxima ao elevador de serviço, e a terceira escadaria é a que dá acesso às salas de espetáculo 209 e 309, sendo que esta escadaria é o único acesso a estes dois espaços. Neste caso, observa-se que não há possibilidade de acesso a cadeirantes a essas duas salas, de modo que se percebe a necessidade de que sejam implantados outros métodos e equipamentos que possibilitem o acesso a essas salas para que a legislação que estabelece o acesso a todos os espaços públicos seja cumprida, visando a inclusão de todas as pessoas a todas as atividades que lhes aprouver.

Em relação às rampas, existem seis rampas na Usina, sendo uma delas na entrada lateral, três no térreo, uma no mezanino e uma no quinto andar. Apenas a primeira rampa que dá acesso ao saguão da Usina e a rampa de acesso lateral possuem inclinação superior a máxima de 8,33% indicada pela NBR 9050 de 2004. Mesmo assim todos os lugares que necessitam de rampa para acesso a cadeirantes

são contemplados com a existência desse item, o que possibilita a entrada de cadeirantes por quase todos os andares da Usinado Gasômetro (com apenas a exceção do acesso às salas de espetáculo 209 e 309, as quais, como mencionado acima, só possuem acesso através de escada).

Em relação à análise dos sanitários da Usina do Gasômetro, constatou-se que dos quatro banheiros do andar térreo, dois femininos e dois masculinos, há apenas um masculino. A altura de todos os sanitários está fora da indicação da Norma, sendo que os femininos estão acima do recomendado, e o masculino, abaixo. Os lavatórios estão todos na altura recomendada, que é de 0,80m conforme apontado pela Norma, em todos os sanitários acessíveis há barras de apoio corretamente fixadas.

Ao concluir as análises realizadas a respeito dos itens de acessibilidade física do Centro Cultural Usina do Gasômetro, percebe-se que uma grande parte dos itens está pelo menos parcialmente atendidos, oferecendo às pessoas cadeirantes um esboço pelo menos razoável do que seria o ideal. Mas, sendo a questão da acessibilidade uma importante questão na formação da cidadania e para a inclusão de todas as pessoas, torna-se necessário o ajuste e conserto de alguns itens e a inclusão de itens ausentes.

Assim, podemos entender que a Usina do Gasômetro, por se tratar de um local público e com uma vasta programação cultural, deve possuir um projeto arquitetônico para que se torne acessível, cumprindo, assim, seu propósito de prédio cultural, proporcionando a inclusão social para todas as pessoas, já que as melhorias necessárias para que o prédio apresente uma melhor acessibilidade, na maioria dos casos, mostrou-se como de solução fácil e simples, bastando, para tanto, que haja um olhar sensível à causa somada à vontade política.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014;

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 abr. 2014;

BRASIL. **Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a convenção internacional das pessoas com deficiência e seu protocolo administrativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 7 jun. 2014;

_____. **Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 mai. 2014;

BRASIL. Instituto Evandro Chagas. **Acessibilidade**. Ananindeua, Pará: 2013. Disponível em: <<http://www.iec.pa.gov.br/index.php/site/page/?view=acessibilidade>>. Acesso em: 22 mai. 2014;

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 22 mai. 2014;

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3 ed. São Paulo: Senac, 2012;

CAPACITAÇÃO EM INFORMAÇÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (CAPADHIA). **Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Prédios Públicos (Checklist)**. Porto Alegre, 2013;

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2008;

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006;

GRAEFF, Lucas; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; CLOSS, Anajara Carbonell. Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura. In.: **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 117-140, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/8528/7080>. Acesso em 31 out. 2014;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2014;

_____. **Cartilha 2010: pessoas com deficiência**. Distrito Federal, c2012. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2014;

_____. **Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2014;

_____. **Cidades@**. 2014c. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431490>>. Acesso em: 10 out. 2014;

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder, 1972;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999;

NICOLETI, Tamini. *Checklist* para bibliotecas: um instrumento para todos. In: **XXV Congresso brasileiro de biblioteconomia, documentação e ciência da informação**, Florianópolis: 2013. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000895399&loc=2013&l=d040ec88c22e9067>>. Acesso em 10 de abril de 2014;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 7 jun. 2014;

PAULA, Sonia de; CARVALHO, José Oscar de. **Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia**. Ciência da Informação, Brasília, vol. 38, n. 3, 2010, p. 64-79. Disponível em:

<<http://eprints.rclis.org/17718/1/De%20Paula-Art-v38n3-2009.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2014;

PEREIRA, Rita de Cassia de Sena Pardo. Tecnologias assistivas e deficiência: algumas considerações. In: **EDT: Educação temática digital**. Campinas, v. 13, n.1, 2011, p. 119 – 133. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2249/pdf>>. Acesso em 7 jun. 2014;

PORTO ALEGRE. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?p_secao=25>. Acesso em: 24 mai. 2014.

_____. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=48433&p_secao=3&di=2005-12-08> . Acesso em 30 set. 2014;

_____. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=129>. Acesso em 25 out. 2014;

PRADO, Adriana R. Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010, p. 12;

PREISER, Wolfgang F. E. Das políticas públicas à prática profissional e à pesquisa de avaliação de desempenho voltadas para o desenho universal. In: PRADO, Adriana R. Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010, p. 19-43;

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. Construindo um itinerário histórico do desenho universal. In: **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010, p. 35-43;

SASSAKI, Romeu Kazumi. A inclusão no mercado de trabalho. In: **Construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. In.: **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300009>. Acesso em: 24 mai. 2014;

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001;

ZANONA, Mirela Strehl. **Corredor de acesso às salas de espetáculo 400 e 402**. 2014. 1 Fotografia;

- _____ . **Corredor do Sexto Andar**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Escadaria de Serviço**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Escadaria Principal**. 2014. 2 Fotografia;
- _____ . **Escadaria Principal – Segundo Andar**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Escadaria que dá Acesso às Salas 209 e 309**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Espaço para Circulação no andar Térreo**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Espaço para Circulação no andar Térreo – saguão de entrada**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Espaço Térreo da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Estacionamento da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Estacionamento da Usina do Gasômetro**. 2014. 2 Fotografia;
- _____ . **Galeria dos Arcos (Térreo)**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Galeria Iberê Camargo (Térreo)**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Legislação Federal Acessível**. 2014. 1 Quadro;
- _____ . **Legislação do Estado do Rio Grande do Sul**. 2014. 1 Quadro;
- _____ . **Legislação do Município de Porto Alegre**. 2014. 1 Quadro;
- _____ . **Maçaneta na Porta da Frente da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Maçaneta da Porta Lateral da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Mezanino (Segundo andar)**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Normas que Tratam do Tema Acessibilidade**. 2014. 1 Quadro;
- _____ . **Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Para-vento na Entrada Lateral da Usina do Gasômetro (vista do exterior para o interior)**. 2014. 1 Fotografia;
- _____ . **Percurso Entre o Estacionamento e a Entrada Lateral da Usina do Gasômetro**. 2014. 1 Fotografia;

- _____. **Percurso Entre o Ponto de Ônibus e a Primeira Entrada da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Piso do Andar Térreo da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Piso do Segundo Andar da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **“Piso grade” da Saída do Elevador do Quinto Andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **“Piso moeda” do Terceiro Andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **“Piso moeda” do Quarto Andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **“Piso moeda” do Corredor do quinto andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **“Piso moeda” do Sexto Andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Porta de Acesso Frontal da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Porta de Acesso Lateral da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Primeira Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Quarto Andar.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Quinto Andar (corredor que dá acesso às salas de espetáculo).** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Quinto Andar (Saída do Elevador Galeria Lunara).** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Rampa de Acesso à Galeria Iberê Camargo.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Rampa de Acesso ao Teatro Elis Regina.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Segunda Rampa na Entrada Frontal da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Segundo Andar da Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;
- _____. **Sinalização Tátil de Alerta Perpendicular à Faixa de Travessia.** 2014. 1 Fotografia ;
- _____. **Sinalização Tátil no Piso do Ponto de Ônibus Próximo à Usina do Gasômetro.** 2014. 1 Fotografia;

_____. **Terceiro Andar.** 2014. 1 Fotografia.

APÊNDICE A

Questões da entrevista aplicada ao engenheiro e ao arquiteto da EPAHC.

Questão 1: O que você entende por acessibilidade? E por desenho universal?

Questão 2: Na tua formação acadêmica as questões sobre direitos humanos, acessibilidade, normas técnicas sobre o tema foram atendidos no programa curricular?

Questão 3: Qual a importância da acessibilidade em uma cidade como Porto Alegre? E no Centro Cultural Usina do Gasômetro?

Questão 4: Qual a relação que você percebe entre a Usina do Gasômetro, a acessibilidade e a inclusão social para pessoas com deficiência?

Questão 5: Você conhece a NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos? Você aplica a referida Norma? Por quê?

Questão 6: Você considera a Usina do Gasômetro acessível às pessoas com deficiência física, como, por exemplo, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida como idosos, gestantes e obesos? São necessárias medidas para a melhoria? Considera estes aspectos relevantes? Por quê?

Questão 7: Em suas visitas à Usina do Gasômetro, é possível observar se os espaços são frequentados por pessoas com deficiência física, como cadeirante e pessoas com mobilidade reduzida? Quais as dificuldades que estas pessoas evidenciam?

Questão 8: Quais as principais barreiras que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida enfrentam em relação ao acesso à Usina do Gasômetro?

Questão 9: Quais as modificações que você sugere para que a Usina do Gasômetro se torne um espaço cultural acessível?

Questão 10: Quais as principais barreiras em relação a aplicação dos itens de acessibilidade apresentados na NBR 9050/2004?

Questão 11: Existe alguma observação que você ache necessária fazer para melhorar a acessibilidade na Usina do Gasômetro?

ANEXO A

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS (CHECKLIST)		
1. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA		Atendimento
1.1 Entorno do prédio		
1.1.1	Há linha de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que permita o acesso ao entorno do prédio. (Conforme NBR 14022:2011)	
1.1.2	O percurso entre o ponto mais próximo de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada do prédio é livre de obstáculos. (ex.: degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)	
1.1.3	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências.	
1.1.4	As calçadas no entorno do prédio apresentam bom estado de conservação (sem buracos ou pedras soltas no pavimento).	
1.1.5	O piso no entorno do prédio (parte externa, calçada, estacionamento...) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível ao pedestre.	
1.1.6	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto tátil.	
1.1.7	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto visual.	
1.1.8	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	
1.1.9	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio apresentam largura mínima de 1,20m e altura livre mínima de 2,10m.	

1.1.10	Em caso de obras sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20m para circulação de pessoas. (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável (1) da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00m e inclinação máxima de 10%)	
1.1.11	A inclinação transversal do piso no exterior do prédio é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima é de 5%. (2)	
1.1.12	Se a rota acessível de acesso ao prédio não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por pessoas sem mobilidade reduzida.	
1.1.13	Próximo à entrada principal do prédio há faixa com sinalização visual e sonora para pedestre.	
1.1.14	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal do prédio e às circulações de emergência, quando essas existirem.	
1.1.15	O piso no entorno do prédio apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível.	
1.1.16	Nas faixas de travessia, é instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio.	
1.1.17	A sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas está em cor contrastante com a do piso.	
1.1.18	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre.	
1.1.19	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.	
1.2 Estacionamento do prédio: vagas para veículos		
1.2.1	O prédio dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.2	Se o estacionamento possui de 11 a 100 vagas, pelo menos uma das vagas é preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	

1.2.3	Se o estacionamento possui acima de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas é preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso).	
1.2.5	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo internacional de acesso.	
1.2.6	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano.	
1.2.7	Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, as vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, de modo a evitar a circulação entre os veículos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção.	
1.2.9	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que interligue o prédio no qual se localizam, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso.	
1.3 Entrada do prédio		
1.3.1	Se o acesso principal à entrada do prédio se dá por degrau ou escada, há também acesso por rampa ou por elevador.	
1.3.2	Se a entrada do prédio possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade.	
1.3.3	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	
1.3.4	A circulação na entrada do prédio é contínua, sem obstáculos à circulação das pessoas com mobilidade reduzida.	
1.3.5	As portas de entrada principal apresentam vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	

1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20m.	
1.3.7	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50m.	
1.3.8	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento.	
1.3.9	As maçanetas das portas são do tipo alavanca.	
1.3.10	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pela pessoa, estes estão instalados à altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pela pessoa estão distantes entre 0,80m e 1,00m da área de abertura.	
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas.	
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas.	
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso. (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15mm)	
1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40m a partir do piso.	
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente.	
1.3.18	Se a porta for de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a sua existência.	

1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta.	
1.3.20	Se o prédio possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, possibilitando a rotação de 90° (1,20m x 1,20m) da cadeira de rodas. (Ver item 4.3.3 da NBR 9050:2004)	
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade.	
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por pessoas estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,00m de altura do piso.	
1.3.23	Eventuais comandos da catraca, quando acionados por pessoas, são acessíveis também para pessoas com deficiência visual.	
1.3.24	O prédio dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação das pessoas com deficiência.	
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinados estão instalados à altura entre 0,90m e 1,10m do piso, permitindo o alcance manual e visual.	
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem um espaço na sua parte inferior com no mínimo 0,30m de altura e 0,30m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.	
1.3.27	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, no qual está inserido, conforme a figura 28 da NBR 9050:2004)	
1.3.28	O prédio apresenta símbolos complementares indicando as facilidades existentes (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa...), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos.	
1.3.29	Os espaços e serviços acessíveis do prédio estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência. (Conforme figura 24 da NBR 9050:2004)	

1.3.30	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	
1.3.31	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de rodas, para pessoas com dificuldades de locomoção.	
1.3.32	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, conforme a figura 26 da NBR 9050:2004)	
1.4 Espaços internos do prédio		
1.4.1	A iluminação é avaliada a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.2	Nas entradas de acesso aos espaços são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	
1.4.3	O contraste de cores entre paredes, pisos e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.4	O contraste de cores entre maçanetas e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.5	O contraste de cores entre as portas e o batente é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.6	Por todo o prédio há uma rota acessível interligando o acesso de pessoas a todas as áreas e setores, desde a entrada principal.	
1.4.7	A organização interna dos espaços (leiaute) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido. Ex.: espelhos, portas de vidro e portas vai-vem.	
1.4.8	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estas estão sinalizadas antecipadamente.	
1.4.9	A área livre para circulação de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas possui largura mínima de 1,20m.	

1.4.10	A área livre para circulação de duas pessoas em cadeiras de rodas possui largura mínima de 1,50m.	
1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 90°, possui o mínimo de 1,20m x 1,20m.	
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 180°, possui o mínimo de 1,50m x 1,20m.	
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 360°, possui o mínimo de diâmetro de 1,50m.	
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, em deslocamento de 90°, possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00m (profundidade de saída).	
1.4.15	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas em deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade).	
1.4.16	O leiaute dos espaços físicos considera o acesso de pessoas em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura e deficiência visual.	
1.4.17	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de pessoas que estejam utilizando acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas...).	
1.4.18	As sinalizações verticais em Braille ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90m e 1,10m do piso.	
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10m do piso.	
1.4.20	As portas internas apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	
1.4.21	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, entre outros) está entre 0,60m a 1,00 m de altura do piso.	
1.4.22	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram.	

1.4.23	As tomadas elétricas estão instaladas a uma altura entre 0,40m a 1,00m.	
1.4.24	O quadro de luz está instalado a uma altura entre 0,80m a 1,20m.	
1.4.25	Se o prédio dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal.	
1.4.26	Se o prédio dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, permitindo a aproximação frontal de uma cadeira de rodas.	
1.5 Pisos		
1.5.1	Os pisos no interior do prédio apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações, considerando dispositivos com rodas.	
1.5.2	O piso do prédio é antiderrapante sob qualquer condição.	
1.5.3	O piso é opaco, não provocando reflexos excessivos com a iluminação local, que podem desorientar pessoas com baixa visão.	
1.5.4	O piso do prédio contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos.	
1.5.5	A inclinação transversal do piso no interior do prédio é de, no máximo, 2%, e a inclinação longitudinal de, no máximo, 5%.	
1.5.6	O prédio apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50m, para piso com até 3% de inclinação.	
1.5.7	O prédio apresenta uma área de descanso a cada 30m, para piso de 3% a 5% de inclinação.	
1.5.8	O prédio apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%. (Ver dimensionamento de rampas no item 6.5 da NBR 9050:2004)	
1.5.9	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas.	

1.5.10	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a previsão de bancos com encosto para usuários com mobilidade reduzida ou acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.	
1.6 Capachos, forrações e carpetes		
1.6.1	Os capachos utilizados estão embutidos no piso e nivelados de maneira que o desnível não exceda 5mm.	
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície.	
1.6.3	As felpas dos carpetes apresentam altura inferior a 6mm.	
1.7 Desníveis		
1.7.1	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5mm.	
1.7.2	Os desníveis de piso que estejam entre 5mm e 15mm são tratados em forma de rampa.	
1.7.3	Os desníveis superiores a 15mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados.	
1.8 Degraus e escadas fixas		
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas está associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado.	
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16m e o máximo de 0,18m.	
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28m e o máximo de 0,32m.	
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%.	
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20m.	

1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30m da área de circulação adjacente.	
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 58 da NBR 9050:2004.	
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20m de desnível e sempre que houver mudança de direção.	
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m. (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada)	
1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na NBR 313:2007 quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais.	
1.9 Rampas		
1.9.1	As rampas apresentam largura mínima de 1,20m.	
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%.	
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas.	
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00m, medido no perímetro interno à curva.	
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo 1,20m, além da área de circulação adjacente.	
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m.	
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa.	
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%.	

1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50m de percurso.	
1.10 Corrimãos		
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.	
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido.	
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização.	
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados conforme item 5.12 da NBR 9050:2004.	
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70m e 0,92m do piso.	
1.10.6	Os corrimãos possuem largura entre 3,0cm e 4,5cm.	
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0cm.	
1.10.8	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00m antes das extremidades.	
1.10.9	No início e no final das escadas fixas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	
1.10.10	No início e no final das rampas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	
1.10.11	Se embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 4,0cm da parede de fundo e 15,0cm da face superior da reentrância.	
1.10.12	Os corrimãos permitem boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular.	

1.10.13	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 30cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. (Ver figura 86, do item 6.7.1.4 da NBR 9050:2004)	
1.10.14	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado. (Ver figuras 87 a 89, do item 6.7.1.5 da NBR 9050:2004)	
1.10.15	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas. (Ver figura 88 do item 6.7.1.7 da NBR 9050:2004)	
1.10.16	A altura dos corrimãos está a 0,92m do piso no caso de degraus isolados e escadas.	
1.10.17	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92m e a 0,70m do piso, medidos da geratriz superior.	
1.10.18	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40m, estas apresentam corrimão intermediário. (Ver figura 89 do item 6.7.1.8 da NBR 9050:2004)	
1.11 Corredores		
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. (Conforme 6.10.8 da NBR 9050:2004)	
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,0m apresentam largura mínima de 0,90m.	
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00m apresentam largura mínima de 1,20m.	
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00m apresentam largura mínima de 1,50m.	
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, sem obstáculos que obstruam a acessibilidade.	
1.12 Sanitários		
1.12.1	O prédio dispõe de sanitário acessível de uso preferencial para pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção. (Conforme item 7 da NBR 9050:2004)	

1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível.	
1.12.3	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,90m a 1,10m do piso, com largura de 0,40m.	
1.12.4	As portas de sanitários acessíveis possuem abertura para fora.	
1.12.5	Em relação ao acesso aos sanitários, a porta de entrada tem no mínimo 80cm de largura.	
1.12.6	O sanitário acessível possui dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão.	
1.12.7	Em relação aos lavatórios, é prevista área de aproximação frontal a esses.	
1.12.8	Em relação aos lavatórios, as barras de apoio estão instaladas na frente da pia.	
1.12.9	Os acessórios ao alcance das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida estão instalados na faixa de alcance confortável (de 0,80 a 1,20m).	
1.12.10	A altura da pia tem no máximo 80cm.	
1.12.11	A torneira é do tipo alavanca, sensor ou pressão.	
1.12.12	O espelho se encontra numa altura máxima de 90cm a 1,10m.	
1.12.13	Acessórios como o porta-sabonete e porta-papel estão numa altura de, no máximo, 1,20m.	
1.12.14	Em lavatórios coletivos acessíveis, os acessórios são suspensos, sendo que sua borda superior está a uma altura de 0,78 a 0,80m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73m na sua parte inferior frontal.	

1.12.15	Em lavatórios coletivos acessíveis, o sifão e a tubulação estão situados a, no mínimo, 0,25m da face externa frontal e tem dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar. (Não é permitida a utilização de colunas até o piso ou gabinete).	
1.12.16	Em relação ao vaso sanitário, há área de transferência lateral, diagonal e perpendicular para usuários de cadeiras de rodas.	
1.12.17	Em relação ao vaso sanitário, é garantida a instalação a uma altura de 0,46m, medida da borda superior do assento até o piso.	
1.12.18	Em relação ao vaso sanitário, a válvula de descarga é de leve pressão e está a uma altura máxima de 1,00m do piso.	
1.12.19	Em relação ao vaso sanitário, o papeleiro está ao alcance da pessoa sentada no vaso.	
1.12.20	No caso de haver mictório individual, para que possam ser utilizados por pessoas com deficiência ambulatoria parcial, esses estão localizados a uma altura de 0,46m do piso e são providos de barras de apoio fixadas na vertical, com afastamento de 0,80m, altura de 0,70m do piso e comprimento de 0,80m.	
1.13 Sinalização de espaços: situações de alerta		
1.13.1	Há sinalização direcional da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	
1.13.2	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento, com largura de 0,20m e profundidade entre 0,20 a 0,30m.	
1.13.3	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores.	
1.13.4	O prédio apresenta sinalização tátil direcional no piso em áreas de circulação onde há ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos. (Conforme 5.14.2 da NBR 9050:2004)	
1.13.5	As dimensões do piso tátil direcional estão em conformidade com os critérios do item 5.14.2.1 da NBR 9050:2004. (Ver fig. 66 da NBR 9050:2004)	

1.13.6	O prédio apresenta sinalização tátil direcional nas condições apresentadas no item 5.14.3 da NBR 9050:2004.	
1.13.7	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 0,20m e 0,60m e cromo-diferenciada em relação ao piso adjacente.	
1.13.8	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto, com dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional.	
1.13.9	Quando há mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional.	
1.13.10	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações.	
1.13.11	Caso afirmativo, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2mm.	
1.13.12	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada no máximo, 0,32m do ponto onde ocorre a mudança do plano.	
1.13.13	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada, no máximo, 0,32m da abertura.	
1.13.14	Junto às portas de elevadores, quando há sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	
1.13.15	Há sinalização tátil de alerta para situações que envolvem risco de segurança como colunas ou objetos suspensos entre 0,60m e 2,10m de altura do piso. (Ver item 5.14.1.2 da NBR 9050:2004)	
1.13.16	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.14.1 da NBR 9050:2004)	
1.13.17	As dimensões do piso tátil de alerta estão em conformidade com os critérios do item 5.14.1.1 da NBR 9050:2004. (Ver fig. 59 da referida norma)	

1.13.18	A sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes, rampas, portas dos elevadores e junto a desníveis está em conformidade com os critérios do item 5.14.1.2 da NBR 9050:2004.	
1.13.19	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.14.1 da NBR 9050:2004)	
1.13.20	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente.	
1.13.21	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras.	
1.13.22	As rotas de fuga, quando localizadas dentro do prédio, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a NBR 10898:1999.	
1.13.23	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento.	
1.13.24	Possui instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio, nas faixas de travessia.	
1.13.25	Possui sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque, no ponto de ônibus mais próximo ao prédio.	
2. ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS		Atendimento
2.1 Balcão de atendimento às pessoas		
2.1.1	O balcão de atendimento às pessoas está localizado em rota acessível.	
2.1.2	O balcão de atendimento, em algum trecho de sua longitude, de no mínimo 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre a pessoa (em cadeira de rodas ou de baixa estatura) e o servidor atendente. (Conforme figura 163 do item 9.5.2.1 da NBR 9050:2004)	
2.1.3	O balcão de atendimento às pessoas é acessível a pessoas em cadeira de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão. (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeira de rodas)	

2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, entre outros.	
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	
2.2 Computadores: terminais de consulta		
2.2.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores são acessíveis às pessoas em cadeiras de rodas ou mobilidade reduzida.	
2.2.2	Os computadores destinados ao público encontram-se em local e mobiliário acessíveis, atendendo aos requisitos de acessibilidade.	
2.2.3	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando adaptar as diferentes necessidades das pessoas.	
2.2.4	Os botões de liga/desliga, manipulação de disquete, CD-ROM e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso.	
2.3 Mesas ou superfícies para o trabalho		
2.3.1	Pelo menos 5% das mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis.	
2.3.2	No entorno de pelo menos 5% das mesas é garantida uma faixa de livre circulação de 0,90m de área de manobra para o acesso às mesmas.	
2.3.3	Pelo menos 5% das mesas permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.	
2.3.4	Pelo menos 5% das mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis na altura entre 0,75m e 0,85m do piso.	
2.3.5	Pelo menos 5% das mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura, entre outros.	

2.3.6	As mesas apresentam revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	
2.3.7	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador.	
2.3.8	As cadeiras para uso nas mesas possuem rodízios para o deslocamento	
2.4 Assentos Fixos		
2.4.1	Os assentos fixos estão distribuídos em rotas acessíveis.	
2.4.2	Pelo menos ao lado de 5% dos assentos fixos há um espaço livre que não interfere na circulação das pessoas, reservado para pessoas em cadeiras de rodas. (Este espaço livre deve medir, no mínimo, 0,80m de largura e 1,20m de comprimento)	
2.4.3	Pelo menos 10% dos assentos fixos podem ser adaptados para a acessibilidade, de modo que sua altura e/ou comprimento podem ser mudados para atender as diferenças antropométricas de todas as pessoas.	
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL		Atendimento
3.1 Sinalização dos espaços e serviços		
3.1.1	Há sinalização informativa da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada do prédio, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	
3.1.3	A área de recepção e atendimento está claramente indicada via painéis informativos acessíveis, impressos e táteis.	
3.1.4	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	
3.1.5	O prédio dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar as pessoas sobre a localização das diferentes áreas de serviços, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos.	

3.1.6	Dentro do prédio, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos como setores, serviços, sanitários e outros, pelo menos até o saguão de entrada e seus pontos de informação para o atendimento ao público.	
3.1.7	Há no prédio sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente.	
3.1.8	Há sinalização informativa, nos setores, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	
3.1.9	Nas portas internas do prédio há informação visual de identificação (pelo menos número da sala e nome do setor).	
3.1.10	Nas portas e acessos do prédio há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato.	
3.1.11	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços e setores.	
3.1.12	Nos batentes ou vedos adjacentes (parede, divisória ou painel) há sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) a uma altura entre 0,90m e 1,10m.	
3.1.13	Os espaços acessíveis do prédio - como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas - estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso (figura 24 da NBR 9050:2004).	
3.1.14	A instituição indica, por meio de símbolos complementares as facilidades arquitetônicas existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa).	
3.1.15	Se o prédio possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com deficiência.	
3.1.16	O sanitário acessível de uso preferencial por pessoas com deficiência física ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade. (Conforme figura 24 do item 5.4.1 da NBR 9050:2004)	

3.1.17	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (Figura 26 da NBR 9050:2004)	
3.1.18	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (Figura 28 da NBR 9050:2004)	
3.1.19	Os serviços de atendimento ao público para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>online</i> via internet, entre outros.	
3.1.20	Se o setor de serviços dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio.	
3.1.21	Os mecanismos e dispositivos de emergência do prédio contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	
3.1.22	O(s) elevador(es) do prédio possuem tecnologia <i>voice</i> .	
3.1.23	O(s) elevador(es) do prédio possuem indicação dos andares em Braille.	
3.2 Comunicação tátil		Atendimento
3.2.2	Os textos, figuras e pictogramas, em relevo, dirigidos às pessoas com deficiência visual correspondem ao texto em Braille.	
3.2.3	As informações em Braille estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.	
3.2.4	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste. (Conforme 5.6 da NBR 9050:2004)	
3.2.5	Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em 5.6.2.3 da NBR 9050:2004.	
3.2.6	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	

3.3 Comunicação sonora		Atendimento
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte.	
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e auditiva.	
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas.	
3.3.4	A sinalização sonora está associada à sinalização visual. (Conforme 5.3 da NBR 9050:2004).	
3.4 Comunicação visual		
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. (3) (Conforme 5.5 da NBR 9050:2004)	
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras é de 0,15m, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30m.	
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos. (Conforme 4.7.2 da NBR 9050:2004)	
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil. (4)	
3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo.	
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação.	
3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão.	
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	

3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contem as mesmas informações escritas em Braille.	
3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	
3.4.12	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória.	
3.4.13	Os mecanismos e dispositivos de emergência contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	
3.4.14	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são equivalentes às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	
4. ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO		Atendimento
4.1	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em Braille.	
4.2	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em formato impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	
4.3	As informações da instituição impressas em papel possuem também formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético.	
4.4	As informações essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas...) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo).	
4.5	O conteúdo do site da instituição é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C). (5)	

4.6	As informações sobre a instituição apresentam acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela. (Conforme recomendações do W3C).	
4.7	A instituição disponibiliza suas normas (se for o caso) em diferentes formatos. (Recomenda-se em Braille; em versão ampliada impressa em papel e em formato digital acessível a leitores de tela)	
4.8	Quando em meio digital, as informações são processáveis por sistemas de leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir.	
4.9	A instituição adota as diretrizes para a legenda oculta em texto (Closed Caption) quando transmite informações e/ou comunicados em vídeo, DVD ou na televisão, levando em consideração os itens 4.1.1; 4.1.4; 4.1.5; 4.2.3; 4.2.5 e 4.2.6 da NBR15290:2005.	
4.10	A instituição utiliza a técnica de descrição de cenas, expressões, cenários, ou seja, todo o detalhamento fundamental para estabelecer a compreensão das informações/comunicados transmitidos via televisão e/ou vídeos, conforme item 6 da NBR15290:2005.	
4.11	A instituição, ao transmitir informações e/ou comunicado por meio de vídeo, DVD e televisão, leva em consideração as diretrizes para a janela de LIBRAS que constam nos itens 7.1.2 e 7.1.4 da NBR15290:2005.	
4.12	Os formulários disponíveis na instituição para a prestação ou atendimento de serviços, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para pessoas com baixa visão e em Braille.	
4.13	As informações sobre a instituição são acessíveis por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C.	
5. ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL		Atendimento
5.1	A instituição dispõe de equipamentos para ampliação como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal.	
5.2	A instituição dispõe de fotocopidora para ampliação de textos.	
5.3	A instituição dispõe de <i>scanner</i> para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento ótico de caracteres permitindo de transcrição dos documentos para formatos acessíveis.	

5.4	A instituição dispõe de impressora Braille acoplada aos computadores disponíveis aos servidores.	
5.5	Quanto aos computadores destinados ao público, a instituição dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia.	
5.6	Os teclados utilizados na instituição apresentam destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5).	
5.7	A instituição dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	
5.8	A instituição dispõe de mouses alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	
5.9	Os monitores dos computadores destinados ao público apresentam tela de, pelo menos, 17 polegadas, possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo.	
5.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana.	
5.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o contraste do monitor.	
5.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário.	
5.13	Os computadores dispõem do sistema operacional DOSVOX (gratuito) para pessoas com deficiência visual.	
5.14	Os computadores dispõem de <i>software</i> de ampliação de tela para pessoas com baixa visão.	
5.15	Os computadores dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores.	

5.16	Os computadores dispõem de leitores de tela.	
5.17	Os computadores dispõem de sistemas para entrada de voz (<i>speech recognition</i>).	
5.18	Os computadores dispõem de Linhas Braille.	
5.19	Os computadores dispõem de <i>software</i> especializado para produção de material em Braille.	
5.20	A instituição disponibiliza, para anotações, caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para pessoas com baixa visão. (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B)	
5.21	Os servidores propiciam aos usuários com baixa visão as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do <i>zoom</i> , da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los.	
5.22	Os servidores ajustam as configurações do ambiente operacional do computador, como <i>mouse</i> , teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura.	

(1) Parte da via destinada à circulação dos veículos, incluindo as faixas de estacionamento.

(2) Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050:2004.

(3) Eventuais informações em texto, caracteres em relevo ou em Braille devem ser posicionadas abaixo da figura

(4) A sinalização vertical deve estar a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso

(5) O W3C é um consórcio internacional no qual organizações filiadas, uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a Web. Uma das metas básicas do W3C é tornar seus benefícios disponíveis a todas as pessoas, independentemente do seu equipamento, software, infra-estrutura de rede, idioma nativo, cultura, localização geográfica ou capacidade física ou mental. (Disponível em: <<http://www.w3c.br/sobre>>. Acesso em: 12 ago.2013)

LEGENDA (atendimento à condição de acessibilidade)

Sim (S): Item de avaliação atendido

Não (N): Item de avaliação não atendido

Parcial (P): Item de avaliação atendido parcialmente

Não se Aplica (N/A): Item de avaliação não se aplica